



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

THAIS FERNANDA GONÇALVES DE LIMA

VIELA DAS FLORES NA VILA MISSIONÁRIA:
AS ESCRIVIVÊNCIAS DE UM TERRITÓRIO VIOLENTADO PELO
ESTADO E A CONFIGURAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

São Paulo, SP
2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

THAIS FERNANDA GONÇALVES DE LIMA

VIELA DAS FLORES NA VILA MISSIONÁRIA:
AS ESCRIVIVÊNCIAS DE UM TERRITÓRIO VIOLENTADO PELO
ESTADO E A CONFIGURAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob orientação do Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

São Paulo, SP
2021

THAIS FERNANDA GONÇALVES DE LIMA

**VIELA DAS FLORES NA VILA MISSIONÁRIA:
AS ESCRIVIVÊNCIAS DE UM TERRITÓRIO VIOLENTADO PELO ESTADO E A
CONFIGURAÇÃO DA SUBJETIVIDADE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
(orientadora)

Profa. Dra. Rita de Cássia Alves de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Profa. Dra. Claudia Freire Vaz
Universidade Estácio de Sá (UNESA)
Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO)

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Código de Financiamento 001. Número do Processo: 88882.4620202/2019-0.

Tradução inglês: O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Código de Financiamento 001. Número do Processo: 88882.4620202/2019-0.

In Memoriam

Flavinho, Alex, Tiago, Marcelo , amigos que perdi para a violência.

Fernando Alves de Lima, meu pai, que fez sua passagem no ano passado. Papai, essa escrita é sobre você também. Saudades todo dia!

Antonio Sieba Alves, meu avô paterno a quem eu sempre pedi a bênção para ser abençoada. Foi embora aos 80 anos.

Renata Lúcia, amiga preta de sorriso largo que dançava e sempre foi festa e me ensinou sobre o afeto, está nos gestos ao tratar as pessoas.

Máxima Maximiliano, minha queridona vítima da COVID-19 que sempre me disse sobre praticar a Fé.

Eduardo Tavolaro, meu amigo, que conheci na PUC, professor de história no Grajaú e que partiu muito cedo, por não suportar o peso do mundo, mas que no tempo presente foi revolucionário e fez revolução ao estar com as pessoas.

Vocês estão vivas em mim, para todo sempre.

Às minhas proteções divinas: às Deusas e a Oxum, Ogum e Yansã.

Às minhas avós Maria Helena e Amélia

À minha mãe Kátia que tem ventre fértil e que trouxe a mim, Daiana, Suellen e Samuel ao mundo.

À todas amigas e amigos que cresceram comigo na Viela das Flores e suas mães.

Às minhas sobrinhas Larissa, Isabella, Sara e Sofia que são meu afeto de alegria e ânimo de força para lutar por um mundo mais justo para elas no amanhã.

AGRADECIMENTOS

Gostaria muito de ser suscita aqui, mas eu não posso como diz o provérbio africano: “Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo”. Aqui está meu grupo, que tenho relações, porque me entrego a elas, tendo cada pessoa aqui, importância no antes, durante e depois na finalização deste ciclo. Com todas elas/es eu compartilhei os desafios deste caminhar. Me perguntavam em diversos momentos: “*E o mestrado como está?*”, “*Você sabe orgulho que temos de você né*”, “*Eu quero estar na sua defesa*”, “*Você vai terminar, porque estar lá não é só sobre você*”. Sim! Não foi, não é.... É sobre NÓS! Finalizar esta etapa é sobre uma mulher negra e periférica, vencer isto já é a favela vencer, né? A favela vence, quando a gente acessa juntas/os/es espaços que na história foram negados. E de onde me localizo, a ingratidão não pode se fazer presente. *Aqui me faço agradecida:*

Às Deusas/es que me regem e protegem. À mamãe Oxum que me acolhe em seus braços, e banhou-me em água doce para secar muitas lágrimas e não permitiu que eu deixasse de ver conhecimento, sabedoria e beleza em minhas palavras escritas com a pretiniosidade que sou. Ao pai Ogum por abrir os caminhos do conhecimento para eu pudesse caminhar nesta escrita. À mamãe Iansã por ventar com sua força em meus ouvidos, que minhas escrevivências precisava chegar com ventania no mundo.

À Professora Bader Burihan Sawaia, por ter escolhido o meu projeto e sempre ter me dito o quanto ele é importante. Por ter entendido os lutos e que eu precisaria de mais tempo. Pelos bons encontros que tivemos, eu sou grata. E aos integrantes do NEXIN (Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social), pela importância de movimentar pesquisas com temas tão caros socialmente. E, principalmente, pela produção do livro Afeto & Violência que foi importante na construção do capítulo de referencial teórico desta pesquisa.

À minha vovó Laura que no logo completa 81 anos, de dedicação a nossa família, de muitas histórias e trajetória de muita luta como uma mulher preta e mineira. É na casa de minha avó que tenho memórias de uma infância com alegria. É na casa de minha avó que eu retorno quando preciso sentir-se viva. É na casa de minha avó que tenho memórias afetivas de comida farta, alegria, samba e cervejinhas. É na casa de minha avó que todas as mulheres que eu aqui vou citar de minha família recorrem para ter e ter-ser afeto.

À minha mamãe Kátia Gonçalves, que só pôde estudar até a 8ª série, mas sempre cobrou de seus filhos dedicação nos estudos e que a única possibilidade de se ter uma vida melhor, mesmo com os atravessamentos que pertencemos, era através do estudo. Obrigada mãe, tem dado certo. Eu te amo e cada diploma meu é para a senhora.

Ao meu papai Fernando Alves de Lima, que fez sua passagem aos 50 anos, mas que já estava cansado. Ele como homem negro, começou a trabalhar com 9 anos de idade. Te agradeço quando foi presença, pela criação com muita rigidez, mas que no tempo que se fez presente houve muita preocupação com os caminhos a serem escolhidos por mim e minhas irmãs/o. Está dando tudo certo papai, “os nossos passos têm sido para o bem”. Descanse. Tenho saudades.

À minha irmã Daiana Monalisa, a quem cresceu comigo na mesma geração de perdas na viela das Flores. A irmã que vibra a cada conquista minha, com quem eu compartilho minhas angústias e sonhos a todo tempo e seguimos na possibilidade de “viver o bem viver juntas”. Agradeço mana, com seu ventre fértil, ter vindo Larissa a sobrinha amor de minha vida.

À minha irmã Suellen Amélia, que herdou o nome e a alegria de nossa avó paterna. A caçulinha que é do cuidado com as crianças, do receber com alimento, que é da generosidade, acolhimento e braveza, quando mexem com o nosso pessoal. Agradeço Susu, por ter trazido com seu ventre fértil, Isabella a sobrinha que me afeta de alegria e esperteza.

À irmã Talita Regina, que meu pai me trouxe, para que a gente se cuidasse nesta vida. Meu irmão é pedagoga, psicóloga, amiga, sorridente e comprometida com tudo que se propõe a fazer. Ela é minha inspiração para estudar sempre que é possível desbravar o mundo a partir do conhecimento. Agradeço, por ter trazido com seu ventre fértil ao mundo Sarah e Sofia, as sobrinhas de sorriso largo e que ainda crianças já se inspiram na mãe como leitoras mirins.

Ao Samuel Gonçalves, meu irmão caçula e grande amor de minha vida. A figura masculina que eu tenho proteção a todo tempo pelo medo da perda para violência do Estado. O irmão que eu cuidei muito quando criança, e hoje sinto que nos cuidamos. O irmão que é o grande companheiro dessas mulheres. Eu te amo e essa escrita é sobre a “fatura de vida” que eu lhe desejo meu grande amor.

À Marina Rute Pacheco, baiana e do axé. Ela só me pediu “confie em mim” e fez toda diferença nesta frase, no papel de intelectual da co-organização e revisão deste trabalho. Se propondo a fazer correções leituras e devolutivas na sensibilidade, afeto, paciência e compreensão de minhas inquietações e poética de escrita. Eu acredito nos “bons encontros” e que ninguém se encontra por “acaso” e ainda bem, que eu lhe encontrei Marina. Você é/ está sendo uma abayomi (Encontro precioso que me traz felicidade) no meu caminhar - que nossos orixás cuidem sempre de ti lhe retribuindo em prosperidade e abundância sua generosidade e acolhimento. Obrigada por tudo e tanto!

À Professora Bebel Nepomuceno, por ter feito a correção afetuosa da primeira parte deste trabalho, por ter sido leve, acreditado em mim, e ter me dito que era importante a minha

escrita, reafirmando que este também é o meu lugar. Agradeço por carinho, trocas, indicações sobre construir. Obrigada pela sensibilidade e olhar atento! Eu te celebro.

À professora Cláudia Freire Vaz, em que meu primeiro “bom encontro” foi na PUC no GT de relações étnico-raciais, no Simpósio de Psicologia e Compromisso Social. Clau trazia a discussão com a ousadia e intelectualidade de uma mulher negra com sotaque carioca. Clau, se fez presente na escuta desde sempre e na possibilidade de contribuir sempre para que este trabalho fosse finalizado. Clau, é afeto de alegria e inspiração na trajetória do “lecionar e fazer prático da psicologia e na vida”. Obrigada por tanto e por estar na minha banca!

À professora Rita de Cássia Oliveira, que nos “bons encontros” nos corredores da PUC-SP, sempre foi sorridente, amorosa, e sensível à valorização das vidas e trajetórias de alunas que vem/estão em localizações como as minhas. É comprometida com a pesquisa científica, realizando um trabalho potente junto às mães vítimas da violência do Estado, onde há acolhimento, enxergando suas dores e fazendo barulho para ser visível e legitimada, com possibilidades de amparo, afeto e acolhimento, elas sendo as protagonistas. Obrigada por estar na luta! Obrigada por estar na minha banca.

À minha tia Marcela Gonçalves, por ser a tia Dunda, que demonstra seu afeto no prazer que tem de cozinhar. E que trouxe ao mundo com seu ventre fértil Gabriel, Xandinho e Maria Eloá, os amores de prima. À minha tia Ellen Cristina, que sorri com verdade, é atenta ao que o mundo diz e que sempre vibra e diz orgulhar-se de tudo que tenho conseguido construir em meu caminho. Tia Ellen é uma flor de muitas cores. Agradeço por ter trazido ao mundo com seu ventre Fértil Beatriz a prima que eu sou apaixonada pela doçura, beleza e inteligência. À minha tia Maria Cristina e Tio Vinicius, por estarem sempre orgulhosa/o de minhas construções mesmo distante. Agradeço por sorrirem para mim.

À Carla Izilda, filha da Tia Zélia, que já fez sua passagem e descansou seu Orí eu ainda era criança, mas que tenho memórias vivas de muita alegria. Ela gostava de Zeca Pagodinho, assim como o meu pai. Carla é a prima que dizem que eu herdei falar alto. Ela é uma festa completa. Gosta de abraços fortes e não nega escuta a ninguém. Foi na casa dela, que eu cresci ouvindo samba, entendendo o que era “comungar”. Ela me ensinou a não permitir que ninguém desqualifique minhas lutas. Ela um dia me disse “o quanto tem orgulho de mim” e que nem sempre iriam entender meu caminho, mas que eu não poderia desistir de mim. Prima é uma honra, quando dizem que eu me pareço com você. Você é “fartura de vida” para mim, obrigada por tanto!

Ao meu tio Ricardo, que de mim tem tanto orgulho, que é carinhoso, ouvinte quando consegue estar presente e sempre diz o quanto eu sou inteligente. E que vem contrariando as estatísticas do Estado desde de sua saída do cárcere na tentativa de construir um projeto de vida. Te amo meu tio. Esse trabalho diz sobre você também. Que não lhe falte proteção meu tio.

Ao meu irmão na vida, Will Silva com quem iniciei minha trajetória na ONG Aldeia do Futuro, desde então não nos desgradamos. Will me conhece pelo olhar, ele me acalma, mima, ele está comigo há mais de 15 anos e eu sou muito grata por você ser presença, afeto, irmandade. Te amo, mano. Obrigada por sempre dizer que eu sou maravilhosa e que tudo que faço importa. Você é um presente no meu caminhar!

Ao Bruno Souza, amigo que cresceu na Viela das Flores. Amigo de sorriso largo, de afetos presentes, de escuta, choros, risadas, de socorro em muitos momentos. Amigo que se tornou pai muito jovem, (um superpai) e que jamais desistiu de realizar seus sonhos. Amigo que construiu a partir do trabalho e persistência um projeto de vida, potente na sua história. Amigo que segue comigo no sorriso, nas trocas, nas alegrias e me dizendo sempre que tudo daria certo. Obrigado por ser travessia amigo, eu te amo. Este trabalho é sobre a nossa sobre(vivências) neste território.

À Lázaro Edson, meu amigo, psicólogo, mestrando, *crush* intelectual, minha versão masculina no mundo, amor em todas as estações no meu caminho. Lalá, obrigado por estar aí sempre acompanhando todo esse processo, obrigado por segurar minhas mãos, por chorar comigo, pelos cafés, almoços e jantares virtuais em dias sem fôlego e ânimo durante os muitos processos de dor daqui. Obrigado por ser colo, quando eu sempre preciso. Obrigado, por me trazer vida em abundância, eu te amo todo dia mais e mais. Daqui a alguns meses é a sua entrega e já comecei a te aplaudir. Que nossos orixás lhe protejam!

À dona Agostinha Francisca, inspiração de existência no cuidar. Me atravessando sempre na sensibilidade de escutar e acolher. Ela desde do início me ligou e disse: “Eu estou com você” e esteve. E próximo a finalização deste ciclo, nos encontramos e quando disse que eu adoeci, ela me disse “você não é da doença é da cura”. Movimento ela de volta para dentro de ti. Sou grata por ser alicerce, por ser colo e presença de mãe, por ser existência que me fortalece. Obrigada por tudo e tanto!

À Isolda Santos, minha irmã baiana de “sorriso em luta” a quem eu devo lealdade a toda construção de memórias que temos a celebrar em nosso caminhar. Você é muito preciosa no meu caminho, eu te agradeço por todo amor, por todo cuidado, por não permitir que eu desistisse, por me receber sempre em seu/nosso lar, por me dar uma família no interior da Bahia.

Por permitir que mãe Jacira fosse minha mãe e me desse a bênção. Você é parte da minha história. O seu sorriso me salva muitas vezes. Agradeço por (r)existimos juntas.

À Dayane Carvalho, amiga, cumadre, confidente. A quem eu divido o choro e a alegria de ser mulheres negras e periféricas e tudo que por estes lugares nos atravessam. Aquela que me ensinou que é preciso sambar de salto alto, para driblar as dificuldades da vida. Ela é minha irmã de vida, alma, ancestralidade. Sonho para nós o melhor sempre, amiga. Obrigada por me apoiar, me colocar para cima e dizer que tudo iria dar certo sempre. Agradeço por ser a fertilidade e trazer Gabi a afilhada que é um presente e que não permite desde menina-criança-preta que segurem em seus jeitos. Eu amo vocês.

À Tatá Porfírio, a irmã/amiga, que a Psicologia e o Grajaú me trouxeram. Ela que não permitiu que eu me sentisse sozinha, durante todo esse processo. Que me ouviu, que chorou comigo, que me levou presentes, que celebrou cada dia de escrita concluído. Minha Tatá, você é um samba completo, é uma festa, é parte do fôlego desta etapa. Agradeço pela parceria, amizade, companheirismo. Agradeço por ser uma festa no meu coração amiga. Seguimos juntas!

À Luana Bayô, minha irmã de ancestralidade, minha irmã de sonhos realizados e muitos à a realizar ainda, minha irmã de viagens para viver aventuras, minha irmã de risadas altas e cuidados espirituais. Agradeço por cuidar de mim minha Bayô, por (en)cantar, por chorar comigo, por ser branda, por ser a beleza da mamãe Oxum no meu caminho, despertando a minha beleza e me lembrando de como ser ousada. Agradeço por levar banhos de cura para as tristezas para mim, agradeço por ser branda, leve, por ser a extensão do amor. Seguimos juntas no cuidado, uma para/com a outra.

À Cássia Rosário, minha terapeuta desde do início. Nossa primeira sessão foi no dia que eu fiz a prova teórica para entrada no Mestrado. Eu te agradeço por toda escuta, por não permitir que eu despontencializasse, minhas potências e trajetória. Te agradeço pela escuta sensível, ativa e sorrisos. Te agradeço por ter seguido nesta travessia comigo. Te dedico no afeto e alegria este concluir. Agradecida, por sempre resgatar minhas forças!

À Marcia Marci, amiga que esteve presente vibrando comigo no Grajaú desde o primeiro momento. A primeira amiga que recebi um abraço, quando soube que eu tinha passado no processo de seleção para entrada. A ela que é sinônimo de escuta ativa, de sorrisos largos e abraço quentinho que muito me acolheu. Amiga, você é minha potência de afeto no Grajaú. Sou muito grata por ter sua maestria no caminhar.

À Maiana Monteiro, minha amiga e comadre. Amiga agradeço pelo incentivo de sempre. Por acreditar em mim, por dizer que daria certo, por chorar e sorrir comigo, por realizar

sonhos comigo. Por ter trazido Bento Leão ao mundo com sua força de loba. Amor infinito por todas nossas construções.

À Sulamita Assunção, amiga de sorriso e abraço forte. Amiga que esteve presente nesta etapa, me dizendo sempre que eu iria findar e que tudo que eu estava vivendo ela viveu, mas que no final tudo daria certo. “Deu amiga”. Eu te agradeço pelo cuidado, pelas risadas e por quando eu estava perdida e sem sentido ter ido em casa levar seu amor em forma de comida. Eu celebro sua intelectualidade sapatão negra e acadêmica decolonial, eu celebro sua existência afetiva.

À Elaine Lima, amiga do meu tamanho, mas de coração, ousadia e alegria ela ganha. Lane, você é um presente de caminhos abertos. Obrigada por me lembrar sempre de quem eu sou. Me lembrar que a gente está aqui para cuidar de nós e do nosso pessoal, e me ensinar a não permitir que ninguém “nos tire de trouxa” de onde nós viemos, porque somos férteis em resiliência. Eu te amo, obrigada por me alimentar com escuta, risadas e festa. O pôr do sol mais iluminado que conheci no Capão Redondo é o que a gente vê da sua laje.

À minha amada Ana Caroline, por todo acolhimento durante este processo. Por dizer para mim sempre: “vai dar certo gostosa”. Está dando, ou já deu e você é parte deste deu certo. Obrigada, por ser travessia no afeto, por não soltar minhas mãos e por dizer sempre o quanto é importante para nós mulheres negras, concluir os processos. Eu celebro sua existência, junto a minha.

À Débora Garcia, minha querida “Dé” artista e amiga da palavra. Aquela que a vida me presenteou para sorrir, e seguir acreditando na potência de realizar sonhos, cultivar os afetos e acreditar na “fatura de vida”. Obrigada por dizer sempre “vai dar certo”. Eu acreditei! Obrigada, por tanto!

À Luiz Chimbango, meu amor de território Angolano, a quem chorei muito neste processo e mesmo longe sempre fui acolhida. A quem sempre me trouxe em palavras sobre a potências de minha escrita e afetos. A quem me trata sempre como realeza. A você dedico este trabalho com todo meu afeto, gratidão, sorrisos e beijos com muito amor. Obrigada por fazer a travessia do Continente e afetar meu coração.

À Pierre Joseph Nelcide, agradeço por sempre ter confiado na minha capacidade em concluir. Por ter contribuído no momento que eu precisei de ajuda para entrar na PUC, sem existir acolhimento, mesmo estando fora do Brasil. Agradeço por me encorajar dizendo para eu parar de chorar e “terminar de escrever o projeto de bolsa” pois eu iria entrar. Agradeço pelos anos de parceria, presença, e por me levar a inspiração com sua trajetória acadêmica, Doutor

Joseph. Agradeço e sou grata pelo tempo que estivemos no encontro e afeto próximos. Obrigado por tanto!

À Débora Silva, amada amiga, conselheira e confidente das angústias. Obrigada por ser sempre escuta, amor, afeto ao me ofertar lar, ser lar com respiros, sorrisos e risadas infinitas. Amo você e a Luiza para vida inteira. À Diogo Emanuel, amigo de sorriso largo e coração gigante. Que sempre me disse “vai dar certo nega” e te agradeço pela escuta e não permitir que eu deixasse de esquecer de onde eu sou, e que era importante ocupar espaços. Obrigado por tanto.

Ao Daniel Ribeiro, o presente que a PUC me trouxe. Dani eu te agradeço por ser presença na PUC, quando eu precisava amenizar ausências, obrigada por não permitir quando foi possível que eu me sentisse sozinha. Obrigada por citar minhas escrevivências, obrigado por me dizer que fazia sentido a minha existência. Obrigada por ser amigo, presente e me mostrar sobre lealdade nas relações do mundo acadêmico. Obrigada por me afetar com seus sorrisos. Obrigado por me ouvir. Sua escuta me salvou muitas vezes, amor por ti para vida inteira não faltará e o desejo que a gente siga próximos no afeto, irmandade e sorrisos.

À Maria Edjane, amiga de Fé, minha melhor companhia para respiros em Salvador. Amiga, eu sei que posso me arriscar que ela vai cuidar de mim. Amiga, que me trouxe nesse final de escrita um presente de convite “ir em sua saída de Santo”. Me curei, me renovei, me vi como alguém que tem “Orí consagrado e fértil”. Minha Edi amada, obrigada por ser afeto, obrigada por viver comigo ciclos de fartura em vida. Obrigada por entrar no caminho da minha vida.

À Fernanda Gomes, sapatão ousada, alta e acadêmica na quebrada, sempre foi. Fê, você me ensinou muito sobre o que não permitir nestes espaços. Você me ensinou muito sobre caminhar na coletividade para além dos “rolezinhos” de cerveja. Você me ensinou sobre a revolução no amor pelas mulheres antes de ler bell hooks, eu encontrei você no caminho. Sou muito grata, por acreditar sempre que seria possível. Agora é sua vez, e eu peço que nossas/os orixás cuidem de ti e se precisar de mim, estarei por aqui. Obrigada por tanto. Você é importante no meu caminho.

À Mayana Vieira, por sorrir sempre para mim. Por me apoiar, por dizer que faz muito sentido nossa escrita como mulheres negras em todos os espaços. May, obrigada por ser leveza no caminho amiga, por ser palavras em afeto. Te amo! Do grajaú para o mundo, somos nós.

À Joyce Santos, o que seria de mim se não fosse as idas na feira, o tempero do peixe, o sol no final do dia, o sorriso que curou muitas vezes foi o seu. Eu sou grata, por me ofertar escuta, cuidados, proteção e me lembrar o que eu sou. Te amo demais!

À Elânia Francisca, inspiração acadêmica de quebrada. Inspiração no “fazer psicologia”. Inspiração no existir em grupo e na coletividade com as “manas”. Elan, amada, eu te agradeço pela escuta e por estar presente. Por ser do afeto, escuta e áudios longos. Te agradeço por ser da palavra, sorriso e branda. Te agradeço por ser a mestra e em breve doutora do Grajaú, extremo da zona sul. Te agradeço por dizer/ser continuidade. Você é a intelectual fértil dos meus afetos.

À Ana Paula Rodrigues, minha amada “Aninha” que sorri com os olhos abertos, observando profundamente cada compartilhar que apresentei a ela. Sobre os desafios da pesquisa, sobre o medo de não conseguir, sobre as violências que me afetaram. Estar com ela é quase uma sessão de psicoterapia, mas entre amigas psicólogas. Obrigada, por ser acalento, obrigada por dizer que estava aí. Obrigada por me enviar flores na qualificação. Obrigada por ser doce, leve, determinada e ativa. Obrigada por ser parte deste ciclo finalizado. Obrigada por ser do afeto!

À Gabriel Basílio, amigo a quem eu compartilho de muitas inquietações na psicologia, mas, com quem movimentei muitas delas, a partir de grupos, escritas, eventos e fôlego de vida por uma psicologia que seja a todas/os e antiracista. Obrigado Bi, por ser afeto, presença, sorriso e proteção no meu caminho.

Às pedagogas Clélia Rosa e Sheila Perina, co-fundadoras junto comigo do coletivo Luderê Afro lúdico, por todo incentivo, apoio e construções bonitas que fizemos no Luderê para as crianças e suas famílias no enfrentamento ao racismo na infância. A trajetória de vocês me inspirou a chegar aqui.

À Manoela, Bia, Ana, Arlete, Tatá e Alice integrantes da Coletiva Carolinas Soltem Suas Vozes que sou fundadora no Grajaú a 6 anos, e que a gente tem realizado um trabalho potente e com muitas significações do que uma psicologia acessível e transversal em territórios periféricos com o projeto “Psi Cultural Vozes de Carolinas Vivas”. Sou grata pela parceria até aqui!

À Carmen Soares e Valeria Rocha, minhas mestras na arte de atuar. Professoras de teatro/arte-educadoras de potências que me ensinaram muito sobre a arte de estar em cena, mas também de ser plateia, atravessando a construção de relações com outras mulheres nos fazeres artísticos e culturais, potencializando o que cada uma tem de melhor em processos/encontros

grupais. Atuar é reafirmar sempre que sou a “atriz principal” da minha própria história. Agradecida por ter vocês no meu caminhar

À Raquel Spaziani, professora da graduação em psicologia, que fez parte do meu desenvolvimento profissional e pessoal, que sempre me inspirou a escrever e me disse que eu tinha que estar no mestrado. Ela foi importantíssima para minha sobrevivência no espaço da universidade. É minha queridona! Eu te agradeço, por me permitir falar, por caminhar comigo, quando eu quis desistir, por me incentivar e sempre emocionar-se com as minhas conquistas. Você me inspira demais e sou grata por todo aprendizado na generosidade, sorriso e proteção.

À Cibele Vaz, professora da graduação em psicologia, que topou no último semestre me orientar na iniciação científica, reafirmando a importância para o próximo passo, que foi/é essa etapa a concluir. Eu estou com saudades de nossas trocas. Te agradeço por ser leveza, por me dizer que daria certo e que os “caminhos estavam abertos” para minhas inquietações tomarem o mundo. Te agradeço por ter validado as minhas angústias.

À Beatriz (Bia) Brambilla, professora da graduação em psicologia, e a primeira a me dizer “você tem que ir para o mestrado”. “você tem que ser professora”. Bia, talvez não tenha a dimensão de sua importância em minha formação como psicóloga assim como na minha formação como mestra. Você me trouxe coragem. Obrigada por ter dito naquele espaço muitas vezes, que os colegas ouvissem o que eu tinha a dizer. Obrigada por ter sorrisos, escuta e proteção. Obrigada pelo afeto de sempre!

À Zé Tiago Cardoso, professor de minha graduação, o único na figura masculina que me afetou com sua sensibilidade no ouvir, no partilhar das experiências, no ensinar com base no afeto, respeito e acolhimento. Zé, você é importante demais na minha formação. Obrigado por ter me permitido falar, ser ouvida e dizer que “fazia sentido”. Fez, porque tive sua presença como professor, supervisor, amigo. Te deixo aqui, com meu amor e gratidão também por ter contribuído e engajado outras pessoas a contribuir para minha entrada na PUC, quando o valor da matrícula já dizia que talvez não seria para mim. Diz a quem contribuiu que deu tudo certo e que eu sou muito agradecida. Obrigado por tanto, eu sou sua aluna e fã. Você é um afeto de alegria no meu caminho.

À Melissa Pomaro, minha amada Mel, que mesmo tão jovem me vê como filha, que nunca deixou de me apoiar e da frase que ela não deixa nunca de dizer “eu tenho tanto orgulho de você”. Mê, obrigada pela parceria, comidas gostosas, afeto, irmandade e proteção. Obrigada por sempre me abraçar forte, para que eu me sentisse amada e protegida. Te amo pra vida inteira.

Ao Paulo Ramos, expansão de existência. Impossível não existir perto de você, impossível não se perceber, não estar viva. Foi extremamente importante ter você na PUC, encontrar você era sempre sentir o vento de Iansã sobrando vida em mim. Obrigado pela escuta, pelas ligações em meio a solidão, por me ofertar ajuda sempre. Obrigado por ter sido a imensidão da generosidade em meus processos. Você é um presente, sou grata!

Ao Lucas Matheus, o bichinho do meu coração, o amigo presente desde a primeira aula, deu match. Eu sabia que seríamos próximos. Obrigado por todo cuidado comigo, por me acolher em sua casa muitas vezes comigo, me fazendo sentir-me menos cansada para ir da PUC ao Grajaú todos os dias. Obrigado por ser afeto, escuta, trocas, possibilidades de me fazer existir, por dividirmos a comida e o bolo de cenoura. Você é alguém que eu desejo para vida inteira, comigo. Te amo, Luu! Obrigado por ser troca no afeto.

À Aline, Diogo, Jamille, Isabella, Michele, Camila, Alan, por todo diálogo nas aulas da PUC, pela presença afetuosa e revolucionária para que todas/os nós conseguíssemos chegar até aqui. Eu sempre tive a certeza que vocês iriam conseguir. Que agora a gente cuide de tudo que foi aberto nos processos individuais. Vocês são importantes para mim na PUC-SP.

À Yliah Sardinha, presente da PUC. Miga, eu sou muito grata por ter sido escuta, acolhida, presença e afeto quando eu tanto precisei. Obrigada por ter me dito que eu precisava e poderia descansar de tanta dor. Obrigada por ser de presença e sorrisos. Você foi/é muito importante para a conclusão deste ciclo.

À Jesualdo Nuelson, meu querido “Jesu”. Inspiração na vida acadêmica e sobre ser leveza. Lembra que foi você que abriu a sala na UFBA, para eu terminar de escrever meu projeto de bolsa, né? Foi ali que nossa relação de parceria se deu. Eu sabia que seria para a vida. Você é generoso e eu sou grata por toda sua generosidade. Eu te agradeço demais por ser amigo, por ser presente, por ser ponte de força e equilíbrio muitas vezes, por me ofertar cuidado quando eu precisava, por cozinhar para mim, por me dizer o quanto eu sou importante para o mundo. Obrigado por me afetar e me inspirar.

À Rubilson Delcano, amigo que é pulsão de alegria. Amigo que me acolheu, muito dos compartilhamentos das tretas da vida acadêmica. Amigo que me inspirou muito no processo de mestranda. Amigo que a Bahia me trouxe. Amigo que no pulsar das paixões alegres temos em comum a intensidade de se afetar, ser, existir. Amigo que trouxe a nós a rainha de wakanda, Malia. Obrigado por ser afeto, presença, alegria e intelectualidade africana/preta em diáspora. Você é importante para mim.

À Julia Lima, “Julinha”, presente de (r)encontro ancestral em luta. Presente de encontro na ancestralidade sendo ponte para que os ciclos fossem um remédio no que já estava tão

dolorido. Julinha, eu te agradeço por ter sido tão importante no momento que eu achei que não suportaria tamanho desdém para concluir um processo. Te agradeço por ter feito na prática do "mana". Eu me senti acolhida, protegida e com a certeza que daria certo. Obrigada por sempre ter sido generosa, afetiva e ouvinte. Você foi/é importante demais, para eu chegar aqui. Te agradeço por tanto, tanto!

À Claudia Trigo, querida "Clau" no afeto da alegria e dos encontros, com você sempre pulsei o desejo de seguir. Sua escuta sensível e acolhedora, me trouxeram a percepção de que a escrita, era necessário a emoção. Era necessário sentir as afetações como se não houvesse amanhã. Te agradeço, pela confiança, pelo carinho e generosidade presente na relação comigo. Te agradeço, por ter sido parceria. O seu construir pesquisa, está na afetividade do sentir Clau, e eu sou grata por ter sido afetada. Agradecida, por tanto!

À Leo Souza, amigo que conheci pela primeira vez, que foi à PUC no Simpósio de Psicologia e Compromisso Social, mas que a extensão dessa amizade se deu na Bahia. Léo que sempre me acolheu no seu território, em sua casa, em seu coração que é lar. Amigo, eu te agradeço pelas chamadas de vídeos no afeto, pelo banho de mar, pelo sol, no rosto, por cozinhar para mim, por cuidar de mim, por me receber sempre em festa. Por ser presente-presença. Por me dizer que eu sou intelectual e por despertar em mim, leveza e a necessidade de pausas. Obrigado por seguir comigo, até aqui! Que a gente comemore no mar.

À Lúcia Gonçalves, mãe baiana por quem tenho amor e gratidão, por toda sua acolhida em sua casa, potencializando sempre com axé meus caminhos. Obrigada dona "Lu" por me ofertar amor de mãe, proteção, generosidade e sorrisos.

À mãe Neide Lopes e ao papai Sidney de Oliveira, por serem próximos e me ofertar sempre acolhimento, me inspirar a estudar sempre e a não desistir. Dela eu tenho o sorriso escancarado. Dele a vontade de desbravar o mundo com as palavras. São realezas no meu caminhar sou grata.

À Naiara Matos, amiga que fiz no NEXIN que sempre me ouviu. Que sempre me disse quais seriam os caminhos possíveis e que estaria comigo. Assim foi, até o quanto foi possível. Nai, sou grata por ter sido meu afeto de alegria no núcleo. Por desejar sempre saber como estavam meus lutos, por me atravessar no cuidado, afeto e mil desejos de realizar. Quero sua amizade para a vida. Obrigada por ser presença-afeto!

À Ana Cláudia Demétrio, amiga musa que a vida me trouxe de presente, para que a gente não andasse só. Para que a gente não deixasse de acreditar nas potências que existem em nossas escritas. Ela me reafirma isso a todo tempo, eu reafirmo a ela, a todo tempo. Amiga, obrigada por ser colo, leveza, alta, ousada e uma pulsão e inspiração para viver paixões alegres.

Sua potência, me potencializa a ser. Daqui há um tempo é você que entrega seu mestrado e já estou lhe aplaudindo. Obrigada por tanto!

À Tatiane Cerqueira, amiga mestra, bahiana e que me ensinou muito sobre as escrevivências, me ensinou sobre ter resiliência para persistir neste ciclo, me ensinou que estou aqui pelas mulheres que me antecedem. Me ensinou sobre ser certa, para ninguém nos silenciar. Me ensinou sobre cuidar, amparar, festejar! Obrigada por tanto deusa Tati!

À Jonas Hanyanya, meu querido “Joninhas”, pelas chamadas de vídeos na pandemia, por me dizer o quanto eu sou do afeto e que tudo que faço atravessa este lugar. Por acreditar em nossas potências juntos, como intelectuais negras/os e ele africano em diáspora. Por ser sorrisos e abraço apertado, mesmo dizendo que não é de falar deste lugar sempre. Por sentir comigo as alegrias e angústias deste ciclo, quando compartilhei. Por ser sol e o brilho da lua cheia, a quem o cerca. Obrigado por tanto amigo!

Ao Aquiles Silva, um novo amigo e inspirador pesquisador que encontrei no caminho de pesquisa sendo sobrevivente da Vila Missionária, narrando em palavras a história do bairro, para ele se tornar visível. Você me inspira, e sou muito grata a vida pelo “bom e potencializador encontro”. Ao Antônio Sérgio, o doutor, da escuta sensível e acolhedor. Por ter me pedido para permitir que cuidasse de meu processo de dor. Agradeço por ter me dado um lenço de papel, no momento de muito desespero e sem sopro de vida. Por sua voz mansa e sorriso aberto dizendo para eu aceitar que precisava de pausas. Te desejo axé e fartura de vida. E vou levar flores à mãe Iemanjá em sua terra, em breve, agradecendo por lhe colocar no meu caminho, desmistificar o que era medo propondo cuidado. Obrigada por tanto doutor!

Ao Diego Fernando Silva, amigo protetor. De escuta atenta, sorriso de energia vital e sempre presente no afeto. Obrigado, por lembrar que eu sou a deusa do afeto. Obrigado por dizer que precisava de respiros. Obrigado por me dizer que daria certo. Obrigado por não desistir também. Obrigado por ser presença. Obrigado por enviar músicas em forma de abraço. Obrigado por tanto! Ao Victor Soares, o amigo que desde a graduação entre tretas e discordâncias nunca me deixou só. Por se fazer presente e me encorajar a ir, e falar/ fazer o que era necessário. Muitas vezes falei pois eu sabia que você não iria me abandonar, parça. E construir relações de proteção em alguns espaços é fundamental para a gente existir de onde viemos. Quantos olhares de reprovação você se fazia presente, aprovando minha ousadia em desafiar quem não venho do mesmo lugar que nós. Somos cria das periferias e por isso nosso encontro deu certo! Obrigada por ser presença meu “parça”. Por ser da escuta, por ser da paciência e por sempre dizer “tamo junto”. Eu celebro sua vida e caminhos! Obrigada por tudo e tanto!

À Amanda Ramos, amiga de escuta atenta e sensível. Presente da psicologia. A quem chamo carinhosamente de “nega”. Obrigada pelo incentivo de sempre. Por me ouvir, sorrir e chorar comigo, quando eu precisei. Obrigada por celebrar minhas conquistas e não deixar eu esquecer do que eu mereço nos aconselhamentos com sabedoria. Obrigada por me trazer sorrisos largos. Você é um afeto de alegria na vida. Obrigada, por me dizer que daria certo! À Bruno Rosa, amigo com quem muito compartilhei angústias. Amigo que sempre fez questão de celebrar e estar presente em momentos de alegria e necessidade para mim. Amigo que sempre me trouxe a importância de que eu me cuidasse para não pirar. Amigo que celebra minhas produções e trajetórias. Amigo eu te agradeço por tanto, peço que não lhe falte proteção e grandes realizações. Obrigado por ser presença e escuta sensível com sorriso largo e de afeto.

À Suellen Mar(es), impossível não ter mar em seu nome. Você é a imensidão da generosidade, é uma onda que passa e nunca é pesada, é leve e propõe sempre que assim como a onda, que os encontros sejam leves, afetivos, memorandos de cuidado e silêncio. Eu te encontrei sempre que precisei de cuidado e silêncio. Porque somos leveza juntas né, só não no desejo de desbravar o mundo em realizações e ainda bem. Obrigada por ser colo, escuta, ajuda e não me cobrar e sim me amparar. E não deixar de dizer “que o mundo precisa me conhecer”. Obrigada por tudo e tanto amiga!

Ao Bruno Motta, o intelectual negro acadêmico que me inspira tanto, tanto! Sou grata pelo nosso encontro na psicologia, com extensão para a vida. Sou grata pela proteção pedida aos orixás para eu não pirar. Por ser irmão de fé/na/fé. Sou grata, por lembrar sempre que estava/esteve/estará ai! Obrigada por tanto.

Ao Henrique Vargas, (Rick) que te agradeço por me celebrar. Por ser barulho, por ser atrapalhado e me fazer rir. Eu te agradeço por ser escuta e legitimar a imensidão que existe em mim. Agradeço por me celebrar no envio das flores na qualificação. Foi muito importante para mim. Eu te agradeço por ter sido presença junto ao Vini e Tata no dia que eu soube da aprovação de entrada no Mestrado. Nunca vou esquecer como chegaram na minha casa. Eu também te celebro e um dia eu envio/levo flores.

À Romaria Sampaio, mulher viva, que me atravessa sempre no cuidado, escuta sensível, e beleza no existir. Que tem leveza nas mãos consagradas pelos nossos “ancestrais”, oferecendo cuidado para o corpo e mente ser leveza. Sua presença é quentinha como os chás. Obrigada pelos abraços apertados e por ser aconchego! Eu te celebro.

À Larissa Bastos e Nahara Caroline, que para mim é como se fosse uma só no afeto que me atravessa. Minhas amigas de cura, afeto, proteção, sorrisos, escuta sensível e sempre contribuindo com os saberes ancestrais em suas mãos, trançar os meus cabelos e celebrar a realza que há em mim. Agradeço por serem leais, por serem afetivas e me trazerem sobre “o meu direito de ser leve”. Eu agradeço e celebro todo o amor que há entre nós. Que como disse bell hooks é sobre “cura”.

À Fernanda Maia, minha crush da vida. De sorriso largo, me fez sorrir muito em duas de choro, sem nem saber. Obrigada, por me mostrar que pode e deve “ser leve” o quanto puder. Obrigada por ser minha musa, em sonhos. Obrigada pelo encontro e por me alimentar na escuta e celebração de afetos entre nós.

Ao Paulo Cesar Joaquim, um homem de sorrisos largos e muito afeto, é uma festa completa no meu caminho. A cada mensagem de incentivo, me sentia como se estivesse sendo abraçada, celebrada, acolhida. Obrigado por me lembrar muitas vezes o quanto meus passos não são de agora. Por me ver crescer e ter me ensinado muito como ser/estar educadora que é na “relação de olhar, escuta e sorrisos que acontece o “encontro”. Obrigado por tanto!

Às minhas/es pacientes/clientes que atravessaram meu caminho desde 2020, e com vocês nasci psicóloga clínica. Agradeço por me confiaram suas múltiplas histórias com cicatrizes na confiança que eu cuidaria me fazendo confidente íntima de seus processos. Pelo encontro com cada uma/um eu renasço psicóloga clínica. Saibam que é um prazer ser escolhida para afundar junto com vocês, na profundidade que se faz necessário, mas ofertando preparação e cuidado para o momento que conseguem sair do casulo e voar. Sou grata por entenderem que eu precisaria desta pausa neste último mês e dizerem que estariam à minha espera. Na relação de terapeuta com vocês aprendo sobre “o quanto é preciso estar disposta a viver os encontros do presente”.

LIMA, Thais Fernanda Gonçalves. **Vieira das flores na vila missionária**: as escrituras de um território violentado pelo estado e a configuração da subjetividade. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo apresentar como a Violência do Estado, a partir da violência policial, está presente na vida da juventude e de suas famílias nas periferias, especificamente na vida da juventude, das mães e dos moradores da Vila das flores, localizado no bairro da Vila Missionária, onde a autora cresceu e presenciou a polícia assassinar os jovens que ali moravam. A autora apresenta uma análise sobre a importância de movimentos de mães brasileiras que lutam para incriminar o Estado pelo extermínio da juventude preta, pobre e periférica. E os afetos que as cercam, na dor em comum junto ao lema do luto à luta. A metodologia utilizada nesta pesquisa foram as “escrituras”, de autoria da escritora Conceição Evaristo. Ela analisou a partir de registros nomeados por “escrituras de campo” quais afetos atravessam as mães, jovens e moradores/es no território a partir da violência policial, racismo estrutural, desigualdade social, precarização de cultura e lazer. A partir das análises feitas nesta pesquisa pode-se concluir que a coletividade presente nos territórios periféricos, oferecem um estado de maior proteção para a juventude suas mães e famílias, mas que não é o suficiente para que o Estado não extermine seus filhos, irmãos e vizinhos. Ela conclui que é preciso que haja um incômodo por parte da sociedade brasileira, em prol das violências que atravessam as pessoas que vivem nas periferias. O reconhecimento do racismo estrutural atravessa a percepção de que o plano de extermínio do Estado seja uma luta de toda a sociedade e não apenas de tentativa, proteção e luta proteção apenas das mães e moradores destes bairros onde a violência do Estado e policial se faz presente. É preciso que as políticas públicas sejam construídas para que a juventude brasileira possa ter a vida garantida, para isso se faz necessário que o racismo estrutural seja combatido e o direito de viver da juventude seja efetivado a partir de oportunidades de construir projetos de vida, acessando oportunidades nas periferias.

Palavras-Chave: Violência do Estado; violência policial; mães; juventude; periferias.

LIMA, Thais Fernanda Gonçalves. **Viela das flores in vila missionária**: the escrevivências of a territory violated by the state and the configuration of subjectivity. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

ABSTRACT

This research have for aim show how the state violence, by the police violence, is present in the life of the youth and their families in the periphery, especially in the life of the youth, of the mothers and the residents of Viela das Flores, in the neighborhood of Vila Missionario, where the author grow up and see the police killing the young people that live there. The author presents one analysis about the importance of the movement of brazilians mothers who fight to incriminate the state for the extermination of the black, poor and peripheric youth. And the feelings that surrounded her, in the pain in common with the saying “to pain to fight”. The methodology used in this research was the “escrevivências” by the writer Conceição Evaristo. She analysed, using the registers named “escrevivências de campo”, which feelings run through mothers, young people and residents in the territory in which police violence, structural racism, social inequality, precariousness of culture and leisure. From the analysis made in that research it can be concluded that the collectivity present in the peripheric territory offers more protection to the youth, their mothers and families, but that isn't enough for the state to not exterminate their children, brothers and neighbours. She concluded that it is needed that discomfort happens in Brazilian society, to stand against the violence that often happens to people who live in the periphery territory. The recognition of structural racism goes through the perception that, to fight the extermination plan of the state, it is needed to be a fight for the whole society and not a try, protection and fight of the mothers, the residents of these neighborhoods, where the violence of the state and police is present. Is needed that the public policy be built so that the Brazilian youth have the life guaranteed. This is needed that structural racism be fought and the right to live of the youth be made effective from the opportunity to build life projects, accessing opportunities in the periphery.

Keywords: State Violence; police violence; mothers; youth; periphery

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1	"Em dia de luto por aqui, o céu não é azul"	50
Foto 2	Piscina Azul.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDCM	Centro de Defesa e Convivência da Mulher
MSE	Medida Socioeducativa
PIME	Pontifício Instituto das Missões Exteriores
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	26
1. SE NÃO REGISTRARMOS AS ESCRIVÊNCIAS NÃO TEREMOS MEMÓRIAS: PERCURSO METODOLÓGICO DESTA PESQUISA	35
2. VIELA DAS FLORES E CASOS DE UM TERRITÓRIO DEMARCADO PELA VIOLÊNCIA DO ESTADO: QUE TERRITÓRIO É ESSE?	45
2.1 O que é ser um jovem pobre, preto e/ou periférico?.....	49
2.2 A cada 23 minutos um jovem periférico e Negro é assassinado no Brasil.....	52
3. DIÁRIO DE CAMPO DAS AFETAÇÕES: violência do Estado no território periférico	56
3.1 “Se o seu filho não era bandido, ele estava no lugar errado e na hora errada, minha senhora”.....	58
3.2 Desesperada uma mãe grita ao filho – “Cala a boca porra! Deixa o polícia fazer o serviço dele”.....	59
3.3 “Uma perseguição policial vira um espetáculo cultural: o menino com sua motinha sem placa, entre becos e vielas, dá perdidos na polícia em um domingo de sol”.....	62
3.4 4º Encontro Nacional de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo do Estado: Do luto à luta elas seguem juntas.....	65
3.5 Racismo Estrutural e Necropolítica Chacinas nos Corpos Matáveis: é 1, 80, ou 111, 500 tiros. Amanhã, quantos mais?.....	70
4. DIÁRIO DE CAMPO DAS AFETAÇÕES II: a periferia como espaço de resistência	80
4.1 Quando uma mãe pede ajuda na viela das flores: ninguém nega ajuda.....	82
4.2 “Em tempos de pandemia, em frente à VIELA das Flores, uma piscina de plástico redonda, azul da cor do céu, é o afeto da alegria entre as crianças”.....	84
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105

INTRODUÇÃO

Escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si. (Conceição Evaristo, 2020).

A presente pesquisa utiliza-se do conceito de “escrevivências” de autoria da escritora Conceição Evaristo. Mas nesta pesquisa em Psicologia Social optou-se por tratar o conceito como um método de investigação e análise. Dessa forma, a pesquisa parte das escrevivências registradas no diário de campo, para então narrar as histórias vivenciadas no território observado, sentido e descrito por meio de: cenas, fotografias, imagens, sons, cheiros, sentimentos, saudades, tristezas, lutos, gritos, choros, ausências, silêncios, barulhos, afetações do corpo e da mente da pesquisadora. Contudo, o território escolhido para registrar a escrevivência é exatamente onde eu morei. Considero-me ainda uma moradora, pois foi um lugar que vivi durante 24 anos da minha vida, mas também me considero uma sobrevivente, afinal, presenciei e sofri as ações violentas do Estado naquele território. Um território de extrema vulnerabilidade social, política e econômica: o bairro Vila Missionária localizado no distrito de Cidade Ademar, na zona sul da grande São Paulo.

A tarefa à qual me propus nesta dissertação é a de apresentar um território (r)existente, e, portanto, torná-lo visível. Tornando-o visível é possível perceber um sopro de reconhecimento e humanização da existência de vidas das mães, filhos/as, crianças e jovens que foram e são vítimas diretas das violências promovidas pelo Estado. De acordo com o Mapa da Desigualdade da Rede Nossa Sampa (2020, p. 12), referente aos dados-base 2019, o distrito de Cidade Ademar configura-se em um lugar desassistido de políticas públicas para uma população com 283.949 mil pessoas, ocupando o sexto lugar no *ranking* dos distritos com maior índice de população pobre na zona sul de São Paulo.

Ao iniciar esta escrita dolorida, sou tomada pela escrita-afetuosa da intelectual portuguesa Grada Kilomba no seu livro *Memórias de Plantação*, que desperta em mim coragem para escrever sobre o que machuca: a violência do Estado sobre o território onde eu cresci, em

Cidade Ademar, zona sul de São Paulo. Viela das Flores está localizada no bairro Vila Missionária, e é um território onde a violência por parte dos agentes armados do Estado sempre se fez presente, assim como a falta de políticas públicas que fez com que muitos jovens não tivessem nenhuma oportunidade de chegar até seus 15 anos e construir sonhos e projetos de vida. Segundo Kilomba (2020) “a escrita é a forma de mostrar que sigo em luta, rompendo a máscara do silenciamento”. De acordo com essa autora há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. A máscara que a Anastácia era obrigada a usar.¹ Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas. Hoje quero recontá-las. Quero falar sobre a máscara do silenciamento (KILOMBA, 2020, p.33). Aquela máscara que Anastasia usou, também tivemos que usar aqui na viela das flores, quando a polícia invadia a viela com sua abordagem violenta com os meninos, e os vizinhos não podiam abrir a porta, não podiam falar absolutamente nada. Lembro que muitas vezes minha mãe ligava a televisão bem alta e mandava a gente ir para o quarto que era mais distante da janela da cozinha para não ouvirmos eles batendo nos meninos, que muitas vezes estavam apenas conversando na porta de suas casas na viela. Eles diziam a todo tempo “cala a boca neguinho”.

[...] mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representava o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “Outras/os: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2020, p. 33)

Este trabalho nasce, cresce e floresce com o propósito de romper a máscara de silenciamento de um território e de suas localizações, atravessamentos e violências de quem não teve o direito à fala, à vida e à dignidade de existir, ou seja, este trabalho fala sobre os meninos que foram assassinados na viela. Mas também esta dissertação é sobre mim, sobre meus amigos/as, sobre as mães e as companheiras desses jovens. É sobre um território invisível, e sobre mais um espaço periférico violentado. Me autorizo, com a proteção de minhas/meus orixás, a: localizar, falar, analisar, denunciar, memorizar, protestar e talvez curar feridas.

¹ Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representava o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “Outras/os.

Antes de apresentar a dissertação, considero imprescindível apresentar a mim mesma. Sou Thais Fernanda Gonçalves de Lima, filha da Kátia Gonçalves e do Fernando Alves de Lima e neta de Laura, Helena e Amélia. Sou, também, irmã de Daiana, Suellen, Talita e Samuel e tia da Larissa, da Isabela, da Sara e da Sofia.² São essas minhas mais velhas, mais novas e as crianças. Em razão delas, meu caminhar não pode ser lento demais, muito menos rápido demais. Ele precisa ser brando para existirmos juntas. Venho de uma família de mulheres negras, periféricas e fortes, que me ensinaram, na travessia de meus caminhos, a enfrentar de cabeça erguida as desigualdades raciais e sociais, para poder realizar meus sonhos de transformar o mundo. Tracejar um caminho como pesquisadora implica em possibilidades de transformar os caminhos que o mundo não me ofertou como escolhas, mas sim como imposições. Como sou teimosa, tenho criado meios de transformar as imposições que entendo não serem caminhos dignos à maestria da existência da população afro-diaspórica a que pertencço.

Eu nasci na cidade de São Paulo, no bairro de Vila Clara, distrito de Jabaquara, na zona sul. Sempre morei na periferia, e no bairro referido morei até os meus oito anos de idade em companhia de minha mãe, pai, irmãs e irmão. Cresci na periferia, e demorei a entender, por muito tempo, porque meus pais – ele, um segurança, ela, doméstica – trabalhavam tanto, tanto e tanto! Quando eu completei oito ou nove anos, fomos morar no distrito de Cidade Ademar, bairro da Vila Missionária, ou a também conhecida Cidade Júlia. Meus pais tinham, finalmente, haviam comprado a tão sonhada casa própria em uma viela que hoje tem o nome de VIELA das Flores.

Era uma casa pequena com três cômodos grandes, que foram divididos entre cozinha, sala e dois quartos: um do casal e outro compartilhado entre as filhas e o filho. Para os meus pais, significava a realização de um sonho. A casa era uma das primeiras da viela. Até que veio a primeira chuva. A antiga dona, obviamente, não informou aos meus pais que a viela enchia quando chovia e, dependendo do fluxo, o esgoto a céu aberto que corria na entrada da viela, podia entrar na casa das/os moradoras/es. Assim, a água da chuva e o esgoto invadiram a conquista de meus pais, exatamente nas primeiras semanas após a mudança, num momento em que nós, filhas/o, estávamos sozinhos na casa e o portão encontrava-se trancado.

² No primeiro parágrafo trago os primeiros nomes de minhas mais velhas e mais novas. Na cultura diaspórica e africana reverenciar aquelas que vieram antes é uma forma de agradecer e celebrar a existência daquelas que resistiram para que eu pudesse existir e dar continuidade de caminhos, até chegar às minhas mais novas, para que então eu passe a ser suas mais velhas também. Escrevo seus nomes para que no futuro minhas mais novas leiam e entendam a continuidade de nossa família. Não podemos voltar para trás.

Nos vimos, de repente, em cima da cama da mamãe, que flutuava entre todos os outros móveis da tão sonhada casa própria para a qual meus pais tinham, durante anos, juntado dinheiro para comprar. Fomos socorridos por vizinhos, que quebraram o cadeado do portão e entraram, nos salvando de um possível afogamento. Em meio à gritaria, choro, medo, meu irmão menor pedia a todo o tempo: “Eu quero minha mãe”. Lembro de não soltarmos a mão um dos outros. Era a certeza de que se fosse para morrer, estaríamos juntos, cuidando um do outro, como minha mãe sempre reforçava que era nossa responsabilidade fazer, antes de sair de casa para trabalhar, às 7h da manhã, e só retornar por volta das 20h.

Às/aos leitoras/es que leem este trabalho podem estar se perguntando o porquê de eu relatar memórias de minha vida pessoal. Essas memórias me constituem e contá-las implica romper a “máscara do silenciamento” (KILOMBA, 2020) que, de algum modo subjetivo e coletivo, reconhecia que viver na Viela das Flores faria com que eu chegasse até aqui, para falar das dores que não são só minhas. Minhas escrituras falam sobre um território que no mapa da desigualdade social é de grande extensão, ante o pouco acesso às políticas públicas quando se vive nas periferias.

Eu cresci vendo as pessoas construírem e perderem suas casas, barracos, cômodos na Viela das Flores, em territórios que foram adquiridos ou passados de geração a geração, de mães a filhas/os, transmissão esta sempre marcada por qualidade de vida precária e perpassada por escassos recursos financeiros. Por isso mesmo, ao herdeiro sempre cabia (re)construir um pouco mais. Afinal, quando se é pobre periférica/o tudo o que se almeja é uma casa para chamar de sua. Na maioria das vezes, não importam as condições em que essa se encontra, mas, sim, a sensação de pertencimento ao meio social, a sensação de ter um lugar.

Foi assim que eu cresci, vendo as pessoas desejarem ter um pedaço de terra para chamar de seu. Por volta dos 11, 12 anos de idade, comecei a entender que aquela viela apresentava grande perigo às crianças que ali brincavam, pois nossos pais não permitiam que nós, seus filhos, brincássemos no beco quando eles não estavam em casa. Passávamos os dias assistindo à televisão em casa, organizando-a e aguardando pela volta da mamãe para casa, para que pudéssemos ter a permissão dela de poder brincar com as demais crianças lá fora.

Lembro-me das noites quentes quando eu via um vizinho com seu violão cantando louvores evangélicos, enquanto a gente brincava, pulando e correndo em todas as direções da viela. A brincadeira mais divertida, em razão das várias entradas e saídas da Viela das Flores, era o “esconde-esconde”, pois tínhamos mais opções para nos escondermos uns dos outros. Contudo, algumas crianças que brincavam na viela, logo tomaram o rumo de saída da infância. Muitos dos meninos que comigo brincavam deixaram de ser vistos como crianças, uma vez que

já estavam se iniciando no uso de drogas consideradas ilícitas na sociedade e criminalizadas nas periferias.

Ter pouca idade, mas demonstrar maturidade era condição que se impunha, e não escolha. “Passar” droga desde tão cedo é alternativa que se apresenta, para muitos, como possibilidade concreta de ter acesso ao alimento e/ou poder ajudar suas mães que são chefes de família, muitas vezes sem a figura paterna, sendo que muitas vezes o salário delas não era o suficiente para cuidar de todos os filhos. Na época eu não entendia muito bem, mas ouvia conversas e desabafos entre as mães, dizendo que aquela vida não era a que eles deveriam escolher. Mas, ali na Viela das Flores nunca alguém cogitou que os direitos assegurados pela Constituição de 1988 não se estendiam aos meninos dali. Naquele território não há uma compreensão de que crianças e jovens periféricos têm direitos constituídos, desde à educação, ao esporte, à cultura, ao lazer e ao direito à vida. “[...] pelas trilhas de uma favela onde cedo se aprende que só a custo de muita teimosia se consegue tecer a vida com sua quase ausência ou negação, com carência, com ameaça, com desespero, com ofensa e dor.” (FREIRE, 1996, p.74).

A Viela das Flores, em diálogo com a escrita de Paulo Freire, foi o lugar em que eu fui teimoso, acreditando sempre que seria possível viver com menos desigualdades e mais oportunidades. Porém, como o autor argumenta, parece que a única possibilidade dessas oportunidades chegarem é na escassez de uma existência não humanizada que é ser e viver. Nas periferias, a gente cresce na dor. Esse discurso está fragmentado em atravessamentos com maior perversidade para pessoas negras e periféricas. Eu ali, como uma criança/adolescente, com meus amigos fui entendendo o que era tecer a vida na favela, com a certeza de que para ser alcançada pelas oportunidades seria necessário perseverar muito. Ali cresci brincando na viela com as Marias e Joãos.

Éramos mais ou menos 20 crianças e adolescentes de uma mesma geração que brincávamos juntos: Lucas, Jhonatan, Laís, filhos da Mônica, melhor amiga de minha mãe; Daiane (sobrinha de Mônica), filha de Meca e Simone, os vizinhos que empunhavam o violão para cantar louvores evangélicos na viela; Igor e Enguinho, filhos da Tia Darci, uma mãe solteira e a mais afetuosa com as crianças; Elizabeth, Vanessa, Kiko, Ronaldo, Buriel e Jucileide, filhos da Teresa, mulher negra sempre sorridente e com cigarro na boca, disposta a ajudar a todas as pessoas, mesmo parecendo ter tão pouco; Bruno, filho da Lúcia e meu melhor amigo de infância, com quem eu ia à escola na primeira série e que nunca zoou meu cabelo crespo. É meu amigo até hoje. Janaina, Gabriela e Thiago, filhos da Zi, a mulher que sempre carregava uma bíblia e fazia orações na casa das pessoas, cantando um mesmo louvor em voz alta na viela; Alex, Flavinho e Nick, filhos da Rosilda, dona da voz mais bonita ao cantar louvores; Marcelo,

filho da Raquel, a que vendeu uma de suas casas para meus pais e que tinha fama de ser brava. E os filhos de minha amada mãe (Kátia). Somos da mesma geração das Marias e Joãos que conosco cresceram, desbravando possibilidades de existir na Viela das Flores sem sermos assassinadas/os. Trazer o nome das Marias e Joãos que comigo cresceram é manter viva a memória dos que foram, mas também é celebrar a vida dos sobreviventes. É sobre celebrar existências de crianças e jovens que foram e são vítimas da violência do Estado nas periferias brasileiras.

Por muito tempo, ou até hoje eu sinto que o meu existir precisou ser fora do território da vila missionária, as experiências que fui tendo e as percepções sobre a viela das flores como um espaço de moradia em que crescemos vivenciando violências, fez com que eu não conseguisse sentir-me segura, e com possibilidades de construir um projeto de vida com sonhos e realizações. Crescemos em meio a tiros e a alertas de que a polícia estava prestes a entrar na viela. Foi a partir de momentos como esses que as nossas vidas foram sendo marcadas pelo medo e o pânico da polícia, sendo essa a realidade de quem está nas periferias. Porém, este é o processo de configuração de subjetividades periféricas em um território demarcado pelas desigualdades sociais. Eu sempre senti medo de minha família ser vítima de uma bala perdida, que ali sempre achou um corpo pobre, periférico e escuro, balas que ali nunca foram perdidas e sim direcionadas e esses corpos.

Minha irmã mais velha com 15 anos, fez parte da ONG chamada Aldeia do Futuro, que oferecia cursos profissionalizantes para jovens em situação de vulnerabilidade social. Eu tinha 12 anos, estava na 6ª série do ensino fundamental, minha irmã voltava sempre muito feliz de lá, contava várias histórias dos amigos que fez e eu só pensava que gostaria de ter logo 14 anos para também poder frequentar a ONG. Quando cheguei aos quatorze eu fui para lá, a partir de então eu fui transformando o meu olhar sobre mim, entendendo que eu não tinha autoestima enquanto uma adolescente preta. Comecei a ter uma outra visão sobre o meu território e sobre minha família. O tempo em que fiquei lá, abordamos diversos temas que tinha a ver com a periferia e discutíamos como eles atravessam as vidas enquanto jovens pobres e periféricas/os. As educadoras e os professores tinham pouca idade, o que facilitava nosso processo de identificação, e nos diziam como era fundamental que a gente não deixasse de acreditar que era possível ter sonhos. Isso sempre me chamou atenção, pois a lógica da fala é sempre “Nunca desista de seus sonhos” – o professor Alípio sempre me disse isso.

Mas, ali era diferente. Elas/es sabiam que estavam lidando com uma juventude que não sabia ser possível – a nós, entre nós, por nós – ter sonhos. O espaço da aldeia do futuro me trouxe novos amigos, mas foi também o lugar que me despertou para sonhar. Lembro que logo

me envolvi com as atividades que ocorriam nos fins de semana em comunidades da região, meu vínculo era com as oficinas da ONG Aldeia do Futuro, com foco no desenvolvimento de um olhar para o território e para o protagonismo juvenil. Eu permaneci lá cerca de um ano e meio, atuando em um programa chamado “Agente Jovem”, fomentado pelo governo federal, para jovens entre 15 e 21 anos, moradores das zonas periféricas do território, recebendo o valor de R\$ 65,00 mensais. Durante seis meses na instituição, recebemos formação em mediação de leitura, recreação, cidadania e meio ambiente. E nos outros seis meses, passávamos praticando, o que havíamos aprendido na formação teórica, nas escolas de ensino fundamental. Eu já tinha 15 anos – foi a primeira vez que eu escrevi um projeto de intervenção da comunidade e apresentei a direção da escola, para atuarmos com as oficinas, desde então nunca mais deixei de escrever projetos sociais e culturais.

Tínhamos encontros com muitas trocas, experiências e afetividade, e foi ali que eu construí outras relações de amizade, já que na Viela das Flores, pouco a pouco eu via meus amigos sendo privados de liberdade ou assassinados pelo Estado. A morte de um jovem periférico é precedida de muitos outros atos de violências, já concebidos na trajetória deles, antes de chegar à morte por arma de fogo (morte fatal), as mortes sociais já aconteciam por quem os viola: o Estado brasileiro. Foi isso o que aconteceu com os amigos que comigo cresceram. A existência de políticas públicas é sempre falha nas periferias. Isso impede, todo o tempo, que esses jovens sejam humanizados, com possibilidades de chegar, por exemplo, na ONG Aldeia do Futuro e poder configurar subjetividades no projeto de vida.

Aos 24 anos eu me mudo para o distrito de Grajaú, extremo da zona sul, e após 6 anos longe, eu retorno à Viela das Flores para observar o território com o meu afeto e reconhecimento das desigualdades que o permeiam ao longo de diferentes gerações, pois é como se eu estivesse salvando os amigos que perdi de algum modo – trazendo a vida de volta, a vida que foi ceifada pela violência que estrutura os territórios periféricos a partir da desigualdade racial e social; que não permite os acessos mínimos às pessoas que vivem na Viela. Mas essa sensação de salvamento tem a ver com a minha história. Eu precisei me desvincular do território e atuar em outras periferias para conseguir voltar à minha.

Nesse sentido, o mestrado tem sido a possibilidade (certamente, muito dolorosa) de dar visibilidade ao território e às violências que o cercam. Tenho procedido com a observação e escuta na comunidade da Viela das Flores, na Vila Missionária, em Cidade Ademar, agindo como alguém que percebe com muita cautela e atenção o som emitido pela concha do mar, quando a colocamos no ouvido. Baixinho e barulhento, ao mesmo tempo, mas um barulho que deseja acolher, sanar a dor, despertando para uma entrada no mar sem medo do afogamento ou

a perda de mais um jovem, de mais alguém. Essa concha sinaliza a luta pela sobrevivência, atravessada pelo descarte do Estado às subjetividades e corpos pobres e escuros.

Voltar ao território tem sido um despertar de angústias, medos, encontros e reencontros com a minha criança e a adolescente desse lugar. Há, em mim, um medo de não ser mais reconhecida nesse território, pois nele parece que construí um deslocamento social de pertencimento, por minhas andanças terem se dado em outras periferias que não a que eu cresci. Mas, ao mesmo tempo, uma coragem constante e esperançosa toma conta de mim, pela oportunidade de escutar, registrar, visibilizar a existência desse território e de seus personagens da vida real. Me proponho a dar visibilidade, na escrita, a nosso território completamente desassistido pelas políticas públicas do Estado. Isso estimula minha ânsia de seguir transformando, a partir da escrita e atuação social, a esperança concreta de sentir outros perfumes e de semear novas plantações e colheitas.

Gostaria, aqui, de salientar duas informações que acredito serem importantes para quem lê este trabalho: Inicialmente, quando escrevi o pré-projeto de Mestrado, a intenção era fazer uma pesquisa-ação-participante, utilizando como metodologia entrevistas com mães de jovens que cresceram comigo e foram assassinados pelas forças de segurança do Estado. Entretanto, ante as dores invisíveis e visíveis de minhas perdas – pai, avó e uma amiga – e em respeito às mães que fariam parte do caminho de pesquisa, acometidas pela covid-19, optei por trazer à tona as violências do território registradas em meu diário de escrivência durante a pandemia. Em certa medida, elas dialogam com a violência que incide sobre essas mães, hoje adoecidas física e psicologicamente pela dor da perda, silenciadas por terem seus filhos assassinados nas décadas de 1990 a 2000. A segunda informação, é que escolho falar em primeira pessoa em quase toda a composição das narrativas descritas no trabalho. Me acalenta ler a autora Grada Kilomba afirmando sobre a importância dessa atitude para a descolonização do pensamento e da linguagem escrita:

Eu sou quem escreve a minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Neste sentido eu me torno a oposição absoluta que o projeto colonial predeterminou (KILOMBA, 2020, p.28)

A dissertação está desenvolvida da seguinte maneira. O capítulo I apresenta a metodologia que foi utilizada nesta pesquisa, a partir de cenas e vivências sobre as violências sofridas dentro do território, nomeei os registros de “Diário de campo das afetações”, objeto de discussão dos capítulos III e IV. O Capítulo II trata de uma breve apresentação do território da

Cidade Ademar, fundamentado, sobretudo a partir do livro *Vila Missionária: Constituição e Desenvolvimento da Periferia na Cidade de São Paulo (1960-1990)*. Aqui também abordamos, a questão da juventude negra e periférica e os atravessamentos sociais que os cercam nessa condição, tendo por base de reflexão os dados estatísticos do mapa da violência no Brasil.

Nos capítulos III e IV apresento sete escrituras, narradas e sentidas, que utilizo como forma de investigação e análise. Todos os casos foram registrados durante o primeiro ano da pandemia, em 2020, período em que estive diariamente no território, na casa de minhas irmãs, após a perda de nossos familiares, o papai e o avô.

No capítulo IV a discussão está destinada à apresentação de alguns conceitos das/os autoras/es que serão aprofundados como referenciais teóricos para suporte às categorias a serem analisadas sendo elas: racismo estrutural, desigualdade social, pobreza, violências do Estado contra juventude, mulheres/mães, morte social e a política dos afetos presentes no território. Além disso abordei a importância d(as) psicologia(as) comunitárias em territórios periféricos que seja da descolonização do cuidar à reparação histórica como um direito à saúde mental, construída coletivamente com base no papel da psicóloga/o social na escuta ativa, acolhimento, coletividade e humanização a populações que são consideradas/os, pelo Estado, como corpos/os descartáveis (MBEMBE, 2018). São corpos/os que fazem parte de localizações na cidade ditas subalternas ou subalternizadas: comunidades, periferias e favelas.

Informo que por escolha política e de reparação histórica da escrita não legitimada, muitas vezes em trabalhos científicos e acadêmicos, todas as autoras terão seus nomes escritos por completo nas citações de suas palavras escritas neste trabalho como forma de legitimar a intelectualidade que ainda é negada da produção de conhecimento feita por mulheres, principalmente mulheres negras.

1. SE NÃO REGISTRARMOS AS ESCRIVÊNCIAS NÃO TEREMOS MEMÓRIAS: PERCURSO METODOLÓGICO DESTA PESQUISA

Escrever é dominar o mundo”, conclui Clarice Lispector. Não tenho a experiência de domínio algum. A escrita nasceu para mim como procura de entendimento da vida. Eu não tinha nenhum domínio sobre o mundo, muito menos sobre o mundo material. Por não ter nada, a escrita me surge como necessidade de ter alguma coisa, algum bem. E surge da minha experiência pessoal. Surge na investigação do entorno, sem ter resposta alguma. Da investigação de vidas muito próximas à minha. Escrivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência (EVARISTO, 2020, p.34).

Até conhecer a Conceição Evaristo eu não tinha a dimensão da importância das minhas próprias escrituras e como o ato de escrever possibilita a nós mulheres negras sentir que podemos ter o “domínio do mundo”. Penso “Mas como uma pulsação antiga, que corre em mim por perceber um mundo esfacelado [...] desde sempre. E o que seria escrever nesse mundo?” (NUNES, 2020, p.35). Mas o que são essas escrituras? Do que fala? Quem irá ler o que escrevo/sou nesse mundo? Já que a escrita diz sobre existir no mundo, com as nossas histórias, vozes, barulhos, silêncios, que muitas vezes de onde me localizo o mundo desconsidera. Mas, nas inquietações lembro-me de minha musa intelectual e inspiradora Conceição Evaristo a partir da reflexão da Isabella Nunes (2020, p.35) sobre “Escrivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida”. Sendo assim, se o mundo é vida, se estou viva, tenho escrituras para narrar as trajetórias de minha própria vida e dos lugares onde habito. No “mundo que busco apreender para que eu possa, nele, me auto inscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha.” (NUNES, 2020, p.35). Quando escrevo sobre a vida das flores as letras são também de quem não pôde escre(viver). “o que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e, quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita”? Me disponho com audácia a responder Isabella Nunes: porque tenho muitos sonhos a realizar com minha própria escrita, sobre as trajetórias das mulheres que me cercam, mas que ainda não as escrevi. E são os movimentos que podem me permitir a realizar, afinal, “escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita [da protagonista], proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo”. (NUNES, 2020, p.35)

Contudo, se a gente não registra, não temos memórias no mundo. E se não temos memórias não temos escrituras. Insuportável seria existir no mundo com memórias vazias. Por isso gosto tanto de ser aquela que tira fotos de todos os encontros com familiares amigas/os.

Uma parte da história foi apagada, pois queimaram os registros que poderiam nos permitir a contar histórias de nós: PESSOAS PRETAS. Desse modo, a escrevivência, realiza-se a partir de escritoras negras “como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças”. (EVARISTO, 2020, p.12). Se antes nós mulheres negras não dominávamos a escrita, hoje a nós pertence, sem que a oralidade e a ancentralidade sejam esquecidas.

Escrever me permite existir, foi a partir da escrita que nasceu em mim a esperança de ser uma sobrevivente na viela das flores. Foi a partir da escrita do primeiro projeto social com 15 anos, que eu enxerguei que meus amigos precisavam ser lembrados, por não terem tido a oportunidade de construir projetos em/de vida. Foi na escrita que eu desejei legitimar que mulheres negras produzem conhecimento sobre(vivendo). É a ânsia, em visibilizar esse território, pelas oportunidades que consegui acessar de estudos que eu escrevo, ainda que os meninos que cresceram comigo não tiveram possibilidade de consolidar um projeto de vida. É pelo desejo de fazer com que as mães dos meninos deste território não sejam culpabilizadas e criminalizadas que eu trago as escrevivências, pois imagino que elas se sintam culpadas pela morte dos seus filhos pelo Estado. Por eu ser uma mulher negra e periférica, psicóloga e pesquisadora com trajetória de luta que eu escrevo estas escrevivências.

A produção de Conceição Evaristo (2020, p.203) aponta para a pertinência da escrita das mulheres negras por trazer uma visão de mundo distinta daquela produção científica hegemônica ocidental: “marcadamente branca e androcêntrica, como um sinal da virada epistêmica em que essa produção se insere, bem como por sustentar a força de uma ética engajada à militância nos escritos e movimentos políticos de mulheres negras”. Optei pela metodologia desenvolvida por Conceição Evaristo por considera-la um caminho para expressar as minhas experiências enquanto autora, mas que, de certo modo, tratam-se de experiências que narram vivências coletivas de jovens e mulheres. A mulher preta que tem acesso à escre(viver) suas narrativas em determinados espaços, está escrevendo sobre si no presente, mas sobre as suas mais velhas (ancestrais) que não puderam escre(viver) no passado. Isto porque nossas mais velhas viveram em condição de escravidão e de subalternidade, o que as colocava, naquela época, no lugar de “amas de leite” de servidão dos filhos que se quer elas tinham parido. O direito de escre(viver) suas histórias nunca foi das mulheres/ mães pretas:

E a Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência.

Foi nesse gesto perene de resgate dessa imagem, que subjaz no fundo de minha memória e história, que encontrei a força motriz para conceber, pensar, falar e desejar e ampliar a semântica do termo. (EVARISTO, 2020, p.11)

Conceição Evaristo, (2017, p.12) afirma que as escrevivências informa sobre “o sujeito da literatura negra [que] tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos”. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros, e ao falar dos outros, fala de si mesmo.

Após um período de entrada em movimentos sociais e grupos que dialogavam sobre a identidade negra, comecei a entender a importância de registrar tudo o que é parte da história, de modo a deixar um legado para quem vier depois de mim. Os registros escritos e fotografados passaram a ser fundamentais, pois se não registrarmos nossas escrevivências não teremos memória, pra lembrar, contar, (re)contar, (re)viver como preservação de nossas histórias no tempo do passado, presente e futuro – (d)escritas por nossas próprias mãos.

Ao passar do tempo fui entendendo que isso tem uma co-relação com as histórias que nos contaram sobre o povo preto, que saíam arrancadas/os de suas nações no Continente Africano, em navios negreiros e que viam seus documentos serem queimados. Tais documentos continham registros sobre suas origens, ou seja, informavam sobre o momento no qual foram vendidos como escravos. Atear fogo nos documentos foi um ato para apagar as memórias do povo preto, para que elas/es não soubessem de onde vieram. Não podiam ter conhecimento sobre si, sobre quais eram suas histórias e de onde vieram. Santos (2019, p.161) “disse-me outro dia” mãe Muagi, do terreiro Tumba Junsara, de Salvador:

“Ancestralidade é memória e sentido do pertencimento cósmico e comunitário. Conta a lenda que antes dos negros atravessarem o Atlântico passavam um número de vezes em volta da árvore do esquecimento”. Os povos europeus colonizadores que capturavam os africanos quiseram que estes esquecessem sua cultura, seu país, seu jeito de ser, sua religião, sua família, sua língua, sua comunidade e até sua humanidade. (SANTOS, 2019, p.161)

E dessa maneira, “colonização da memória” contribuiu para desumanizar o povo africano e por consequência, o apagamento da memória se perpetuou nos seus descendentes “quis apagar sua memória para lhe fazer sentir-se coisa nenhuma, objeto, escravo.” (BONA, 2016 *apud* SANTOS, 2019, p.161). De acordo com Lissandra Soares (2017, p.205) o apagamento histórico das negras e negros brasileiros fez parte do processo de colonização, e portanto, contribuiu para a formação de uma posição subalterna em relação ao conhecimento dos colonizadores europeus, o que se reflete na deslegitimação da escrita nacional.

O processo de escravidão no Brasil ocorreu desde o período colonial até o Brasil Império (1500-1888), com isso houve a formação de uma cultura oral, na qual a transmissão do conhecimento era passada por conversas, ditos populares, lendas, parábolas, provérbios – contribuindo para a formação do folclore e cultura nacional, seja nas artes, religiões, culinárias (EVARISTO, 2009). Na obra *Becos da Memória* (2017, p.206), Conceição Evaristo reflete que, em uma escrevivência, “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”. Assim, a autora inicia o processo das escrevivências com a abertura para o processo criativo, com espaço para invenção, imaginação, sem perder de vista os fatos, o que leva à construção de narrativas particulares, mas apontando para a coletividade.

Na sabedoria intelectual de Carla Akotirene (2019, p.190), o nosso desafio como intelectuais negras é político, e no sentido de rejeitar “quaisquer expectativas literárias elitistas, jargões acadêmicos, escritas complexas na terceira pessoa, e abstrações científicas paradoxais sobre a sombra iluminista eurocêntrica, míope a gramática ancestral da África e à diáspora”.

Ainda sobre a importância da escrita literária de pessoas negras, Lissandra Soares e Paula Machado (2017, p.205) citam a autora Rosângela Cruz (2017) que afirma:

A literatura afro-brasileira” pode ser considerada uma contra-narrativa da nação porque abala a ideologia do nacionalismo e tem um olhar crítico sobre o Estado e a identidade nacional; e, ainda, por reescrever a seu modo a História”. Nesse contexto, a escrita de mulheres negras procura destacar as características de uma produção a partir dessa posicionalidade.

Ou seja, a escrita de pessoas negras ainda na contemporaneidade é uma questão a ser legitimada, sendo a população que segue em disputa pelo reconhecimento da diversidade de produções (SOARES, 2017). Para tanto, Duarte (2008, p. 18) propõe algumas categorias para analisar se uma obra pode ser situada nesse nicho. Tais categorias remetem: a) à temática, na qual a/o negra/o precisa ser o tema principal; b) à autoria - para além da discussão sobre o que é ser negro no Brasil, o autor acredita que o fundamental para uma escrita negra seja a *posicionalidade* que rompe com um discurso colonizador, “em uma visão de mundo distinta do branco” ; c) à linguagem, requisito em relação ao qual Duarte (2008, p.18) afirma que “a afro-brasilidade tornar-se-á visível já a partir de uma discursividade que ressalta ritmos, entonações, opções vocabulares e, mesmo, toda uma semântica própria, empenhada muitas vezes num trabalho de ressignificação que contraria sentidos hegemônicos na língua” e, finalmente; d) ao público, composto de leitores/as com anseio de afirmação identitária (DUARTE, 2008, p.206).

A ficção, então, na escrevivência evaristiana pode ser vista como um ato de resistência por permitir que a escrita seja permitida às pessoas que vivem em situações de crises sociais:

“o que veremos é que resistir por meio da literatura é também reexistir, e para um povo cuja voz foi e é constantemente sufocada, a escrevivência se torna um recurso de emancipação.” (MELO; GODOY, 2017, p. 1289 *apud* SOARES; MACHADO, 2016 p.30-31).

Sueli Liebig (2016, p. 6) “percebe que é através da ‘escrevivência’ dessas mulheres que ela reconstrói e renegocia sua identidade de mulher negra e pobre”, cuja vida, em geral, tem marcas de violências, relações de dominação, o que aparece na forma de “deslocamentos e desmembramentos”. A escrevivência de Conceição Evaristo é uma forma de superação, reversão daquela situação de subalternidade. A escrita de mulheres negras está em uma dimensão ética, erguendo vozes que enuncia narrativas, de um *nós* compartilhado, pois a escrevivência é um processo particular, mas não se encerra aí, uma vez que se amplia na coletividade com outras mulheres negras. Além disso, reconhecer que a metodologia desta perspectiva possibilita, entre protagonista, pesquisa e pesquisadora, a transformação das narrativas discursivas de mulheres negras, estarem na posicionalidade de primeira pessoa (FERREIRA, 2013; VICTORINO, 2015, MATTOS; XAVIER, 2016). Rosângela Araújo (2012, p.47), analisa o termo acolhe “os traços de negricia ou negrura do texto”, posto que a vivência e a experiência da mulher negra na escrita potencializa a negrura nas mãos de quem a escreve. A história passa a ser contada por meio da perspectiva da autora como protagonista.

Assim como sugere Luiz Henrique Oliveira (2009, p. 88) “as narrativas de Conceição Evaristo emergem desde um lugar de enunciação solidário e identificado com o contexto da periferia, principalmente no que diz respeito às mulheres negras”. O autor também identifica três elementos que compõem as escrevivências - corpo, condição e experiência:

[...] o primeiro, reporta à dimensão subjetiva do existir negro, arquivado na pele e na luta constante por afirmação e reversão de estereótipos. Lê-se o passado e a tradição contrabandeando-os, saqueando-os. A representação do corpo funciona com o ato sintomático de resistência e arquivo de impressões que a vida confere. O segundo aponta para um processo enunciativo fraterno e compreensivo com as várias personagens que povoam a obra. [...] O terceiro, por sua vez, funciona tanto como recurso estético quanto de construção retórica, a fim de atribuir credibilidade e persuasão à narrativa (OLIVEIRA, 2009, p.88).

Lissandra Soares (2017, p.207) afirma que as escrevivências utilizadas como ferramenta metodológica, merece destaque quando na produção do conhecimento presta uma subversão, introduzindo uma fissura artística na escrita científica. Assim como reafirmam Geny Guimarães, Hildália Cunha e Danielle Santos (2014):

A escrevivência como um traço característico na escrita negra feminina, mesmo em obras anteriores à elaboração do conceito, como Maria Firmina

dos Reis, Júlia Lopes de Almeida, Carolina Maria de Jesus, a própria Conceição Evaristo, entre outras autoras negras que escreveram sobre as suas histórias de vida.

Apesar destas autoras citadas acima, terem escrito suas narrativas em formato de escrituras, elas foram muito pouco visíveis no tempo delas, todas elas mulheres negras que escreviam a partir de suas escrituras não tiveram visibilidade na literatura brasileira, por ocuparem lugares de subalternidade antes de se tornarem escritoras.

Contudo, escrituras a mim é para não eu não me perder, é pelo (re)encontro com esse território e com as pessoas que aqui estão no presente e no passado, que seguem me atravessando em memórias e contrariando as estatísticas na coletividade que se faz presente. Escrevo neste sábado com barulho da máquina de lavar roupa de minha irmã. É dia das muitas donas Marias cuidar da casa, dos filhos, do almoço. Hoje aqui tem um céu azul, um sol quente. Um barulho de moto bem alto, e neste exato momento são 13h55 min. Tomei café com minhas irmãs, falávamos sobre o livro que a Larissa, minha sobrinha de 10 anos escreveu, baseado na história da Moana. Ela não é princesa, é guerreira, vai ter uma noite de autógrafos e nós estávamos aqui falando sobre as expectativas para esse dia. Ela talvez use uma camiseta que está escrita “*Lute como uma garota*”. Aqui na laje, um vento sobre mim, e com uma vista para muitas casas, uma juntinha da outra. Todas as casas aqui têm janelas. É preciso entrar vento para ter respiros, é preciso janela, para olhar as crianças brincando na rua. É preciso de janela, para ser testemunha se a polícia chegar na violência. O olhar e ação do povo em filmar por exemplo as violências pode ser alvo para se fazer justiça. As casas aqui são de tijolos vermelhos, elas foram construídas e para isso há muito suor, de gente trabalhadora. Percebe que uma em cima da outra, uma colada na outra, não tem isolamento acústico, porque o isolamento aqui é social. Estamos no morro, para chegar na avenida onde tem mercado, escolas, ponto de ônibus e posto de saúde (acessos básicos) é preciso subir ladeiras. As casas são construídas nas subidas. Sinto que é como a estrutura um dia pudesse permitir que aqui seja avenida. Nas periferias, quanto mais embaixo as casas estão, menos o poder público enxerga, chega, acolhe, legítima direitos básicos. Aqui para ser enxergada/o é preciso sair e subir ladeiras. Mas para a gente subir os morros da periferia é preciso ter força nas pernas, porque subir a ladeira dos morros é pouco perto da maior conquista de uma pessoa pobre muitas vezes ter/construir uma casa.

Lembro de quando foi construída dos meus pais. Eu escrevi sobre essa trajetória, publicado para minhas sobrinhas lerem no futuro. O livro intitulado *Carolinas: A Nova Geração de Escritoras Negras Brasileiras* foi organizado pela FLUP e foi lançado em 2021. Trás escrituras de 180 autoras, todas mulheres negras, inspiradas pela obra da autora Carolina

Maria de Jesus, a primeira mulher negra na década de 60 a fazer sucesso nacional e internacional no meio literário, com o livro “*O quarto do despejo*” que narrava suas experiências de como era ser mulher negra na favela com três filhos, pouco letramento e pouco dinheiro.

Eu escrevi aos meus pais um conto real de experiência, sobre eles, sobre nós. Chama-se “*Katchu e Tinguá*” (2021, p. 451) e sobre construir a casa eu disse:

Me lembro do dia que bateram a laje. Um monte de homens. Os caras da rua. Os amigos do papai. Os vizinhos da viela. Ajudamos a mamãe a fazer comida e buscar as carnes para o churrasco que teria depois. Era muita gente. Muito cimento. Muita gritaria. Um dia de festa pra nós. Porque nossa casa estava ficando pronta. Assim que secou a laje. Papai já queria mudar para sair do aluguel. Mudamos.

Aqui sempre foi uma alegria, quando chegava o momento de encher as lajes, pois a coletividade se fazia presente. Os homens misturavam cimento, pedra, areia para formar uma massa de concreto para segurar a estrutura da casa. As mulheres preparavam arroz, salada de alface e maionese, e o tempero das carnes. Quando terminava de encher a laje, era momento de celebrar, festejar, começar o churrasco. O churrasco era uma forma de agradecer aos vizinhos, amigos, conhecidos presentes no enchimento da laje. Laje por aqui tem um sentido político como nos apresenta Elânia Francisca:

Então, quando alguém tinha condições financeiras para construir uma casa com laje, era um evento no bairro! Todo mundo se mobiliza para ajudar a bater a laje do vizinho — processo que consiste em colocar massa de concreto (cimento, pedra, água e areia) em cima de uma estrutura formada por lajotas de cerâmica e vigas. Nesse processo, pouco importava se a casa era sua ou não, uns ajudavam os outros. O evento acontecia sempre aos domingos e era preciso acordar bem cedo para organizar tudo. Tinha o grupo que preparava a massa de cimento, outro que a carregava até o telhado e tinha o grupo que temperava a carne e organizava o churrasco. Sim! Por que bater laje também era comer, ouvir um samba, conversar e descansar.³

Conto essa história para que saibam sobre meu lugar de narrativa, mas também para criar uma metáfora sobre a importância da coletividade no autocuidado. Lendo Elânia Francisca (2020) rememorei, que a uns meses atrás escrevi sobre o território para publicação de um boletim sobre a periferia e a pandemia da Covid-19, intitulado “*Diálogos entre experiências Isolamentos periféricos: atravessamentos políticos e sociais*”. Na correção para a publicação foi tirada a palavra de sentido afetivo por mim, e que tem um cunho político na periferia “*laje*”, quando no texto escrevi a seguinte frase: “*toda vez que vejo da laje as crianças brincarem*”,

³ Trecho retirado da coluna escrita por Elânia Francisca no Viva Bem Uol em 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/elania-francisca/2020/08/07/bater-laje-uma-reflexao-sobre-rede-de-apoio-e-autocuidado.htm>>. Acessado em 18 de setembro de 2021.

mas, após a revisão, deixaram apenas “*toda vez que vejo as crianças brincarem*”. Entre outras palavras que tiraram de minha escrita, sem me avisar ou sugerir outras. Eu vi as alterações que tinham feito tirando toda a estética e sentido do meu texto, quando já havia sido publicado. Eu escrevi para as/o organizadoras/o da publicação. A orientadora acolheu a questão e pediu desculpa, em nome do revisor que (não foi nomeado com nome e nem com um pedido de desculpa direto a mim), mas o choro naquele dia quando vi minha escrita toda desconfigurada, era como se tivessem batido com muita força no meu rosto. A auto estima intelectual de mulheres negras é um processo diário, de construção, principalmente quando estamos em espaços como a academia, que é predominantemente branco, são as branqui(a)titudes, que ainda irão legitimar ou não nossa escrita. Em minha escrita eu trouxe a palavra “*laje*” no sentido de um espaço político e de afeto nas periferias: é onde a roupa é estendida no final de semana, o churrasco acontece, é o encontro de famílias e amigos. E durante a pandemia se tornou um espaço que possibilitou denúncias contra a perversidade da violência policial nas periferias. Foi nas lajes que muitos moradores filmaram as violências policiais nos territórios que só aumentaram. O feliz encontro com o texto intitulado “*Sobre bater laje e a importância de rede de apoio na prática*” escrito por Elânia Francisca em sua coluna na UOL trazendo perspectivas do encher a laje como prática de autocuidado: “Muitas pessoas confundem o autocuidado com não precisar de ninguém para cuidar de si, mas não é nada disso! Autocuidado é criar caminhos para cuidar de si, e um desses caminhos — o mais importante, talvez — é a construção e fortalecimento de uma rede de apoio”.⁴ Essa é a Rede de Apoio que me sinto apoiada quando leio Elânia Francisca, apresentando sua narrativa de memória que dialoga com o mesmo lugar em que escrevemos: escritoras negras e periféricas.

Nossa produção de conhecimento dentro do espaço acadêmico vai ser deste lugar. A partir destas considerações, indago as seguintes reflexões, que seguem em diálogo com o conceito de escrevivência. Socialmente vemos que a legitimação da escrita de mulheres negras não se dá facilmente na sociedade. Quem leu mulheres negras? Quem compra livros de mulheres negras? Que autores na história citaram as narrativas de mulheres negras? Quem legitima as escrevivências como experiência de existir, do sentir, do viver e do interesse de trajetórias das mulheres negras? Sem fazer o questionamento de onde elas construíram tais ideias, já que foram lidas sempre no lugar da subalternidade de existência, apenas para servir e não para sermos humanizadas ao direito de sonhar em publicar um livro, por exemplo. A escrita é um meio de linguagem que nos permite existir, a partir de nós – por nós como mulheres

⁴ *Ibidem, loc. cit.*

negras. É a partir de nossas escritas que histórias colonizadoras podem ser destruídas, sobre a realidade brasileira, pois as mulheres negras, escrevem a partir da ótica da sobre-vivências logo de escrevivências. O Brasil não visibiliza nossas existências, como produtoras de conhecimento a partir da experiência de escrever no existir. Se o Brasil foi construído por mãos negras, nada mais justo e reparatório historicamente que haja uma virada epistemológica afro-diaspórica a partir de mãos negras. É urgente que mulheres negras tenham suas escrevivências legitimadas antes de se tornarem mais velhas, como foi para Evaristo, reconhecida como escritora perto de completar 70 anos. Atualmente, os livros de Conceição Evaristo é um sucesso editorial pela relevância de suas obras, assim como ela marca as questões dos direitos humanos da população negra brasileira. A circulação de suas obras literárias possibilita o testemunho de vozes e histórias silenciadas no tempo-espaço, “permitindo a difusão de histórias que precisam ser contadas e de vozes que devem ser ouvidas. Aqui trata-se não só da questão de se o subalterno pode ou não falar, mas também do problema de acesso ou não aos canais de divulgação da produção literária e cultural”. (SCHAFFER; SMITH, 2004, p. 5).

Segundo Cristina Bailey (2021, p.13) as obras de Evaristo, escritas em primeira ou terceira pessoa, nos oferece testemunho da voz narrativa, intensificada com o elo de identificação entre a escritora, suas personagens e seu modo de contar as histórias: “dessa forma afirma a importância da narrativa de ficção para o campo dos direitos humanos” (BAILEY, 2021, p.14). A escrita de Evaristo como testemunho das narrativas propõe-se com veracidade a situações de opressão, ao mesmo tempo em que resgata a subjetividade de vozes das personagens retratadas nas escrevivências (SMITH; WATSON, 2010, p. 282).

Portanto, pesquisar a partir do conceito de escrevivência é necessário para se compreender os espaços literários como complexos, nos eixos literário, político, histórico, uma vez que fala sobre o protagonismo das mulheres negras, posto que nas escrevivências aparecem as questões raciais, sociais e de gênero. “É acreditar que toda pessoa tem algo para compartilhar; e que, ao registrar ou publicar, promove sentidos, reconhecimentos e uma compreensão de vida livre e ampla, essencial para que se conheça e se respeite uma sociedade tão diversa” (ISABELLA NUNES, 2020, p. 14-15).

Ou seja, narrar as escrevivências da viela das flores, é sobre trazer e manter viva a memória de que o território existe, e os meninos existiram e que enquanto suas mães (r)existirem, eles estão vivos nas escrevivências deste território, de seus irmãos, primos, filhos que aqui estão contrariando as estatísticas do Estado. É nas memórias que as mães trazem nas datas de aniversário ou data do assassinato de seus filhos, em que está o afeto da saudade, e também na autoproteção que elas fazem e oferecem a filhos de outras mães no território, quando

há uma abordagem policial violenta e elas colocam seus corpos a frente para dizer “eu vou chamar a mãe dele” ou “ele tem mãe e eu sou vizinha”. Para que, assim, os filhos de outras mães não sejam espancados, às vezes até a morte muitas vezes como seus filhos foram. São essas mulheres, mães pretas e/ou periféricas que trazem suas escrevivências como possibilidade de que mais uma flor da viela não seja morta, resistindo a tantas opressões do Estado. São as experiências e trajetórias de dor e luta destas mulheres que construíram o território a partir da luta para não faltar alimento a seus filhos. São elas, que não permitem que o território não faça eco, mesmo com a periferia seguindo sangrando, elas protagonizam a força do território, a partir do acolhimento e cuidado entre elas, pela dor em comum da perda dos filhos e abandono do Estado, quando mata seus filhos e não legitima suas dores. As escrevivências da viela das flores, diz sobre “coração de mães pretas e/ou periféricas” em que sempre coube mais um (jovem).

2. **VIELA DAS FLORES E CASOS DE UM TERRITÓRIO DEMARCADO PELA VIOLÊNCIA DO ESTADO: QUE TERRITÓRIO É ESSE?**

A violência faz muito barulho, muito barulho em mim. É um barulho sem fim, por isso demorei muito para conseguir fazer mais barulho através da minha escrita sobre este território. Porque as memórias que tenho daqui, mesmo estando fora deste território a 6 anos, minhas irmãs, irmão e mãe seguem aqui. Minha mãe ainda mora dentro da Viela das Flores com meu irmão. Minhas irmãs construíram suas famílias e moram na rua ao lado. O barulho da violência por aqui aos finais de semana, onde a força armada do Estado se faz presente é maior que o barulho do circuito das motos, que os jovens fazem – o famoso *rolezinho*. Quase sempre é no domingo, muitas motos, muitos jovens e as meninas nas garupas. Eles disputam qual moto faz o maior barulho. Mas essa cena que ocorre com regularidade atualmente, me remete há memórias de anos atrás, quando todo o dia 02 de novembro, Dia de Finados, uma multidão de jovens em comboio de motocicletas circulava pelas ruas do bairro da Vila Missionária. Esses jovens vestiam camisetas com as fotos dos meninos que foram assassinados naquele território, e quem estava na garupa segurava uma bexiga branca – simbolizando que a favela pede paz. Hoje não há mais a motivação política do comboio para homenagear a memória dos jovens que foram assassinados, agora é apenas uma forma de lazer dos jovens que se divertem no comboio pelo *rolezinho* e na disputa por quem acelera mais em suas motocicletas aos finais de semana. Talvez eles se cansaram, pois a cada ano eram mais nomes para se lembrar. Hoje não há motocicletas o suficiente para continuar as homenagens. As crianças que no tempo da minha infância e adolescência nem eram nascidas, hoje observam com um entusiasmo o comboio/*rolezinho*. Naquele tempo a gente pedia as bexigas, hoje elas só observam. Muitas dessas crianças, são filhas/os das meninas e meninos que cresceram comigo.

A viela das Flores está localizada dentro do bairro de Vila Missionária que está alocado à subprefeitura no distrito de Cidade Ademar com um total da população estimada em 283 milhões 949 mil pessoas (dados do IBGE, citado no Mapa da desigualdade com base até 2019). De acordo com o economista e pesquisador Aquiles Coelho Silva (2020) o bairro surgiu na década de 60, com o povoamento de migrantes de outros estados brasileiros. O autor lançou um livro na série histórica dos bairros de São Paulo, pelo arquivo municipal, que conta a história do bairro, intitulado: “*Vila Missionária: Constituição e Desenvolvimento da Periferia na*

Cidade de São Paulo (1960-1990)”. Em entrevista dada por ele para o Jornal independente a *PONTE Jornalismo* ele relata:

Um bairro que surgiu na década de 60 a partir do PIME (uma parte da igreja católica), que compraram aqui o terreno, aqui antes era tudo chácara, tudo sítio, eles compraram para fazer o seminário, pra eles mesmo só que não estava dando muito certo, não tinha acesso, não tinha ônibus aqui, era muito distante para eles e achavam muito perigoso também. Então com o tempo eles acharam uma saída para não perder o terreno que tinham comprado, era lotear isso aqui tudo principalmente para os imigrantes. Na época a ideia deles era criar um bairro modelo, um bairro operário modelo, e aos poucos o que tento contar no livro é que esta tentativa foi frustrada pois não dependia dos moradores muito menos só da igreja nem da igreja, tinha uma questão de infraestrutura uma questão de desigualdade de renda e oportunidade estrutural assim, então essa ideia de bairro modelo foi ficando para trás e com o tempo a partir da década de 80 eu coloco que foi se criando um outro tipo de comunidade mais ativa politicamente, e de um cunho reivindicatório muito forte, que ia buscar essas transformações que eram demandadas para criar um bairro modelo, para ter uma qualidade de vida, enfim garantir seus direitos e foram brigar por isso, foram lutar com isso, e um pouco dessa história que vou tentando contar da década de 60 até o comecinho dos anos 90, de como foi essa formação e construção do bairro que foi feita pelas mãos dos próprios moradores (Silva, Entrevista ao PONTE Jornalismo. 2020)⁵.

A região da Cidade Ademar tem uma origem basicamente como uma região dormitório, devido à explosão industrial de 1960.⁶ Seus bairros e vilas surgiram devido ao grande impulso no processo de urbanização com decadência dos grandes fazendeiros, que eram obrigados a lotear suas terras, então começou o processo de urbanização com o surgimento de loteamentos vendidos aos operários migrantes que vieram de diversas partes do Brasil em busca de uma vida melhor. O êxodo rural ocorrido na década de 70, conhecido como a expulsão do homem do campo para as grandes cidades, contribuiu para o aumento populacional da região, atraídos pelos loteamentos por causa do parcelamento e a possibilidade de possuir um pedaço de terra. Dois proprietários de terras e fazendeiros fizeram parte da vida da região, hoje conhecida como Vila Joaniza e Americanópolis: João e Nilza Fallette. Os Fallette eram donos das terras onde hoje estão os bairros da Cidade Júlia, Vila Missionária, Jardim Miriam. Até 1996, Cidade Ademar pertencia à região Administrativa de Santo Amaro e era a região periférica do centro urbano. Isto explica muito bem o porquê da região sofrer de falta de recursos para investimento público em saúde, educação, asfalto, creches, transporte e condições dignas de moradia. A partir de

⁵ Entrevista disponível em: <https://ponte.org/a-historia-de-sao-paulo-e-a-historia-da-periferia-diz-autor-de-livro-sobre-vila-missionaria/> Acesso em 12 de outubro de 2020.

⁶ Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_ademar/historico/. Acesso em 02 de agosto de 2020.

1997 a Subprefeitura de Cidade Ademar foi criada por decreto pelo prefeito da época Paulo Maluf. A prioridade do distrito de Antão Amaro sempre foi o centro urbano, por causa do seu complexo industrial, o maior da América Latina com o centro urbano expandido e as demandas da periferia eram deixadas em um segundo plano. A situação começou a mudar depois da década de 70, quando o movimento social começou a pressionar e lutar por melhoria de condições de vida. Embriões de organização popular ainda incipientes e clientelista surgiram depois do fim da ditadura militar e o processo de redemocratização que tinha, nas Sociedades Amigos de Bairros um espaço, onde os políticos faziam todo tipo de promessas e depois das eleições sumiam, ignorando os problemas da região.

Cidade Ademar é cortada por 7 grandes corredores: Av. Cupecê, Av. Washington Luís, Av. Yervant Kissajikian, Av. Nossa Senhora do Sabará, Av. Nações Unidas trecho, cruzamento Av. Interlagos até o cruzamento com a Av. Washington Luís, Estrada do Alvarenga e Av. Alda que faz divisa com o município de Diadema. A região hoje não tem mais condições de expansão, existem poucas áreas disponíveis para moradia ou local para o desenvolvimento de algum projeto habitacional. Conforme os dados de crescimento populacional é preocupante a situação já que as possibilidades de expansão para moradias são poucas.⁷ De acordo com Silva (2017, p.59), até 1960, a região da Vila Missionária era predominantemente rural, havendo uma fronteira entre o campo e a cidade.

Na época, apenas duas vias conectam a região ao núcleo urbano da cidade de São Paulo: a Avenida Cupecê e a Estrada do Alvarenga. Até então a região se configurava como um refúgio das classes mais abastadas que desejavam uma casa de campo que não fosse demasiada distante da metrópole. É logo no princípio da sua transformação de fazenda em bairro que encontramos suas primeiras particularidades em relação ao entorno: a presença de uma instituição (não ligada diretamente ao mercado imobiliário) como principal agente organizador do loteamento (SILVA, 2017, p.59).

Percebe-se que existiu uma grande influência das Igrejas Católicas na construção e consolidação do bairro. As terras foram compradas pelo Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME), uma comunidade católica, internacional, que teve missionários para fazer missões na região. Em 1946 eles chegaram ao Brasil e a prática missionária tinha como objetivo a população indígena que morava na região. Com o passar dos anos, as práticas missionárias aumentaram sua atuação de evangelização tanto nas regiões urbanas e rurais. Os padres que tiveram grande influência nos loteamentos do bairro, com o tempo diziam que o território estava

⁷ Informações retiradas do site da Prefeitura de Cidade Ademar, disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_ademar/historico/index.php?p=47>. Acesso em 26 de setembro de 2021.

abandonado, cheia de pastos e de mata, e que a venda era dificultosa pois era longe da cidade.

Segundo o relato do morador, Seu Yolando, entrevistado por Aquiles Silva:

Agora você vê a periferia, a Vila Missionária é como se fosse uma ilha. Nós temos a favela aqui embaixo, nós temos essa favela aqui atrás do campo, nós temos a favela lá do buraco do sapo, temos a favela aqui embaixo do Zavuvus. É favela pra todo lado. (SEU YOLANDO, 2016, apud SILVA, 2017, p.61)

É a partir da luta dos moradores e auto-construção coletiva de suas casas que nasce o bairro da vila missionária, mesmo com forte influência dos padres e da igreja católica, é a partir dos moradores que suas casas são construídas. Favelas são os quilombos no tempo da escravidão. Como afirma Carvalho (2018, p.) “as periferias não são apenas lugares produzidos para alocar os sujeitos empobrecidos pelo sistema capitalista, mas, sobretudo, é um espaço destinado aos negros”. As periferias não podem ser vistas como local apenas para que a população negra esteja cada vez mais longe dos grandes centros, que possibilitam acessos que humanizam pessoas periféricas. As pessoas periféricas, historicamente, “tiveram sua ancestralidade atrelada aos povos sequestrados no continente africano”(CARVALHO, 2018, p.).

Segundo indicadores do Mapa da Desigualdade⁸ publicado no ano de 2020, com base até o ano de 2019 que atravessam a vida das 283 milhões e 949 mil pessoas que residem no território de Cidade Ademar são eles:

50% da população do Distrito de Cidade Ademar é preta e parda. 52% são mulheres e 44% são homens jovens de 0 a 29 anos. O acesso da população que reside em raio de 1km de estações de transporte público (trem, metrô e monotrilho), que são considerados sistema de alta capacidade é de 0% e de pessoas que utilizam transporte público no território são 59%5. (MAPA DA DESIGUALDADE, 2020, p.12-14 e 19).

Os indicadores acima demonstram que a taxa apresentada sobre a juventude entre mulheres e homens que residem no distrito de Cidade Ademar, tem um índice maior de mulheres dentro da tabela do desigualtômetro e menor sobre a faixa etária da juventude masculina o que nos leva a considerar a problemática de umas das categorias de análise deste trabalho: a violência contra a juventude no território por parte do Estado contra o gênero

⁸ Publicado desde 2012, o trabalho consiste no levantamento de uma série de indicadores de cada um dos 96 distritos da capital, de modo que se possa comparar dados e verificar os locais mais desprovidos de serviços e equipamentos públicos. Em muitos casos, a enorme distância entre o melhor e o pior indicador – que determina o “Desigualtômetro” que aparece nas páginas de cada tema – dá uma boa dimensão dos desafios que precisam ser superados. Dessa forma, este mapa ajuda os gestores municipais a identificar prioridades e necessidades da população e seus distritos. Ao contribuir para o entendimento de dinâmicas importantes da cidade, também se coloca como um instrumento para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas e a construção de planos setoriais mais integrados. No mais, o Mapa da Desigualdade preenche uma lacuna em termos de difusão de informações públicas, amplia o alcance do conhecimento sobre os territórios e facilita a assimilação dos dados disponíveis.

masculino. Isso porque “16,3%, dos jovens de 15 a 29 anos, são acometidos por homicídios. 16,7% da população vivem em situação de moradia irregular (favelas). 11,6% são de meninas que engravidam na adolescência e 14,6% é o índice de mortalidade infantil” (Mapa da desigualdade, 2020, p. 27)

2.1 O que é ser um jovem pobre, preto e/ou periférico?

Foto 1 – “Em dia de luto por aqui, o céu não é azul”



Fonte: Arquivo Pessoa de Samuel Lima

Em uma manhã de conversa na laje da casa de minhas irmãs com meu irmão, ele tirou essa fotografia para marcar o céu cinza de luto, após mais uma noite que o Estado fardado e assassino ceifou a vida de mais um jovem preto na quebrada, com seis tiros nas costas covardemente a 100 metros de nossa visão. Comentei com meu irmão sobre a Necropolítica⁹ é a política de morte do Estado, executada com terrorismo, pois negando a humanidade de alguns corpos, qualquer violência se torna possível, de agressões até a morte” política dos corpos que são permitidos o direito à vida e quais são negados. Ele atento ouvindo disse: “ *O jeito mais fácil de entender essa palavra na periferia, é pensar na música da Elza Soares irmã onde ela canta “ a carne mais barata do mercado é a carne negra”*. Eu respondo que sim, ele “*Então já sei falar o que é necropolítica*”. Eu lhe dou um sorriso, um beijo com abraço forte como sempre faço, morando em seus braços com o desejo de que meu abraço o proteja por toda a vida para não ser vítima da violência policial na viela das flores, pois meu irmão é perfil do corpo sem direito a vida.

⁹ É um conceito apresentado pelo Camaronês Achille Mbembe, homem negro, filósofo, historiador, teórico político e professor universitário. Em 2003, escreveu um ensaio que virou livro intitulado “Necropolítica” e chegou no Brasil publicado pela editora N-1 edições em 2018.

De acordo com a autora Juliana Andrade (2012, p. 67) ser jovem depende da origem social, da cor, do gênero e da orientação afetiva sexual. Além de sua classe social que fará com que esse jovem seja socialmente enxergado com estigmas e estereótipos: se for pobre, preto, periférico.

Durante muito tempo ser jovem significou ser visto a partir de dois pontos de vista: o primeiro enxergava a juventude como um problema, o/a jovem não teria sua personalidade formada e, em razão disso, seria mais vulnerável a fatores que poderiam causar a desordem social, como a drogadição, delinquência e comportamentos de risco. Já o segundo, entenderia o/a jovem como um indivíduo em transição, que deve ser educado/e preparado/a para a vida adulta, para ser um/a cidadã/o "do bem", cooperativo/a e tranquilo/a (ANDRADE, 2012, p. 67).

Diante dos dois pontos de vista que Juliana Andrade apresenta, parece que a autora está falando de dois tipos de jovens. Os que são providos de direitos socialmente constituídos, sendo os jovens que são entendidos como indivíduo em transição e na sociedade, visto como jovem prodígio. E no outro ponto de vista, o jovem problema, é visto como o jovem periférico, que estão a todo tempo sem ter o direito de construir projetos de vida.

Há um preconceito em relação a juventude, na medida em que ela é tida como uma fase de transição, na qual há a representação de que os/as jovens ainda não sabem o que é o melhor para si, não podem se decidir devido a não terem alcançado a maturidade, compreendida apenas como parte da vida adulta. Da mesma maneira, entende-se, muitas vezes, que quando o/a jovem completar a maioridade terá o poder de escolha sobre o seu futuro, porém desvinculando essa noção de autonomia do contexto social no qual esse sujeito está inserido, podendo fazer com que assuma muitas responsabilidades, por compreender que a sua ascensão social depende apenas de seu esforço (BARBOSA; SAMPAIO; BARBOSA, 2016).

A juventude também é representada como um problema, na medida em que é relacionada ao crescimento da violência, ao tráfico de drogas, à marginalidade, à transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e à gravidez não planejada. Outra representação da juventude é a de modo romantizado, quando é vista como uma fase de irresponsabilidade, de busca pelo prazer, parecendo que os jovens não sentem as dificuldades familiares, não têm dores e não sentem os efeitos de uma não aprovação da sociedade (BARBOSA; SAMPAIO; BARBOSA, 2016).

Quando estudamos a juventude, corremos o risco de ficar presos a essas construções sociais sobre os/as jovens e, assim, podemos repetir os mesmo preconceitos e ideias sobre a juventude, podendo analisá-la de forma limitada. Neste sentido, o que é ser jovem? De acordo

com as pesquisadoras Thais Lima e Raquel Spaziani (2018, p. 9) a juventude pode ser entendida como uma condição social e um tipo de representação.

Ao contrário da concepção das teorias desenvolvimentistas, que compreendem a juventude de modo universalizado no que se refere às transformações do indivíduo em determinada faixa etária, há as concepções sócio-históricas, que compreendem as diferentes construções sociais relacionadas à juventude. Neste sentido, esse momento da vida é marcado por transformações físicas, biológicas, sociais e psicológicas, porém, só poderá ser analisado em relação ao contexto social no qual o/a jovem está inserido – a depender de sua classe, raça, gênero, orientação sexual etc. (THAIS LIMA; BRUNO ROSA, 2018 *apud* DAYRELL, 2003).

Desse modo, a construção social da juventude se dá de formas variadas em diversas sociedades e em diferentes épocas. Essa diversidade está relacionada às classes sociais, culturais, relações étnico-raciais e de gênero. Neste sentido, a juventude não pode ser compreendida de modo enrijecido, devendo se considerar todos esses marcadores sociais (THAIS LIMA, BRUNO ROSA, RAQUEL SPAZIANI 2018, p.5). Para Kesia Melo, Ana Malfitano, Roseli Lopes (2020). As discussões que tomam os marcadores sociais da diferença como ponto de partida datam de meados dos anos 1980 e avançaram no fim dos anos 1990 com um escopo academicamente demarcado de considerações e reflexões. (p. 1062)

Trata-se de um campo de estudos alocado nas ciências sociais que toma como eixo central o debate acerca do modo pelo qual são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre os sujeitos, bem como a maneira como estas operam na vida social, com base na produção e na reprodução da diferença (Kesia Melo, Ana Malfitano, Roseli Lopes, 2020, *apud* Almeida, 2012; Moutinho, 2014; Zamboni, 2014, p.1062).

Nessa perspectiva, entende-se o sujeito como um ser social e culturalmente constituído em tramas discursivas, nas quais gênero, sexualidade, raça, classe, religião, nacionalidade, sexualidade, geração, entre outras, não são variáveis independentes, mas se encaixam de maneira que o eixo de diferenciação do indivíduo constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais (Brah, 2006), tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social como da constituição de corpos e identidades coletivas. De acordo com Mello & Gonçalves (2010), essas construções sociais preexistem ao nosso nascimento e se articulam de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão social, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas (p.1062).

Um dos marcadores sociais que mais afetam a juventude periférica é a desigualdade social (BADER SAWAIA, 2009). É uma perspectiva analítica que entende que, por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas, também, há o mais

extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta. Há, portanto, o homem por inteiro, de corpo e mente, emoção e razão, determinado e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro. Nessa concepção, a subjetividade deixa de ser perturbadora para ser constituinte da objetividade social (BADER SAWAIA, 2009, p.365).

2.2 A cada 23 minutos um jovem periférico e Negro é assassinado no Brasil

O título desse item se refere a uma publicação da ONU (2018)¹⁰, em que constatou-se que a violência do Estado contra a juventude tem afetado milhares de jovens brasileiros, assim como às famílias que os perdem para essa violência. Esses jovens são marcados pelas desigualdades sociais e residem, em grande maioria, em territórios periféricos, nos quais a garantia de direitos é cada vez mais negada à população pobre, o que não legitima o direito à educação, cultura, lazer, ou moradia digna, ou seja, o direito à vida.

Segundo o Geledés & Instituto Criola (2017) na publicação do Dossiê *“A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil violências e violações”*:

Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negras. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados. (p.19)

No país, 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino. Esse número representa um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior. Se, em 2015, pequena redução fora registrada em relação a 2014 (-3,6%), em 2016 voltamos a ter crescimento do número de jovens mortos violentamente (IPEA, 2018, p.32).

Segundo o IPEA, os homens negros são os mais afetados pela violência. Os dados do Atlas da Violência, publicado em 2018, indicam o tamanho da desigualdade e exclusão social, bem como o quanto a juventude negra é a mais afetada pelo homicídio e desassistida das políticas públicas brasileiras.

Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma

¹⁰No último semestre de 2017 a Organização das Nações Unidas do Brasil (ONUBR) criou a Campanha #VidasNegras, convocando o poder público, privado e sociedade civil a apoiarem a campanha contra o genocídio da juventude negra. Segundo a ONUBR (2017), a cada 23 minutos um jovem homem e negro é assassinado no Brasil.

década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (IPEA, 2018, p.40).

O fenômeno é a violência e o genocídio da juventude preta e pobre, que segue sem direito algum a ser reconhecido como vítimas de um sistema perverso e cruel. Para o Estado a morte letal/fatal é o final de um processo constante de violências e humilhações a qual eles e suas famílias são submetidas, até eles serem assassinados.

As periferias são cidades desde sempre violentadas, onde a esperança e a alegria vive em total estado de alerta, sem a certeza de até quando se pode viver, diante de um sistema tão opressor que violenta subjetividades marcadas pela desigualdade social, pois aqui o Estado não promove igualdade e justiça, e sim terrorismo e muitas dores que não tem cura.

Bader Sawaia (2001, p. 102) apresenta o conceito de sofrimento ético-político para afirmação da raiz sócio-histórica, que reverbera em dores sociais no tocante à inferioridade e à desigualdade social. Para ela, a ética resulta das relações sociais e das condições históricas e se expressa no cotidiano, na singularidade, em forma de afetos. O sofrimento ético-político é a dor mediada pelas injustiças sociais, é o sofrimento de estar submetido à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos.

Nas periferias a violência é cotidiana desde sempre e os jovens são filhos de mães, solos, mães e pais, muitas vezes avós ou avó, tias e tios. Quase sempre eles têm irmãs, irmãos, primos, pois os ciclos familiares nas periferias nunca são pequenos. Na compra do terreno ou da casa própria, cada membro da família, festeja, ajuda a construir e já procura um lugar para ter a sua casa também. Conseguindo vem mais uma família daquele mesmo sobrenome e assim por diante as casinhas vão sendo formadas parede com parede, falta com falta, necessidade com necessidade. É natural nas periferias que o pão seja dividido, que o alimento seja para todo mundo que estiver no mesmo espaço. É como se as periferias fossem um único espaço para todos. O espaço é desassistido pelo Estado, mas coletiviza a sobrevivência entre quem nelas crianças, jovens e suas famílias. Ser jovem em situação de vulnerabilidade social acarreta preconceitos e estigmas, que se agravam quando há o entrelaçamento com as questões de classe e raça (NOVAES, 2007). Sobrevivência esta para os jovens periféricos está, nas relações que eles constroem entre si, nos territórios.

Relações que muitas vezes são construídas a partir das identificações que eles têm entre si. Não só pela classe social que pertence, mas como esse público, suas raças e classe é enxergada pela sociedade e pelo poder público. Vidas periféricas precisam importar, mas antes

de ser periféricas elas são negras na sua maioria e o descaso social de comoção pública que não há na sociedade quando mais um jovem pobre e preto é assassinado faz parte de uma naturalização social que para uma grande parte da sociedade brasileira e mundial vidas negras não importam.

A violência do Estado contra a juventude negra tem sido cada vez mais perversa e opressora com o passar dos anos, como os dados demonstram, nos levando a problematizar cada vez mais que Estado é esse? Quando se mata um jovem, também mata uma mãe e uma família inteira. Brito (2017, p.48) observa que nas últimas décadas uma das frentes de luta e resistência das mulheres negras têm sido a denúncia do extermínio da juventude negra. Desse modo, não surpreende que a cada episódio de morte de jovens essas mulheres negras se unem para colocar em prática o lema “do luto à luta”.

Nas periferias, as mulheres/mães são vítimas (in)diretas da violência policial a todo tempo, pois são os corpos de seus filhos, companheiros, irmãos, amigos, sobrinhos e netos que são assassinados. A elas sempre resta engolir o choro e seguir criando os outros homens da família, da mesma geração, que seguem na tentativa de burlar as estatísticas e escaparem de ser assassinados pela violência policial no território. O barulho que tenho ouvido tem sido de muita dor e sentimento de culpa, o que impossibilita que essas mulheres/mães possam dizer onde mais dói e qual tem sido o curativo usado para aliviar, pois está nas linhas sociais que elas não podem sentir a dor. A pergunta que eu cresci ouvindo nos enterros desses filhos foi: “Onde eu erreí, a culpa é minha”. Vozes erguidas de choro, culpa à Luta. Elas se unem pelo direito a ser ouvidas, que para muitas, só é legitimado quando elas entendem que mulheres negras disputam narrativas de fala, e precisam de poder para criminalizar o Estado, sendo assim: Do lugar onde me situo, a “fala” ainda é pouco permitida, isso quando não é silenciada se não falamos o que se espera ouvir. Em todos os espaços onde se compreende a fala como narrativa de disputa por poder, pessoas como eu pouco são ouvidas. Isso suscita um trecho do livro *Erguer a Voz*, da escritora bell hooks. Sobre o silêncio:

Ele surge como uma “estratégia de sobrevivência”, pois “muitos indivíduos de grupos oprimidos aprendem a reprimir ideias, especialmente aquelas consideradas opositoras. Da escravidão em diante, as pessoas negras nos Estados Unidos aprendemos a nos resguardar em nossa fala. Dizer a coisa errada podia levar à punição severa ou à morte (bell hooks , 2019, p. 327).

Em territórios periféricos vulnerabilizados não é muito diferente. Erguer vozes que são silenciadas por um sistema social e politicamente desigual diz sobre saímos da condição de invisíveis para visíveis. Vozes erguidas de choro, culpa à Luta. Elas se unem pelo direito a ser

ouvidas, que para muitas, só é legitimado quando elas entendem que mulheres negras disputam narrativas de fala, e precisam de poder para criminalizar o Estado, sendo assim:

Como afirma bell hooks, “Sair do lugar de objeto para ser sujeito” (2019, p.34). Assim, constituir direito à subjetividade de ser sujeito, subjetividade revolucionária como afirma Bader Sawaia (2020) faz parte majoritariamente de uma população que nasce com marcadores sociais de gênero, raça e classe desfavorecidos, partindo de um sistema que escolhe quem deve ser humanizado ou não, nas relações sociais onde se exerce o poder. Ter a fala é possuir poder. Nas periferias não existe o direito ao poder de fala, é preciso a todo tempo se colocar como moradores sem voz, que aceitam a subalternidade que é constituída a quem é pobre e parece ser desprovido de conhecimento sobre seus direitos, para fazer o enfrentamento diante das violências cotidianas, muito menos de legitimá-los quando se tem compreensão deles.

As periferias de hoje são os quilombos de ontem, em um processo não tão distante de um período escravocrata que não durou menos de 400 anos. Apresentar um território periférico é apresentar um espaço que, geograficamente, está bem distante dos considerados grandes centros da cidade. É importante ressaltar que as periferias é onde se concentra o maior número de pessoas na cidade, porém, quanto mais distante dos centros onde se localizam as grandes empresas, indústrias e centros comerciais, mais desassistidos esses territórios são. Periferias invisíveis na implementação e cumprimento de políticas públicas do Estado, na garantia dos direitos básicos, mas que permite que a polícia, que é agente do Estado, possa encontrar esses territórios tão distantes para violentar corpos da juventude, majoritariamente preta, deste país.

3. DIÁRIO DE CAMPO DAS AFETAÇÕES: violência do Estado no território periférico

“Vamos derrubar o governo”

Eu não caminharei com medo
não vão me ver no desespero
nossa voz vai ecoar em cada beco
nossa voz vai ecoar salve o povo preto
nossa história é resistência
SALVE O POVO PRETO
Preto apagado na história
mas traz na memória os dias de rei
funiou ainda em conflito hoje ainda
morrem a tiros, grito pra ninguém
Contas para pagar, banco pra dever
sistema carcerário quer prender
Escola sem partido, SUS vai
suspender
Não vai se aposentar, trabalha até
morrer
Vamô derrubar o gover
Vamô derrubar o governo
Nós vamos derrubar o
Governooooooooo.....
(Doralyce e Bia ferreira, 2020)

O Brasil é um país racista e existe uma extrema dificuldade em assumir está realidade. O que dificulta a legitimação das violências a alguns corpos e quando se trata dos corpos pretos e periféricos mais ainda. O Estado brasileiro é uma máquina de guerra, dirigida aos jovens, negros e pobres periféricos. Há duas escolhas estatais: a morte ou a prisão. Os dados da população carcerária brasileira não permitem outra conclusão senão a de que estamos em uma guerra civil, com 59.041 homicídios por ano (BRASIL, 2019). Essa dor sem nome, esse luto sem começo ou fim, a ausência de proteção ou de confiança no Estado resultam na criação de espaços de solidariedade entre mães negras. (p.735).

As mulheres negras têm sido parte importante da sociedade brasileira há cinco séculos. Como grupo social específico em defesa de seus interesses ou como parte do amplo contingente negro ou geral que luta por justiça social e inclusão social, sua atuação pode ser vista desde o regime escravocrata até hoje. De fato, as lutas das mulheres negras por equidade se desenvolvem ao longo dos séculos e devemos reconhecer que têm sido parte fundamental dos amplos segmentos que constroem cotidianamente o Brasil como nação. Ainda que violentamente invisibilizadas – pois atuam num contexto de racismo e sexismo – colocam a disposição da sociedade séculos de lutas, de pensamento a serviço da ação transformadora. Em

seu horizonte, uma sociedade sem iniquidades, sem racismo, sexismo, sem as desigualdades de classe social, de orientação sexual, de geração ou de condição física e mental, entre muitas outras. (Instituto Criola, 2013, p. 3).

Jurema Werneck (2010) fez uma retrospectiva da luta as mulheres negras e recorda que a resistência vem desde os tempos da escravidão, passa pelos quilombos e chega ao século XX, com a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas, que inaugurou a organização de mulheres trabalhadoras do estado de São Paulo. Em contraponto à literatura hegemônica branca, em que a mulher afrodescendente é objeto e não sujeito do discurso, e sua representação é feita “ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo” (EVARISTO, 2005, p. 202), a autora resgata e privilegia a figura materna negra. Cristina Bailey (2020) Essa decisão autoral tem grande significação histórica e política: por um lado, era comum no período da escravidão que as famílias trazidas como escravas fossem separadas e os filhos arrancados a suas mães; e, por outro lado, como sequela da escravidão e da hipercriminalização do homem negro na sociedade brasileira, não é incomum que seja a mulher negra o único sustentáculo econômico e emocional da família.

Sabemos que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que nós mulheres negras desenvolvemos nossas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto)definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que projetamos novos horizontes de luta. Estratégias que devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação (JUREMA WERNECK, 2010, p. 15).

Em contraponto à literatura hegemônica branca, em que a mulher afrodescendente é objeto e não sujeito do discurso, e sua representação é feita “ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo” (EVARISTO, 2005, p. 202), a autora resgata e privilegia a figura materna negra. Cristina Bailey (2020) Essa decisão autoral tem grande significação histórica e política: por um lado, era comum no período da escravidão que as famílias trazidas como escravas fossem separadas e os filhos arrancados a suas mães; e, por outro lado, como sequela da escravidão e da hipercriminalização do homem negro na sociedade brasileira, não é incomum que seja a mulher negra o único sustentáculo econômico e emocional da família.

Compreendo e reafirmo a importância das demandas e questões que justificaram e justificam as articulações heterogêneas que nos constituem como agentes políticas, como mulheres negras. Tais situações exigem de nós mobilização permanente e ações contundentes,

uma vez que representam confrontos a ameaças reais e palpáveis à nossa sobrevivência física, material e simbólica. (JUREMA WERNECK, 2010, p.162).

3.1 “Se o seu filho não era bandido, ele estava no lugar errado e na hora errada, minha senhora”

As periferias sempre viveram dias sem paz, dias de luto, dias de choro. Numa quarta-feira, por volta das 15h, ouvimos muitos disparos e uma gritaria que parecia, ao mesmo tempo, distante e perto. Na cozinha da casa de minhas irmãs, nos entreolhamos e perguntamos reciprocamente: - “É tiro? Foi tiro!”. Corremos para a laje, lugar mais alto da casa, como mostra o registro fotográfico, de onde é possível ter uma visão de ruas estreitas, comércio locais, becos, casas uma em cima da outra e vielas. Enquanto subíamos a escada de acesso à laje, ouvimos a gritaria mais de perto, de pessoas pedindo socorro. Muitos carros da polícia chegando, e a rua foi ficando ainda mais estreita do que já era.

Quando direcionamos o olhar na direção do barulho e gritaria dos moradores, a 100 metros da casa de minhas irmãs, mais um corpo tombado. Eram 15h de uma quarta-feira. Quem matou? A polícia! Quem gritava? A jovem namorada do jovem Rodrigo, a mãe de sua filha. Mais uma mulher negra, vítima do Estado, junto ao seu companheiro, a força assassina e punitiva do Estado no território. Logo começamos a tremer e tentar entender o que estava acontecendo, então perguntamos às/aos moradoras/es que estavam no local se alguém sabia quando foi o momento que a polícia começou a atirar em mais um jovem, muitas vezes sem sequer perguntar o nome. “É preto e pobre é suspeito”. Ou, como os policiais dizem às mães “Se o seu filho não era bandido, ele estava no lugar errado e na hora errada, minha senhora”.

Voltando à cena que se desenrolava a cem metros de casa. Aos poucos, a rua foi ficando mais e mais cheia e um vizinho anunciava ao outro: - “Foi o filho da Dona Maria, pai da filha da Carol¹¹. Parece que eles roubaram um carro lá nos sete campos¹² e trouxeram para cá. A polícia viu, começou a perseguição, quando chegou aqui na avenida Doutor Massau, eles cercaram os meninos. Eram dois no carro. Os jovens tentaram se entregar e levantaram as mãos, mas quando saíam do carro o policial atirou na perna do Rodrigo ele mancava mais conseguiu

¹¹ Os nomes mencionados são nomes fictícios. Por total respeito a cada vítima direta/indireta deste cruel assassinato pandêmico.

¹² O campo dos Sete Campos é um lugar que tem sete campos de futebol, na região de pedreira, um bairro dentro do distrito da Cidade Ademar onde crianças e adultos utilizam o espaço de forma recreativa.

correr para dentro do bar que tinha em frente, a polícia atirou mais e mais. Os moradores próximos do local saíram de suas casas. Rodrigo já estava caído dentro do bar. De repente a frente do bar estava aglomerada de pessoas dizendo " *ele está vivo*", "*ele está respirando*". Entre as pessoas em frente ao bar vem um grito mais alto: "*polícia socorre meu marido, socorre por favor*". O policial responde: "*Ele está morto e abaixaram a porta do bar*".

Rodrigo, dá seus últimos suspiros no escuro. Sozinho! Será que ele ouviu os gritos da Carol? O que ele pensava? Será que conseguia pensar em algo? Se sim, foi na filha de dois anos, foi na mãe, foi na Carol, foi no caminho de vida e que ele nem pode escolher? Todas essas perguntas, eu desci da laje, chorei no quarto e escrevi no meu diário de campo. Aquele dia eu não consegui dormir. Só pensava que gostaria de ir na casa da Carol, na casa da mãe do Rodrigo, queria dizer a elas: vamos processar o Estado, vamos chamar as mídias, vamos... Eu sabia que a polícia negou socorro, eu sabia que eles não poderiam. Mas eu paralisei!

E a todo tempo ouvia os vizinhos a dizer: "A polícia não socorre, eles não socorrem, eles deixam morrer". De vista a laje, logo fomos ouvindo os vizinhos dizer que a mãe chega e só pedia ao policial que a deixasse abraçar seu filho, e se perguntava o porquê de não o socorreram. O IML demorou para vir buscar o corpo. A mãe ficou ali, sentada em frente ao bar, chorando, desmaiando, sendo consolada e fazendo a mesma pergunta que todas as mães fazem: "Onde eu errei, o que você fez meu filho?", "Por que você?" A companheira, ao lado da sogra, dizia: "Eu te amo, amor", "Eu vou cuidar bem da nossa filha", "Obrigado por ter sido um pai maravilhoso".

3.2 Desesperada uma mãe grita ao filho – “Cala a boca porra! Deixa o polícia fazer o serviço dele”.

Eram 4 jovens pretos usavam jovens que estavam de regata, boné, bermuda e chinelo de dedo. Tinham corrente no pescoço. Sim, é um dos acessórios que os meninos de quebrada usam. É para chamar riqueza, é para sonhar em ter grana, é para sonhar que poderão ostentar como os cantores de Funk.

Assim eles se vestem. É um pouco da representação de muitos jovens da quebrada. O vestir te constitui. Mas, socialmente, o vestir deles está atrelado a leituras sociais como: “Esse é de quebrada”, “Esse é perigoso”, “Esse é marginal”, “Esse vai me assaltar”. São tantos

preconceitos e estereótipos com os jovens pretos e/ou periféricos que “esses” são os que ninguém se importa quando as violências estão presentes sobre “esses”.

Um sábado, por volta das 21h. A rua está cheia de pessoas, crianças e famílias, favela fervendo. A favela fervendo é todo mundo na rua. As mortes ocorrem a todo tempo. As crianças brincando. O samba tocando. Os bares e calçadas cheios de moradores tomando cerveja. É verão. Tá calor a favela ferve. Fica todo mundo a milhão. Foi um dia de sol. Estamos em uma noite quente. Uma viatura policial passa e desembarca com rapidez. *“Vai, vai, vai encosta na parede ladrão”, “Tem passagem”*: Um dos jovens responde: *“Não, não senhor”*. O policial: *“Se tiver mentindo, você vai ver vagabundo”*. O jovem: *“Não sou senhor, estou não, sou sou trabalhador”*. O policial: *“Trabalha do que vendendo drogas?”*. O jovem: *“Não senhor eu trampo no lava rápido ali no Jardim Miriam”*.

Eu e minhas irmãs observamos tudo da janela que tem vista para a rua. Em um momento minha irmã diz: *“Vamos ficar olhando sem a polícia nos vê, pois se for preciso a gente grava tudo”*. Os moradores que estavam em suas calçadas tomando cerveja, conversando, tirando um lazer, também observam. Um dos meninos está sem documento. Alguém grita: *“Chama a mãe do Henrique lá, fala para ela trazer o documento dele”*. Essa fala nas periferias: *“trás”* o documento, é sempre muito comum por aqui. Existe uma política de pertencimento dos jovens quando estão na frente da viela, ou na rua de casa que não é necessário estar com o documento, afinal: *“estou na porta de casa”, “estou na rua em frente minha casa, porque não estaria seguro?”* disse o meu irmão a mim, uma vez. Eu respondi: *“Porque você é o perfil que a polícia mata”*.

Voltando na abordagem, são dois policiais (suficiente para o medo estar instaurado no território). Logo, liberam os três, dos quatro jovens que estavam na abordagem. Após um dos policiais passar um rádio para fazer checagem dos documentos. Logo aparece uma mulher/mãe. É a mãe do jovem sem documento. Ela se apresenta, entrega o documento já dizendo que o filho não tem passagem. O policial pede que ela aguarde do outro lado da rua, onde tem mais claridade noturna. O local onde eles encostam o menino tem menos claridade. Eles dizem às pessoas que estão a observar a abordagem para que não passem em frente a viatura, do contrário, irão jogar gás lacrimogêneo.

O menino, ao ver a mãe, sente-se mais seguro e começa a dizer algo aos policiais. Não consigo ouvir da janela o que ele diz. O policial se aproxima dela armado, com as mãos para trás, falando alto parece estar irritado. Ela fala alto para a mãe: *“O que estou fazendo é com*

respeito, entendeu, é meu trabalho te levar preso por desacato é dois palitos¹³, entendeu". A mãe, está do outro lado, com outras pessoas observando. Ela percebe que o filho, continua a dizer algo ao policial e grita para o jovem: *"Cala a boca, porra, cala a boca"*. O policial, diz: *"isso aí, é isso"*, aprovando a forma como a mãe grita com o filho. Ela pede ao policial: *"Deixa eu falar com ele"*. E o policial responde: *"Sim, sim"*. Ela atravessa a rua, o policial junto com ela e ambos se aproximam do jovem. A mãe, já bem próxima do filho, grita *"deixa a polícia fazer o serviço dele, você não é marginal, traficante, nem nada, deixa ele fazer o serviço dele"*. O filho fica em silêncio, de cabeça baixa¹⁴, ouvindo a mãe. Logo o policial, depois de fazer a checagem do documento e constatar que ele não tem passagem pela polícia, o liberou junto com a mãe.

A cena descrita acima diz muito sobre como o Estado, na figura do policial, deseja que haja um processo de reprodução da violência entre a própria família. A mãe, em desespero após o policial dizer que poderia levar seu filho por desacato, sinaliza, aos gritos, que o filho fique quieto, afinal, ele não deve nada à polícia. Porém, esta mãe entende que se não for mais autoritária com o filho, reafirmando que ele não é bandido, o policial poderia querer levar ele dali. Tirando dos olhos dela a proteção. Os gritos da mãe parecem ter sido uma forma de pedir que ele se calasse para o proteger naquele momento, para que ele não fosse levado. A mãe, ao gritar que ele não é traficante, ladrão ou marginal, está sinalizando ao policial também, como se dissesse: levar meu filho por que? Ele não tem o perfil daqueles a quem vocês levam. Mas o policial só os vê como o perfil (pobres e periféricos) que ele pode a todo tempo violentar.

Como afirma Maria Albuquerque, as práticas policiais são fortemente marcadas pelas abordagens violentas, desumanas, racistas, discriminatórias, preconceituosas, classistas e criminosas, em que os agentes utilizam-se de agressões, ameaças, ataques verbais e intimidação psicológica. (ALBUQUERQUE et al, 2014, p. 19 e 20). A violência contra a juventude e suas famílias nas periferias é algo comum e naturalizado fazendo parte de uma e extermínio desses territórios e populações mais vulneráveis. É a política de política do extermínio da juventude em ação pelo Estado como afirma:

¹³ Dois palitos é um gíria da periferia de São Paulo utilizada no dia-a-dia para comunicar que algo pode acontecer de maneira rápida.

¹⁴ É um gesto comum e de muito respeito, quando jovens estão em abordagem policial e suas mães chegam, tentando entender o que está acontecendo e para repreender os filhos que eles, fiquem em silêncio e de cabeça baixa, como um sinal de respeito a vergonha a humilhação que sentem que estão fazendo as mães passar.

De acordo com Bicalho e Richshoffer (2009, p.434) percebe-se que a ordem social não é caracterizada como a efetiva consolidação das mínimas condições de cidadania para todos, mas sim, como defesa do direito de consumir de alguns. É o que Wacquant (2001, p.7) denominou como "a remediação de um 'mais Estado' policial e penal a um 'menos Estado' econômico e social" [...]. É quando as questões sociais se tornam questões de polícia. Os "inimigos" da ordem são estes que ousam transpor as barreiras do consumo e estão continuamente expostos à violência policial. Nas periferias a violência policial já está naturalizada e autorizada a acontecer. Faz parte da “ordem natural da periferia” a força policial chega e o pânico está instaurado.

3.3 “Uma perseguição policial vira um espetáculo cultural: o menino com sua motinha sem placa, entre becos e vielas, dá perdidos na polícia em um domingo de sol”.

Era um domingo de muito sol, por volta de 16h. Já tínhamos almoçado e estávamos todas na cozinha, conversando na casa de minhas irmãs. Ouvimos um barulho muito forte de carro acelerando, com buzina bem alta. Era uma moto. Subimos para a parte de cima da casa onde fica a laje de minhas irmãs. Como todo domingo, a rua estava cheia de pessoas crianças. O lazer por aqui é o som alto, as crianças brincando na rua, as pessoas tomando sua cervejinha nas calçadas e bares. O fluxo de moto a todo tempo, como dizem os jovens “dando um grau” (empinar a moto nas alturas com rodopios na rua). Neste domingo o lazer da quebrada é interrompido pela presença da polícia militar. Um jovem, de aproximadamente 18 anos, com sua moto sem placa, começa a dar grau e dois policiais, também de motocicleta, começam a segui-lo. Da laje temos uma vista de várias ruas, morros e avenidas, conseguimos ver a perseguição policial. Neste dia não tinha piscina azul, para as crianças. O espetáculo cultural e de lazer na quebrada é a perseguição policial. O jovem repete o caminho, então passa por diversas vezes em frente a nossa vista, com os policiais sempre atrás. Me pergunto o porque eles não pararam ele ainda. E minha irmã: *“Lembra que agora eles tem que usar câmera, podendo dificultar que eles derrubem o menino da moto, ou façam uma abordagem violenta, está sendo filmado”*. No dia 13 de julho de 2020, o governador da grande São Paulo João Doria, anunciou que diante do grande número de ocorrências envolvendo abordagens violentas de policiais, com agressão a homens e mulheres nas periferias durante o período de pandemia, e com os moradores gravando e tendo a coragem de denunciar às grandes mídias, os policiais

iriam usar câmeras em seus uniformes de trabalho durante o expediente, com o objetivo de reduzir a violência policial:

Os policiais militares de São Paulo¹⁵ começaram a usar câmeras presas aos uniformes neste sábado (1º). A medida, anunciada em julho, surgiu em meio à escalada de casos de violência policial no estado. De acordo com a SSP-SP (Secretaria de Segurança Pública de São Paulo), 585 policiais do Comando de Policiamento da Capital já começaram a usar as câmeras neste sábado com o objetivo de dar "mais transparência às ações" da PM. "As gravações preservam a atuação dos policiais e os direitos individuais dos cidadãos, além de fortalecer a produção de provas judiciais". (UOL, 2020).

Voltando a cena. Era visível que os dois policiais da perseguição já faziam uso de câmeras em seus uniformes, por isso a impressão era que eles estavam esperando que o jovem tivesse um vacilo, ou desespero de estar sendo perseguido e caísse. Comentamos que se os policiais não estivessem com câmeras em seus uniformes eles já teriam abordado o menino na base da violência, levado ele no camburão e sua motinha, como sempre foi/é quando não há câmeras. O jovem, entrava nas ruas, morros e vielas mais estreitas, onde por aqui só é possível a entrada de veículos pequenos ou motocicletas. E continuava a perseguição, eles saíam de uma rua para outra, voltando à mesma rua em minutos. Assim foi por uns 20 minutos. E a cada passagem a rua estava cada vez mais cheia de moradores, observando.

Quando o jovem passava por diversas vezes em frente a casa de minhas irmãs, as crianças faziam um "aeceeeee" legitimando a ele que estavam achando legal, aquela perseguição. Logo a polícia vinha atrás. Ao observar a cena, tinha ali vários medos em nós que fomos comentando. *"E se a polícia atirar nele, pelas costas, onde pode ter menos pessoas na rua"*. *"E se o policial disser que ele não acatou a ordem de parar"* (que a nós em nenhum momento parecia que tinha sido pedida). Ficamos observando, olhando e sentindo que os policiais torciam para o jovem perder o controle da moto, o que poderia ter acontecido face ao medo e stress provocado pela fuga que ele estava dando da polícia. E o pensamento também *"Será que eles teriam coragem de fazer isso com a multidão que está nas ruas"*

Da laje, seguimos acompanhando todo o percurso feito. A população que assistia dizia: *"A hora em que ele parar eles vão derrubar"*, *"Ele é filho de quem? É melhor chamar a mãe, já"*, *"Esse aí é corajoso"*, *"Vou tomar mais uma cerveja para continuar vendo o show (com*

¹⁵ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/01/apos-casos-de-violencia-pm-de-sp-passa-a-usar-cameras-nos-uniformes.htm> acessado em 15 de outubro de 2020

risos), *“Está escurecendo, a polícia vai esperar escurecer para atirar nele e ninguém ver”*. Nessas ruas, morros estreitos, há muitas vielas e grandes escadões, usados pelas pessoas para cortar caminho para chegar a suas casas. Ter escadão parece encurtar o tanto que se demora a chegar em casa quando se mora em morros, becos e vielas.

O jovem estava ficando cansado. Só em frente a nossa casa ele já havia passado sete vezes. Até que foi escurecendo, e o comentário de que a polícia esperaria a noite para abatê-lo não saía da minha cabeça. Fiquei na laje, com o vento batendo, pedindo que ele não fosse derrubado, que ele conseguisse escapar sem resultar em mais um corpo tombado pela força policial. Na rua em que eu me situo há alguns escadões que, subindo, levam à Avenida Yervant Kissajikian e Ângelo Cristianini¹⁶ e, na descida, dá acessos a ruas, vielas e becos.

De repente o jovem estava sumido há uns 5 minutos. Não avistamos mais ele e nem os policiais na perseguição. Os comentários dos moradores era que ele tinha subido para a avenida Yervant kissajikian. Os moradores diziam: *“Agora a polícia vai pegar, tem o batalhão na avenida, os policiais devem ter pedido reforço”*. De repente, alguém grita: *“Olha ele aqui”*, *“O que é o muleke que estava na moto”*. Da laje olhamos para a rua de baixo, ele estava ali parecia assustado, respirava cansado. As crianças observam. Um morador pergunta: *“Por onde você veio”*? Ele responde: *“Pelo escadão aqui do lado”*, Outra pergunta: *“E a moto”*, ele responde: *“Abandonei em frente ao escadão e desci correndo a milhão, se não os gambé¹⁷ iriam me pegar”*. Logo, os moradores dizem ao jovem *“ah, lá em cima eles estão voltando com reforço. Se esconde”*. O morador de uma das casas de esquina diz: *“Entra aqui, senão eles irão te reconhecer”*. Uma moça pede: *“Dá outra blusa e boné para ele”*. Uma outra avisa: *“Já chamaram sua irmã”*.

O jovem entra na casa do vizinho. Os moradores observam o reforço policial descendo, passando na rua em velocidade reduzida, olham nos olhos de cada jovem sentado nas nas calçadas. Logo veio a irmã do jovem, com um olhar desesperado: *“Onde está o meu irmão?”* Ela pergunta baixinho, aponta onde e o irmão está. O jovem está escondido dentro da casa e os moradores da casa sobem na laje, observando o movimento da rua, da polícia. Uma moradora grita ao morador: *“Oh, tranca o portão, vai que a polícia quer entrar aí porque sua laje está muito tumultuada”*. Outra moradora: *“E vocês estão com cara de assustados”*. Outra: *“E quem não fica com cara de assustado depois desse espetáculo todo?”*

¹⁶ A viela das flores tem 3 entradas e saídas. É como se ela fosse um labirinto e as ruas que dão acesso a avenidas que cito são: 1. Rua Aurora Lívida - saída para rua Doutor Massau- e sentido (Av. Ângelo Cristianini. 2. Rua Doutor Massau - saída sentido Av. Yervant Kissajikian. 3. Rua Soneto Simples dá acesso à rua Guacuri sentido bairro Cidade Julia.

¹⁷ Gambé ou coxinha, ou atrasa lado são jeitos de anunciar/ chamar/avisar que polícia está no território.

3.4 4º Encontro Nacional de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo do Estado: Do luto à luta elas seguem juntas

É Maio de 2019, eu estou no 4º Encontro Nacional de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo do Estado. Chego ao aeroporto e encontro Cláudia Adão, uma profissional da psicologia e quem me convida, com autorização de Sol, (mãe da leste), que permite que eu esteja lá, dizendo que “se é amiga da Clau, é nossa amiga”. Eu fui, com o intuito de contribuir no que fosse necessário, fui para ouvir, fui para sorrir e abraçar, fui pra sentir presença de mães.

Ao chegar sou recebida com muitos sorrisos, abraços, perguntas e falas como: “Você também perdeu um parente?”. “Você é de onde”. “Você é irmã do fulano assassinado lá no Rio”. “Você é parecida com a minha filha?”. “Ah eu achei você tão parecida com a minha nora”. “A neta que meu filho deixou para mim cuidar tem o cabelo parecido com o seu”. Todas essas perguntas diziam a todo tempo sobre a identificação delas comigo. Eram mulheres negras, são mulheres negras, os jovens que mais morrem são os jovens negros.

Nesta perspectiva sobre as mulheres negras a autora Conceição Evaristo:

A família representou para a mulher negra uma das maiores formas de resistência e de sobrevivência. . . . Mães reais ou simbólicas . . . foram e são elas, muitas vezes sozinhas, as grandes responsáveis não só pela subsistência do grupo, assim como pela manutenção da memória cultural”.(CONCEIÇÃO EVARISTO, 2005, p. 203).

A cada fala daquelas mulheres me recordava das mães de meus amigos assassinados da viela das flores, hoje quando me encontram dizem “ Nossa se Flavinho estivesse aqui, ele ia ficar bobo, como você está bonita”. “Marcelo ia querer casar com você”. Como você está diferente Thais”. “Que bom que você se formou, né, minha filha, e saiu daqui”.

Eu ali já sentia que estava muito tocada com a primeira noite de tantas identificações. Elas iam chegando aos poucos com seus grupos, faixas, cantigas de luta, abraços a todo tempo, falavam da saudade de uma mãe que havia falecido a poucos meses. Traziam lembranças dos encontros de quando entraram nos movimentos de mães. Estávamos em uma chácara, com muito verde, era um sábado e teria programação do encontro até terça-feira pela manhã. Logo começaram a distribuir as chaves dos quartos que seriam compartilhados. E perguntaram se eu me importaria de não ficar com a Claudia, e sim com uma mãe do Rio. Eu disse que não tinha problema algum. Logo, ela chegou no quarto, para deixar as coisas dela e logo começou a contar sua história.

Brenda, mãe de Wellington, de 18 anos. Ela ligou para o companheiro e perguntou sobre seus outros 2 filhos. 1 menina de 7 anos e 1 menino de 12 anos. Perguntou da neta de 3 anos, e da nora, que estava grávida quando o filho faleceu, e que até hoje vive com ela, pois os pais não aceitavam a adolescente em casa. Ela me diz: “Eu fiquei com elas, ela é como uma filha pra mim, assim como minha neta. Quando o pai dela colocou ela para fora de casa, eu fui lá e peguei as coisas dela com meu filho. Eu disse onde comer 5, vai comer 7”.

Brenda tem 34 anos, ela é ambulante. Vende bebidas na entrada de baladas na zona norte do Rio. Ela diz que foi assim que criou os filhos. Mas que Wellington, não é filho do atual companheiro. Ela diz que foi mãe muito jovem, pergunta se eu desejo ser mãe. Eu respondo que não sei. Ela diz: “Enquanto você não decide, fica com nois na luta, gostei de você”. Isso já era por volta das 2h da manhã. Ela começa a me falar sobre como foi a morte do filho, pergunta se eu quero dormir, pois ela tem dificuldade de dormir na madrugada. Me lembro da fala de Debora Maria, no lançamento do livro do movimento mães de maio a semanas atrás, onde ela diz: “Se quer encontrar uma mãe acordada é na madrugada, depois que assassinam nossos filhos a gente não dorme nunca mais.”. Logo me lembro também de um projeto contemplado pelo Fundo de Direitos Humanos por uma coletiva de Salvador que o nome era “ Minha mãe não dorme, enquanto eu não chegar”. Aí lembro de minha mãe, que se meu pai não chegasse no horário de sempre do trabalho, ela ficava preocupada e atenta a todo tempo no telefone fixo de casa. Já existia celulares, mas não tínhamos acesso. Hoje eu, e minhas irmãs somos assim com meu irmão de 24 anos. Apesar de ser um jovem muito trabalhador e tranquilo o dia que ele resolve ir nos samba, e volta mais de 23h, a gente tá sempre perguntando: “onde você está? Que horas você volta? Vai voltar como? Volta com suas proteções! Cuidado! Ta com bateria no celular?”

A preocupação quando um menino preto sai de casa é constante, o que na luta feminista e autora Audre Lorde em conversa com uma amiga branca, faz um alerta social sobre o medo que as mulheres negras tem:

Como mulheres compartilhamos alguns problemas, outros não. Vocês temem que seus filhos cresçam e se unem ao patriarcado e deponham contra vocês. Nós tememos que nossos filhos sejam arrancados de dentro de um carro e sejam alvejados no meio da rua, e vocês darão as costas pelos motivos pelos quais eles estão morrendo. (LORDE, 2019, p. 11).

Voltando para a conversa com Brenda. Eu digo que estou sem sono, e que ela não está me atrapalhando não que podemos continuar a conversar. Ela me conta um pouco de como tem sido a vida dela desde a morte de Wellington: “Eu quero cursar direito Thais, e está com o

movimento de mães no Rio, tem feito com que eu entenda cada vez mais como é o judiciário e após eu ver os policiais que mataram meu filho, depois que ele se entregou preso, eu vou cursar direito, eu quero defender as famílias pobres, eu tive que trabalhar desde muito nova, tive o Wellington muito nova também e não consegui mais estudar, mas agora eu faço supletivo para adultos no Rio. Eu e meu esposo e depois vou entrar na faculdade”. Eu a incentivo, digo da importância de ela ocupar este lugar e que tenho certeza que ela irá conseguir. Ela diz: “Com Fé em Deus e pela memória do meu filho”.

Brenda muito agitada, revira-se na cama a todo tempo, e não para um minuto de falar sobre sua vida, história, filhos e neta, me mostra fotos, vídeos e logo, diz: “Agora tá me dando um pouco de sono. Vou ouvir os áudios que ouço toda noite, antes de me forçar a dormir Thais, quer ouvir” Eu respondo: “Posso ouvir”. Ela então dispara os últimos áudios salvos no messenger do facebook, que trocou com o filho uma noite antes dele ser assassinado. “Mãe, boa noite, tudo bem ai? Eu te amo, dorme bem”. “Oi filho, tudo bem sim meu amor, e você? ” Tá agasalhado, hoje está uma noite meio fria”. “Estou agasalhado sim mãe, te amo”.

Eu ouço esses áudios toda noite Thais, para dormir preciso que ele fale comigo, todas as noites, mas sempre esse horário. Já passava das três da manhã. Ela me deseja boa noite, e a gente dorme. Ou eu dormi, pois quando o celular despertou às 7h, Brenda já não estava mais no quarto. Ouvi vozes, olhei para a fresta da janela, e tinha várias mães tomando café e fumando cigarro, com o dia nascendo. Brenda era uma delas. Tomo banho, e desço para o café. Um pouco envergonhada estava ainda me sentindo, pois diante de tanta dor, eu me perguntava o que poderia fazer ali. Fiquei pensando muito sobre o fato delas me perguntarem se eu tinha perdido alguém, pois estar ali, era visto de que você tinha perdas. Comento isso com a Claudia, e ela me diz: “Thais você perdeu seus amigos, você está aqui por eles, pelas mães deles, que não estão.” Logo eu começo a refletir que ela tinha razão. Mas ainda pairava em mim um desconforto. Quando comento com a Claudia sobre a noite dividindo quarto com a Brenda, ela me diz lá não foi diferente, estávamos em quatro mães e nenhuma delas dormiu direito.

A programação do dia começou com o café da manhã e logo depois teria uma atividade proposta por uma educadora que atua com a linguagem do “teatro do oprimido”¹⁸. Entendendo um pouco da proposta do teatro do oprimido, fiquei pensando como a educadora iria utilizar, para trabalhar com mães de luta, mas que vivem em luto. Encerramos o café, e fomos para o

¹⁸ O “Teatro do Oprimido”, de acordo com o próprio Boal, pretende transformar o espectador, que assume uma forma passiva diante do teatro aristotélico, com o recurso da quarta parede, em sujeito atuante, transformador da ação dramática que lhe é apresentada, de forma que ele mesmo, espectador, passe a protagonista e transformador da ação dramática.

saguão, onde seria a manhã da vivência. Fizemos uma roda bem grande e começamos a nos apresentar. Tínhamos que falar o nome e de que Estado éramos e fazer um gesto e todas que estavam na roda, repetiam seu gesto e diziam “seja bem-vinda fulana”. Este primeiro momento foi divertido. Muitos risos, gestos engraçados. No segundo momento ela pediu que as mães pudessem caminhar pela sala e ir percebendo como o corpo delas estava no espaço. Ela dizia: “Sintam seus ombros, sintam seus braços, sintam, suas pernas, como está a boca de vocês, se olhem e caminhem pelo espaço e se conectem com vocês e do porque vocês estão aqui”.

Os olhares foram mudando, as cabeças foram se abaixando, os olhos emaranhados de choro, e uma das mães diz “Aí as mães não estão gostando”. A facilitadora da atividade diz: “É difícil mesmo, mas continuem a caminhar, se conectem porque vocês estão aqui”. Após essa fala uma mãe encosta na parede e diz “o meu filho está em uma cadeira de rodas por ter levado um tiro por engano, ele nunca mais vai caminhar e você diz para eu caminhar? Como posso caminhar se meu filho nunca mais vai andar. Várias mães começam a chorar junto com elas e dizem que não desejam mais participar. Eu e Clau, observamos a cena, acolhemos algumas mães com água, escuta e lenços de papel. Elas vão deixando o saguão e a facilitadora vem nos dizer: “Ai que triste, achamos que seria legal”. Eu pergunto, achamos é quem? Ela responde: “Os patrocinadores do evento”. Eu pergunto a ela, se as mães pensaram e construíram a programação juntas? Ela responde: “Acho que não”. Eu digo: “Acho que teria sido importante, Lara”. Ela concorda que sim. Eu digo vamos lá fora ver como as outras estão.

Quando chegamos do lado de fora, elas estavam com café e cigarros nas mãos, algumas chorando, outras se abraçando e a facilitadora disse: “Eu não, sei o que faço”. Ficamos observando a cena, até que uma das mães começou a cantar um funk que os MCs do Rio de Janeiro tinham feito pra elas, para cantar quando estivessem juntas em luta. Eu olhei para a facilitadora e disse “Que tal, perguntar se elas não querem apresentar as músicas, cantos que elas cantam quando estão em luta em seus Estados”. Ela disse: “Nossa pode ser uma boa ideia, mas você não quer propor, porque eu propondo acho que não tem mais clima”.

Eu pedi licença a mãe que estava cantando, e tinha outras mães se achegando e disse: “mães e se a gente fizer uma nesta grama e cantarmos esses cantos de luta que faz sentido para vocês”. E elas começaram a formar uma roda e foram cantando. No final encerramos com a cantiga, cantada em vários movimentos sociais de luta em atos e manifestações:

“Companheira me ajuda, eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”.... E pedi a elas para cantar Axé¹⁹ que eu aprendi em um espaço que se chama mulheres de Pedra que fica no Rio de Janeiro.

“Axé, axé, axé pra todo mundo axé
Axé, axé, axé pra todo mundo axé
Muito axé, muito axé, muito axé pra todo mundo axé”.

Em 2019, o psicólogo e pesquisador Abraão Santos, publicou um texto/artigo intitulado *O enegrecimento da Psicologia: Indicações para a Formação Profissional*, no qual ele traz possibilidades para se pensar o diálogo entre Psicologia e práticas de cuidar na espiritualidade de matriz africana. Trazendo, no contexto da resistência negra, os valores que se apresentam nos saberes dos terreiros, acolhimento, comunidade, ancestralidade, e o lugar desses saberes ao longo da história da resistência negra no Brasil. (SANTOS, 2019, p.159)

O acolhimento atualiza o cuidar trazido pelos saberes da ancestralidade, tais como são transmitidos pela oralidade no terreiro angola-congo. Acolher é trazer para um espaço de pertencimento do corpo e do espírito. Acolher, nesse sentido, têm efeitos de cura, de equilíbrio do corpoespírito, de retomada da memória, uma vez que é trazer a pessoa necessitada para mais próximo da Terra, ou dos inquices. (p.161)

Santos (2019) O termo corpoespírito poderia expressar essa composição, que nas religiões de matriz africana, é inseparável, uma vez que a alimentamos com as mesmas comidas dos santos. Estamos na busca de uma palavra que retome essa conjunção matéria-espírito, separada desde o platonismo; corpoespírito é palavra provisória. (p.161)

Para Carolina Ferreira (2019, p.734) a Necropolítica é a dor da maternidade interrompida, resignificada no luto (em) luta. Amor e militância. As reais vítimas da guerra às drogas. A seletividade do processo penal, tão denunciada pelas Criminologias Críticas, tem cor e classe no Brasil: é negra e periférica. Suas vítimas secundárias, as famílias, têm cor, gênero e classe: são as mães negras da periferia.

Maíra Brito (2017) observa que nas últimas décadas, uma das frentes de luta e resistência das mulheres negras tem sido a denúncia do extermínio da juventude negra. Deste modo, não surpreende que a cada episódio de morte de jovens essas mulheres se unam para colocar em prática o lema “do luto à luta”. Jurema Werneck (2010, p. 10) afirma que a mulher negra é o resultado de uma articulação de elementos diversos, de resistência e enfrentamentos,

¹⁹ Axé, na língua iorubá, significa poder, energia ou força presentes em cada ser ou em cada coisa. Nas religiões afro-brasileiras, o termo representa a energia sagrada dos orixás. O axé pode ser representado por um objeto ou um ser que será carregado com a energia dos espíritos homenageados em um ritual religioso.

é a proposição de um conceito que pode se tornar importante numa proposta epistemológica que queira tomar a questão racial como fator central (). A autora nos faz refletir como as subjetividades das mulheres negras são constituídas a partir das questões raciais, e como isso impacta na construção de suas possibilidades de viver com plenitude o lugar de mulheres e mães negras. Legitimar o que elas apresentam no sofrimento de enterrar seus filhos, entender o Estado como genocida e a partir de suas trajetórias de lutas com outras mulheres e mães, compreendendo que se faz fundamental para o enfrentamento do racismo estrutural na sociedade a união entre elas a partir da dor comum. Exige-se delas que sejam todo o tempo resistentes aos processos de violência de seus corpos em luta, simbolicamente e de forma real, quando seus filhos são assassinados pelo Estado. Os índices de violência do Estado contra a juventude negra só fazem aumentar e têm sido cada vez mais perversos e opressores com o passar dos anos, como os dados demonstram, nos levando a, cada vez mais, questionar que Estado é esse? Pois quando se mata um jovem negro, também se mata uma mulher-mãe-negra e sua família inteira. Elas resistem à/na dor.

3.5 Racismo Estrutural e Necropolítica Chacinas nos Corpos Matáveis: é 1, 80, ou 111, 500 tiros. Amanhã, quantos mais?

“Quantas pessoas mais terão que morrer para essa guerra acabar” Marielle Franco, 2018 (um dia antes de sua morte).

A presente pesquisa é orientada por essa recomendação epistemológica: aprofundar conceitos de autoras/es visando interlocuções com a temática da violência do Estado, com as interfaces históricas do racismo estrutural, necropolítica, chacinas recentes, movimento de mães, e atuação da psicologia em territórios de mortes sociais e fatais: as periferias.

O primeiro conceito que se faz presente quando atuamos nas periferias com violências de cunho simbólicas, até chegar à morte nas periferias, é o do racismo estrutural e a necropolítica como denomina. Almeida (2019, p. 32) “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem”. De acordo com este autor, embora haja relação entre os termos preconceito, raça e discriminação, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial.

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. (ALMEIDA, 2019, p. 32).

De acordo com Almeida, o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. E ele, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática (ALMEIDA, 2019, p.50-51).

A negação do racismo e a evolução do conceito de democracia racial se aperfeiçoaram com o conceito de meritocracia, segundo o qual os negros que se esforçarem poderão usufruir de direitos iguais os dos brancos.⁵ Tal conceito, na prática, apenas serviu para a manutenção da desigualdade entre brancos e negros. Em que pese a democracia racial ter sido denunciada como falácia ao final do século XX, conforme apontado, entre outros, pelo estudo realizado por France Winddance Twine (1997), o autor aponta que o mito da democracia racial é fortemente difundido, pois serve de argumento para apontar as políticas de combate ao racismo como desnecessárias, com habituais alegações de que todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades. Almeida (2018,p. 59) afirma que

O fato de parte expressiva da sociedade considerar ofensas raciais como ‘piadas’, como parte de um suposto espírito irreverente que grassa na cultura popular em virtude da democracia racial, é o tipo de argumento necessário para que o judiciário e o sistema de justiça em geral resista em reconhecer casos de racismo, e que se considerem *racionalmente neutros*.

Para Almeida, o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro, porque os estudos a respeito da desigualdade racial foram utilizados para justificar a inferioridade negra, não fazendo críticas sobre a condição do negro na sociedade. Qualquer negro é diretamente ligado à África, sendo considerado evoluído apenas a partir da miscigenação com brancos ou contado com estes.

Os fatos que justificam a desigualdade ou discriminação são falsos ou inexistentes, por

isso os espaços devem promover a inclusão dos negros. A representatividade dos negros em espaços antes ocupados apenas por brancos se torna relevante. Entretanto, Almeida pontua que a luta por representatividade não faz com que o racismo seja enfrentado ou superado, pois não é ela que garante a mudança da forma como se compreendem as relações sociais, tampouco retira o estigma colocado sobre os negros. A representatividade, segundo o autor, é uma falácia, uma mentira utilizada para minimizar as lutas do movimento negro.

O direito é o instrumento utilizado pelo Estado para dar legalidade às condutas racistas. A discriminação racial, a exclusão dos negros e a justificação dessas atitudes e comportamentos foram institucionalizados por Estados como Estados Unidos da América e África do Sul, respectivamente, nas legislações *Jim Crow* e *aparthe id*. O autor aponta que a raça é um fator que promove e que justifica imensa desigualdade econômica, por isso que toda e qualquer ação de combate ao racismo que não a leve em consideração não será efetiva. (p.57-58)

Outro conceito a ser explorado nesta pesquisa é o proposto pelo camaronês Achille Mbembe (2018), autor que amplia a discussão sobre Biopoder, soberania, Estado de exceção e política de morte. A necropolítica se caracteriza como a política de morte, autorizada a acontecer, devastando vidas em territórios periféricos que são atribuídos pelo Estado como corpos matáveis (MBEMBE, 2018). Nas periferias, a política de extermínio do Estado tem considerado quem deve morrer ou viver. Mbembe destaca ser este um mundo de mortes, rodeado por sistemáticos dispositivos que visam a eliminação de pessoas pobres da sociedade. O autor camaronês faz um breve resumo, relacionando a produção social da raça com o biopoder e, ao mesmo tempo, salienta a função genocida do racismo de Estado:

O biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre vivos e mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) —racismo. Que a —raça (ou na verdade o racismo) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável (MBEMBE, 2018, p.17).

Além da biopolítica e todos os seus aparatos de disciplinarização, segregação e dominação, para pensar a necropolítica Mbembe (2018) também se respalda nos conceitos de *homo sacer* e vidas nuas, empregados por Agamben (2002).

Agamben (2002) classifica de Vidas nuas, corpos indignos de existência política,

desqualificados e incluídos no ordenamento social unicamente sob a forma de sua exceção e execução. Portanto, as vidas nuas (*zoé*) são produções sociais, corpos racializados e estigmatizados que vivem em estado de exceção contínuo, no limiar entre vida e morte; dentro e fora da norma; entre direito e violência produzidos pela decisão soberana (AGAMBEN, 2002). Para Agamben (2002), o soberano (Estado) é o único legalmente capaz de decidir entre a sacralidade da vida e da morte, assim, exerce seu poder de decisão de acordo com seus interesses. A produção da vida nua (*Homo Sacer*), uma existência absolutamente descartável, se politiza através de sua própria matabilidade. A politização dos corpos consiste na categorização e no isolamento da vida matável e insacrificável.

Carvalho (2018), um território com múltiplas possibilidades de mortes e converteu seus habitantes em vidas nuas, corpos passíveis de abandono, descarte e extermínio. A necropolítica aplicada sobre esse território deixa sua população em uma situação de extrema vulnerabilidade, em um latente estado de exceção e em condição absoluta de matabilidade, miséria e desprezo (CARVALHO, 2018, p.6). Além de auxiliar na manutenção do poder, esse modelo de desenvolvimento faz com que o soberano crie uma atmosfera social de medo e terror, a fim de legitimar seu abandono e a criação de políticas de repressão, de descaso e de morte contra esse seletivo grupo.

O psiquiatra e filósofo político martinicano Frantz Fanon (1968), considera que o colonialismo só foi possível através da racialização dos espaços e de seus habitantes. Dessa maneira, o racismo estruturava e dava o embasamento social, intelectual, político e econômico para legitimar a barbárie ocorrida dentro das colônias. Segundo Carvalho (2018), com a subtração da humanidade dos indivíduos e racialização dos corpos, a brutalidade, crueldade, o extermínio e os abusos se consolidaram como as principais marcas, paradigmas e os caminhos do mundo colonial. Um mundo dividido em compartimentos, cindido e orquestrado pela violência em seu estado mais puro e legítimo.

Chacina de Osasco e Barueri - 13/08/2020

A maior chacina – fora dos presídios – do estado de São Paulo foi realizada na grande SP, mais especificamente nas cidades de Osasco, Barueri e Itapevi, deixando no total 23 mortos e alguns feridos, impactando toda região. Segundo as informações, a autoria dessa barbárie foi cometida por policiais e guardas civis municipais, e o motivo foi uma vingança por conta do assassinato de dois profissionais da segurança pública dias antes desse ato. Na semana anterior dessa tragédia, esses agentes de segurança pública foram mortos, em decorrência de uma execução no dia 08/08/2015 (UOL, 2015) e uma tentativa de assalto no dia 12/08/2015

(G1, 2015).

Os locais do crime foram as regiões periféricas dessas cidades. Os acusados se dirigiram a bairros que tinham alguma ligação da morte dos profissionais e dispararam aleatoriamente contra pessoas que enquadram no estereótipo de “criminoso”, indo de encontro às pesquisas de Misse (2010) sobre a construção do “sujeito bandido” no Brasil. Isto posto, mais da metade das vítimas não tinham passagem pela polícia e nenhuma tinha envolvimento com alguma facção (G1, 2015).

06/02/2015 - “Chacina no Cabula - Salvador Bahia²⁰

*Em 6 de fevereiro de 2015, policiais militares das Rondas Especiais da Bahia (Rondesp) cercaram **18 jovens negros** na Vila Moisés, bairro do Cabula, em Salvador (BA), e os fizeram correr para um campo de futebol. Lá, escondidos entre a mata, outros PMs, que segundo denúncia do Ministério Público desligaram o GPS da viatura para evitar o registro de localização, aguardavam os meninos. Encurralados pelos militares, pelo menos **12 deles foram executados** sumariamente. Seis conseguiram escapar, fingindo-se de mortos. Naquela madrugada, os militares dispararam **500 tiros, quase 100 deles atingiram os corpos negros, conforme informações dos laudos.***

28/11/2015 - “Chacina Costa Barros” - Rio de Janeiro²¹

*“**Cinco jovens:** Wilton Esteves Domingos Júnior, de 20 anos; Carlos Eduardo Silva de Souza, 16; Wesley Castro Rodrigues, 25; Roberto Silva de Souza, 16, e Cleiton Corrêa de Souza, 18. **Eles tinham ido a uma lanchonete comemorar o primeiro emprego de Roberto, que havia conseguido uma vaga como auxiliar de supermercado.***

À mãe de Wesley Rosilene Rodrigues: “Tudo o que eu quero é justiça. Meu filho não merecia isso. E eu não merecia ver meu filho da forma que eu vi. Não sei como e nem quando vou conseguir superar isso. Não sei quanto tempo isso vai levar. Eu fico me perguntando porque tanta violência e porque temos que viver num país desse tipo. Por isso tanta gente vai embora

²⁰<https://www.geledes.org.br/chacina-do-cabula-um-ano-12-mortos-e-uma-sentenca-de-absolvicao/> : acessado em 23/06/2021

²¹<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/mais-de-100-tiros-foram-disparados-por-pms-envolvidos-em-mortes-no-> acessado em 28/06/2021

criar seus filhos e netos. Sinceramente, eu não tenho mais orgulho de dizer que sou brasileira”

20/06/2018 - Favela da Maré - Rio de Janeiro

"Mãe, ele não viu que eu estava com a roupa da escola"? Perguntou à mãe Bruna, Marcos Vinicius, de 14 anos, assassinado com um tiro na barriga pela força policial do Rio de Janeiro na favela da Maré.

A mãe em entrevista para o jornal EXTRA²²: *“Ele foi baleado e socorrido por moradores. Quando eu cheguei lá ele estava consciente e disse que viu quem atirou nele, que foi de um blindado. 'Ele não viu que estava com roupa de escola, mãe?', me perguntou, e eu falei para ele não falar nada, para ter forças. Foi aí que ele começou a gemer de dor”*

O pai: *“Porque veem um uniforme de escola e atiram? Porque não são policiais. São assassinos. Policiais não agem desse jeito”.*

Qual argumentação de invasão da Polícia na Maré:

²³A operação da Polícia Civil na Maré ocorreu em 20 de junho de 2018. O tiroteio começou após a chegada de equipes especializadas da Polícia Civil do Rio na comunidade. O objetivo da operação era cumprir 23 mandados de prisão e "checar informações de inteligência". A operação estaria relacionada ao assassinato do policial Ellery Ramos de Lemos, chefe dos investigadores da Dcod (Delegacia de Combate às Drogas). Ele foi morto a tiros em Acari, outra favela da zona norte do Rio, no mesmo mês. Os policiais estariam em busca dos criminosos que teriam buscado refúgio na Maré. Ninguém foi preso. Durante a operação, Marcos foi baleado nas costas. O tiro perfurou a lombar e atingiu o abdômen...

06/02/2015 - “Chacina no Cabula - Salvador Bahia²⁴

Em 6 de fevereiro de 2015, policiais militares das Rondas Especiais da Bahia (Rondesp) cercaram 18 jovens negros na Vila Moisés, bairro do Cabula, em Salvador (BA), e os fizeram correr para um campo de futebol. Lá, escondidos entre a mata, outros PMs, que segundo denúncia do Ministério Público desligaram o GPS da viatura para evitar o registro de localização, aguardavam os meninos. Encurralados pelos militares, pelo menos 12 deles foram executados sumariamente. Seis conseguiram escapar, fingindo-se estar morto. Após um

²²<https://extra.globo.com/casos-de-policia/antes-de-morrer-adolescente-baleado-na-mare-disse-para> : acessado em 20 de junho de 2021.

²³

²⁴<https://www.geledes.org.br/chacina-do-cabula-um-ano-12-mortos-e-uma-sentenca-de-absolvicao/> : acessado em 23/06/2021

sargento ser atingido, os policiais entraram em confronto com os bandidos mortos. Naquela madrugada, os militares dispararam 500 tiros, quase 100 deles atingiram os corpos negros, conforme informações dos laudos.

O que a polícia disse sobre o caso:

De acordo com a PM, o tiroteio aconteceu após policiais receberem a informação de que um grupo planejava roubar um banco na região. A Polícia Militar afirma que, ao chegar ao local, a viatura das Rondas Especiais (Rondesp) foi recebida a tiros por cerca de 30 assaltantes.

As chacinas são atos de extrema violência, ocasionado pelo assassinado de muitas pessoas. No Brasil, os motivos são variados, tendo como foco o extermínio de pessoas periféricas (que em sua maioria são pessoas negras e pobres); a aniquilação de detentos e organizações de presos; ou a eliminação de militante e indígenas sob contexto de disputas de terras (DYNA, 2021, Apud DA SILVA SANTOS; RAMOS, 2019; DE LIMA VEDOVELLO, 2020). Essa prática se tornou muito comum, e foi naturalizada como um método violento simbolizado pela vingança, dominação ou uma forma de manifestação do poder.

A palavra chacina não tem uma conotação jurídica como homicídio ou latrocínio, sendo representada no âmbito jurídico como “homicídios múltiplos”. Chacina, portanto, é uma expressão popular que desencadeou um acúmulo de violência contra um grupo de pessoas estereotipadas, seja pela classe social, cor da pele ou ação política (DYNA, APUD 2021, DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019).

A própria estrutura estatal deturpa os acontecimentos quando acontecem chacinas por parte da autoria de policiais, mudando a nomenclatura e alterando as narrativas sob a tutela policial: “Os do lado das políticas de segurança pública, através de seus órgãos oficiais, a denominação dessas ações como ações de contenção ou operações policiais” (Dina 2021, Apud DE LIMA VEDOVELLO; RODRIGUES, 2020, p. 165), portanto, quando se diz que uma chacina foi uma ação de contenção, passa-se um pretexto de defesa da força policial contra o ataque externo do bandido, que por muitas vezes é uma falácia.

Por outro lado, há um discurso promovido pelos movimentos sociais, intelectuais, grupos de direitos humanos e coletivos que defendem as vítimas e querem justiça pelas atrocidades cometidas. A narrativa protagonizada por esses setores analisa uma questão mais profunda e complexa, sobre um genocídio contra a população negra e pobre e/ou uma política de extermínio de classe por parte do Estado, fundamentada em diversas pesquisas nas áreas interdisciplinares como forma de romper com os discursos conservadores e oficiais (DYNA

2021, Apud, DE LIMA VEDOVELLO; RODRIGUES, 2020, p. 165).

Desta forma, o número alarmante de mortes ocasionados pelas chacinas, remete ao que a bibliografia chama de “espetacularização da morte”, em que a produção da chacina é a demonstração de poder dos acusados por meio da violência (DYNA, 2021, Apud, DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 15). A espetacularização sobre a chacina não se corresponde como algo no anonimato e nem como tentativa de se obstruir as forças da justiça. Muito pelo contrário, seu impacto é orientado ao ataque direto, sem uma preocupação de esconder sem uma preocupação em esconder a prática violenta e a partir da exposição cada vez maior, obtendo seu impacto e por conseguinte seu poder. Destarte, a chacina é uma prática de poder em que se utiliza da estratégia de extrema violência para alcançar algum objetivo, seja a dominação, vingança ou manifestação dos micros poderes soberanos (Dyna, 2021, Apud FOUCAULT, 2009). Essa ação tem a finalidade de ser pública e visível, assim todos conseguem ver as dinâmicas do poder exercido como uma forma de suplício por parte dos responsáveis em relação ao seu inimigo (Dyna 2021, Apud FOUCAULT, 2014). Diante disso, os estudiosos do tema sintetizam que:

Na maior parte das vezes, a chacina é um ritual de execução de pessoas tomadas como inimigas ou indesejáveis, realizado por assassinos mais ou menos anônimos. Nesse sentido, as chacinas podem ser interpretadas como mensagens públicas, com intuito de criar medo e temor a um público mais ampliado, e uma demonstração de poder e autoridade conquistado e/ou garantido por meio da violência letal. Na maior parte dos casos, as chacinas são ritualizadas, atos repetidos em diferentes casos, vestígios são estrategicamente deixados na cena do crime e a identidade dos assassinos ou dos mandantes circulam publicamente na forma de rumores. (DYNA, 2021 DA SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 13).

A presente pesquisa é orientada por essa recomendação epistemológica: aprofundar conceitos de autoras/es visando interlocuções com a temática da violência do Estado, direitos humanos e atuação da Psicologia em territórios de mortes sociais e fatais: as periferias. O primeiro conceito que se faz presente quando atuamos nas periferias com violências de cunho simbólicas, até chegar à morte nas periferias, é o do racismo estrutural e a necropolítica como denomina: Almeida (2019) Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (ALMEIDA, 2019, p. 32). De acordo com este autor, embora haja relação entre os termos preconceito, raça e discriminação, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial.

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. (ALMEIDA, 2019, p. 32).

De acordo com Almeida, o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. E ele, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática (ALMEIDA, 2019, p.50-51).

Outro conceito a ser explorado nesta pesquisa é o proposto pelo camaronês Achille Mbembe (2018), autor que amplia a discussão sobre Biopoder, soberania, Estado de exceção e política de morte. A necropolítica se caracteriza como a política de morte, autorizada a acontecer, devastando vidas em territórios periféricos que são atribuídos pelo Estado como corpos matáveis (MBEMBE, 2018). Nas periferias, a política de extermínio do Estado tem considerado quem deve morrer ou viver. Mbembe destaca ser este um mundo de mortes, rodeado por sistemáticos dispositivos que visam a eliminação de pessoas pobres da sociedade. O autor camaronês faz um breve resumo, relacionando a produção social da raça com o biopoder e, ao mesmo tempo, salienta a função genocida do racismo de Estado:

O biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre vivos e mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) —racismo. Que a —raça (ou na verdade o racismo) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável (MBEMBE, 2018, p.17).

Além da biopolítica e todos os seus aparatos de disciplinarização, segregação e dominação, para pensar a necropolítica Mbembe (2018) também se respalda nos conceitos de *homo sacer* e vidas nuas, empregados por Agamben (2002).

Agamben (2002) classifica de Vidas nuas, corpos indignos de existência política, desqualificados e incluídos no ordenamento social unicamente sob a forma de sua exceção e

execução. Portanto, as vidas nuas (*zoé*) são produções sociais, corpos racializados e estigmatizados que vivem em estado de exceção contínuo, no limiar entre vida e morte; dentro e fora da norma; entre direito e violência produzidos pela decisão soberana (AGAMBEN, 2002). Para Agamben (2002), o soberano (Estado) é o único legalmente capaz de decidir entre a sacralidade da vida e da morte, assim, exerce seu poder de decisão de acordo com seus interesses. A produção da vida nua (*Homo Sacer*), uma existência absolutamente descartável, se politiza através de sua própria matabilidade. A politização dos corpos consiste na categorização e no isolamento da vida matável e insacrificável.

Carvalho (2018), um território com múltiplas possibilidades de mortes e converteu seus habitantes em vidas nuas, corpos passíveis de abandono, descarte e extermínio. A necropolítica aplicada sobre esse território deixa sua população em uma situação de extrema vulnerabilidade, em um latente estado de exceção e em condição absoluta de matabilidade, miséria e desprezo (CARVALHO, 2018, p.6). Além de auxiliar na manutenção do poder, esse modelo de desenvolvimento faz com que o soberano crie uma atmosfera social de medo e terror, a fim de legitimar seu abandono e a criação de políticas de repressão, de descaso e de morte contra esse seletivo grupo.

O psiquiatra e filósofo político martinicano Franz Fanon (1968), considera que o colonialismo só foi possível através da racialização dos espaços e de seus habitantes. Dessa maneira, o racismo estruturava e dava o embasamento social, intelectual, político e econômico para legitimar a barbárie ocorrida dentro das colônias. Segundo Carvalho (2018), com a subtração da humanidade dos indivíduos e racialização dos corpos, a brutalidade, crueldade, o extermínio e os abusos se consolidaram como as principais marcas, paradigmas e os caminhos do mundo colonial. Um mundo dividido em compartimentos, cindido e orquestrado pela violência em seu estado mais puro e legítimo.

4. DIÁRIO DE CAMPO DAS AFETAÇÕES II: a periferia como espaço de resistência

Apresentar os conceitos e fundamentos da psicologia sócio-histórica é, talvez, começar a introduzir a importância que Vigotski (1999) deu para uma psicologia a partir de Marx, que na dialética do materialismo histórico-dialético buscou elaborar a semelhança com Marx sobre “o capital” na psicologia, que para ele foi compreender a subjetividade como totalidade que sintetizou de forma particular as contradições sociais, de onde também é produtora, assim o indivíduo encerra na totalidade o singular e o universal, se constituindo na relação com seus pares iguais, na intersubjetividade e nas condições sócio-históricas nas quais está inserido socialmente. (SILVIA LANE, 1984). A favela só vence se a gente derrubar o projeto político do Estado: exterminar gente pobre e preta.

Ainda nesse capítulo, planejo apresentar caminhos e reflexões vinculados à minha experiência em fazer psicologia em territórios periféricos. Para tanto, utilizarei como referencial teórico Espinoza e Martín Baró, que nos apresenta possibilidades de construirmos práticas de atuação revolucionárias e libertárias (a psicologia da libertação). Recorro a Silvia Lane (2006) para falar sobre o papel da/o psicóloga/o no rompimento das desigualdades e a Bader Sawaia nas reflexões para e por uma psicologia que advém do compromisso de transformações sociais: nos territórios e na vida das pessoas caracterizadas pela pobreza, desigualdade e o sofrimento ético-político.

Podemos dizer que a preocupação dele era explicar a singularidade e a criação apesar do que estava determinado socialmente para superar as dicotomias que estavam determinadas naquela época, prejudicando a psicologia em seu tempo: razão, emoção, mente e corpo.

Para falar de avanços na psicologia social é preciso reconhecer, retroceder a crise da psicologia social teórica e metodológica que se deu na apresentação de estudos e comportamentos humanos, indicando que não cabia à psicologia ter leis universais. Sendo assim, os grandes nomes da Psicologia Social na América Latina são Martín Baró e Silvia Lane, que protagonizaram a seu tempo que era possível a construção de uma psicologia comprometida com a realidade de seus países:

Ao afirmar que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o que fazer do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade. Como consequência do viés da

psicologia, assume-se como óbvio o trabalho de desalienação da consciência individual, no sentido de eliminar ou controlar aqueles mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade pessoal e levam a pessoa a comportar-se como um alienado, como um “louco”, ao mesmo tempo em que se deixa de lado o trabalho de desalienação da consciência social, no sentido de suprimir ou mudar aqueles mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade social e levam a pessoa a comportar-se como um dominador ou um dominado, como um explorador opressivo ou um marginalizado oprimido (BARÒ, 1997, p.17).

Silvia Lane apresenta a nós, psicólogas/os, que precisamos nos comprometer na dimensão subjetiva de nossa atuação como pesquisadoras/os diante das questões sociais, pautada pelo reconhecimento do caráter social e histórico do psiquismo e do comportamento humano, salientando a necessidade de a psicologia ter um olhar amplo e atento para as problemáticas sociais brasileiras.

Por trás da desigualdade social há sofrimento, medo, humilhação, mas há também o extraordinário milagre humano da vontade de ser feliz e de recomeçar onde qualquer esperança pareça morta. A psicologia tem o dever de resguardar a dimensão humana nas análises e intervenções sociais, desmentindo as clássicas imagens dos desvalidos contentando-se em se conversarem vivos. (SAWAIA, 2009). Assim ela colabora com o aperfeiçoamento de políticas sociais, evitando mecanismos de inclusão social perversa.

É a partir desta violência do Estado que os filhos de mães da Viela das Flores deixam suas mães se perguntando qual foi o erro que cometeram para ter seus filhos violentamente assassinados? O Estado não responde, ele segue matando e silenciando toda voz que ousar se erguer. Podemos constatar que quando pessoas se unem em grupos e resolvem ser sujeitos de sua história e encontram assessoria qualificada, conseguem avançar em direção a relações sociais essencialmente democráticas, nos seus direitos e deveres, que caracterizam uma comunidade (SAWAIA, 2009).

Toda emoção faz uso da imaginação, pois ela é que amplia a experiência, permitindo ao sujeito se apropriar da experiência de outros, associar acontecimentos carentes de vínculos racionais, mudar o passado, antecipar o futuro, e, assim, promover transformações (SAWAIA, 2010, p.369)

Bader Sawaia (2001) apresenta o conceito de sofrimento ético-político para afirmar sua raiz sócio-histórica, que reverbera em dores sociais no tocante à inferioridade e à desigualdade social. Para ela, a ética resulta das relações sociais e das condições históricas e se expressa no cotidiano, na singularidade, em forma de afetos: “O sofrimento ético-político é a dor

mediada pelas injustiças sociais é o sofrimento de estar submetido à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos” (SAWAIA, 2001, p.102). Para Bader Sawaia, é na busca da compreensão de como a subjetividade se configura na relação dialética entre a exclusão e a inclusão que nasce o sofrimento ético-político, que se sustenta pela miséria e servidão.

Em síntese, a atuação diante das desigualdades sociais, que atravessam vidas humanas e qual é o nosso papel como psicólogas/os diante da realidade brasileira. E o que é importante, apresentam como local desta atuação a dialética entre indivíduo e sociedade e entre objetividade e subjetividade, na relação com os processos de consciência de cada sujeito no sentido subjetivo e subjetividade de cada indivíduo, subjetividade, que por sua vez, é determinada socialmente, como salientou Fernando González (2008). Também indicam, qual é o distanciamento deste profissional aqui, da/o pesquisadora/o, e como os atravessamentos no campo metodológico construtivo e interpretativo exigem que o sujeito siga elaborando.

Uma psicologia comprometida com a realidade brasileira, que, pode sim ser e fazer acontecer a transformação social, a partir do compromisso social que se estabelece com a realidade apresentando na singularidade do sujeito, fruto de seu percurso histórico, material e subjetivo de sua existência, para amenizar a dor e fazer a justiça social acontecer no território, torna-se o parâmetro ético da pesquisa.

4.1 Quando uma mãe pede ajuda na viela das flores: ninguém nega ajuda

Já é noite e eu estou tentando pegar no sono, pensando no desencontro com a orientadora, pois marcamos uma conversa, naquela noite, após terapia, mas não deu certo. Eu começo a ouvir gritos de uma mulher, fico tentando reconhecer a voz, mas não reconheço. Desde que saí dali muitas outras vozes existem, onde eu não reconheço mais. Então, fico prestando atenção no que ela diz. Parece brigar com um homem.

Ela grita: “Eu não sou ²⁵seu esc quê, você pegou R \$5,00 reais meu, vacilão, eu não trabalho para você, você é um macaco, seu negro fudido”. Eu não consegui perceber a quem ela estava se referindo, mas as palavras são de cunho racista. Ela vai e volta na viela gritando vários outros palavões. Mas eu não ouço sua voz apenas a dela, então não consigo o reconhecer também.

²⁵ esc quê - é uma linguagem da favela, quando alguém quer dizer ao outro não sou seu empregado/a.

Logo eu pego no sono, e durmo até 4h45 da manhã, quando a insônia se faz presente mais uma vez na minha noite. Fico ali deitadinha ao lado da minha mãe, que perto das 6h da manhã, desperta vai ao banheiro, eu pergunto que horas são e começamos uma conversa, eu digo a ela: ²⁶“Mamãe, ontem estava tendo uma briga no beco”. Mas não consegui identificar quem era. Minha mãe começa a dizer: “ É a ²⁷Verônica, ela devia estar doidona de drogas, porque ela é assim, vive brigando no beco, falando sozinha. Um dia era madrugada, ela estava gritando com a filha e acho que a avó que pegou a menina. A criança gritava e ela: “vem logo, desgraça, e para de chorar”. Se referindo a filha. Eu digo a minha mãe, e o Caio, pai dela, minha mãe responde: “ Ah ele vive loucão também, quem cuida da menina muitas vezes é a Jussara, avô”.

Eu sempre que estou na casa da minha mãe, me pego perguntando sobre algumas pessoas. Desta vez não foi diferente. Eu pergunto: “Mamãe e a ²⁸Valéria”. Ela: “Ah ela está muito doente, teve Covid, quase morreu, tem respirado com oxigênio, em casa, depois da morte do Pedro, ela adoeceu mais. Um dia a Carol, (filha dela), estava chorando na casa do ²⁹Carlos, e pediu para ele fazer uma oração para a mãe dela, pois ela tinha medo da mãe não aguentar. Valéria, foi uma mulher muito ativa na igreja, era a pessoa que orava na casa das pessoas, diziam que era uma irmã que fazia a obra. Me lembro dela cantando na viela, louvores evangélicos. Foi uma mulher que cuidou muito de outras mães que tiveram seus filhos assassinados, quando o dela estava privado no cárcere.

Minha mãe continua: “Eu vejo elas pouco, depois que o Pedro morreu elas, vem menos ainda aqui, compraram uma casa mais longe, sei lá talvez ficaram com medo de morar aqui, pois a Valéria sempre foi uma mulher que brigava com a polícia, todas as vezes que ela presenciava uma abordagem violenta. Inclusive, quando seu filho foi preso , tentaram criminalizá-la como a “vovó do crime”. Dizendo que ela era uma crente de fachada, para acobertar que ela era a líder do tráfico na vila.

Eu logo perguntei sobre o Pedro II, que tem o mesmo nome do filho da Valéria, que teve dois filhos com a filha dela, e ficou preso durante anos também. Pedro II foi criado pela Dona

²⁶ Mamãe está tendo uma briga no beco - é a frase que tenho viva na memória, pois sempre falamos isso a minha mãe, quando ela trabalhava e ficava apenas entre irmãs/o em casa.

²⁷ Nome fictício

²⁸ Valéria é mãe do Pedro, um jovem que ficou preso por mais de 10 anos, acusado de tráfico de drogas e após sua saída, estava montando uma lanchonete, para retomar a vida e foi assassinado pela Rota, que por ele ter uma tatuagem de palhaço, que é vista como símbolo de quem mata policial, ele já tinha sido jurado de morte. E foi morto em frente a sua lanchonete, com menos de 6 meses que estava em liberdade. Todos os nomes estão ressignificados, preservando a identidade.

²⁹ Carlos, (nome fictício) vizinho da minha mãe, que é pastor evangélico. É uma pessoa importante e muito considerado, pelos moradores da viela das flores.

Márcia, sua mãe, solo, que fez de tudo para que ele não entrasse na vida do “crime”. Mas ele se envolveu com drogas ilícitas, fez um roubo, e ficou preso por 6 anos. Valéria e Marcia, que ajudaram Camila a cuidar dos netos. Minha mãe: “Ele saiu né, e agora trabalha em aplicativo, entregando comida, a gente quase não vê ele aí. Mas teve um dia que eu estava vindo com um balde de roupas da casa das suas irmãs, pois aqui em cada não bate mais sol, depois que o vizinho ³⁰subiu a sua casa, tapou o sol. Por isso, eu vou nas suas irmãs, quando lavo os cobertos porque na laje delas bate muito sol. Ai eu estava voltando com o balde e Pedro II perguntou se eu queria que ele trouxesse o balde aqui. Eu disse que não, pois eu conseguia trazer estava seco o acolchoado do seu irmão, então estava leve.

Eu digo a mamãe: “ O senso de coletividade se faz presente aqui, né mãe”, pois os meninos seguem ajudando desde jovem as donas ³¹Marias.

Mamãe responde: “Sim, eles sempre ajudaram né, desde criança. O Caio, filho da Helena, sabe? Esses dias, chegou o guarda roupa do seu irmão. Aí fui lá receber, o moço não queria entregar aqui dentro não. Disse que não poderia entrar aqui, se tinha alguém pra levar lá dentro, eu disse que não. Aí ele disse que iria ter que levar embora de volta então, eram caixas grandes e eu não ia conseguir carregar. Ai eu disse pra ele então vc vai ligar para o meu filho, pra dizer que vai levar de volta. Ai o Caio, saiu na ponta do beco, e ficou olhando”. Logo ele disse: “ O dona Katchu, quer que eu leve lá pra senhora, eu posso pedir pro menino ali me ajudar, não precisa levar de volta não”. Ai eu agradei e disse: “oh meu ³²filho, eu quero, se você puder e não for te atrapalhar, depois meu filho ³³fala com você”. Acordei e escrevi, ao tomar um café da manhã feito por minha mãe, que deixou pronto antes de ir ao posto medir sua pressão.

4.2 “Em tempos de pandemia, em frente à Viela das Flores, uma piscina de plástico redonda, azul da cor do céu, é o afeto da alegria entre as crianças”.

É domingo, por volta de 10h da manhã. O sol já estava quente, mas um vento um tanto gelado batia em mim, debruçada na mureta da laje de minhas irmãs, observando a cena de mais

³⁰ subir a casa, significa que ele construiu mais cômodos.

³¹ Donas Marias, são os nomes dados às mulheres periféricas que cuidam de seus filhos nas periferias, dito às mulheres guerreiras, trabalhadoras que para os meninos, precisam ser respeitadas sempre! Respeitar dona Maria é a lei da quebrada.

³² Chamar filhos/as de outras mães na periferia é comum, pois se é filho de uma é filho de todas.

³³ Dizer que o filho irá falar depois, com a pessoa que fez o favor, é para dizer que depois ele irá receber uns trocadinhos.

um domingo, após o último espetáculo de horror da perseguição policial, que tenho na memória, me lembro que é outro domingo, quase um ano depois. Mas a periferia tem seu lazer.

Foto 2 – Piscina Azul



Fonte: Indicar a fonte

Hoje, a rua Aurora Lívida, que está localizada numa das entradas das vielas das Flores, está fechada com cones improvisados pelos próprios moradores. É possível ver e ouvir as crianças chegando, algumas ainda com o pão na mão, conversando entre elas. Camisetas finas e shorts curtos (meninos e meninas) com seus trajes de banho.

Elas observam Tito, Denis e Tiago³⁴ encher de água uma piscina azul redonda, de uns 5 mil litros. Percebe-se que a piscina está um pouco usada, não parece nova, mas sustenta a

³⁴ Nomes ressignificados de pessoas que são do território e que apresento na escrita com muito respeito e preservação de suas identidades.

água clarinha que vai sendo abastecida com mangueiras saindo das casas de vários moradores. Ela fica exatamente em frente à viela onde cresci, onde não tínhamos piscina, onde nunca teve um espaço ou atividade lúdica ou cultural para as crianças. Tito é filho de Benguela, citada na minha apresentação quando menciono as mães das Marias e Joãos que comigo cresceram. Ele, assim como a mãe, é o menino que conseguiu contrariar as estatísticas do Estado, com seus 30 anos. Sempre foi de ajudar as pessoas.

Benguela, sua mãe, foi embora para o interior cuidar da mãe dela, quando os filhos cresceram. As outras três filhas de Benguela conseguiram moradia popular e se foram com suas famílias. Ele próprio construiu sua casa. É um barraco de 2 cômodos, feito de madeira, dentro da Viela. Observo Tito hoje como alguém que carrega marcas de uma vida muito sofrida, na qual, muitas vezes, faltou o básico. A família de Benguela era uma das famílias com maior número de integrantes e das mais pobres da viela. Tito nunca esteve em cárcere privado de liberdade (realidade de muitos dos meninos periféricos dali, quando não foram assassinados). Ele construiu sua família, e mora com a companheira, uma jovem por volta dos 25 anos. Ele tem 4 filhos, trabalha como auxiliar de ajudante geral, e não terminou o ensino fundamental. Lembro que ele sempre recolhia latinhas, juntamente com Nelson, marido de Benguela, que não era o pai biológico de Tito nem das irmãs dele, mas que assumiu a criação junto com Benguela de suas filhas/os.

Tito sempre teve um apelido relacionado à cor escura de sua pele. Ainda hoje o chamam de “borrego”³⁵. Ele não se importa, parece ter se acostumado, com a violência que é o racismo recreativo que segundo Adilson Moreira:

Assim como se acostumou a nem sempre ter comida para si e sua família. Hoje, ele faz um pouco o papel que Benguela fazia na viela: ajudar as pessoas. Qualquer serviço que alguém necessite na viela ele é sempre convocado, recebendo uma graninha ao final. Mas, independentemente de pagamento ou não, ele faz o serviço. O trabalho dele, ao ajudar as pessoas, não tem um custo fixo. Talvez porque ele não veja como um trabalho. Acostumou-se, assim como a mãe, apenas a ajudar, sem olhar a quem e sem saber o valor que receberia. Mas

³⁵ Borrego é o apelido dado a ele desde criança. O significado é de alguém que toma pouco banho, ou tem uma aparência suja. Me fez lembrar que muitos meninos que cresceram com alguém que é meu muito próximo de mim o S4, que tem uns 10 anos a menos que o K1 o chamam de “bolinho queimado”. S4 tem a pele escura e muitas manchas escuras nos braços e pernas por ter tido alergia a muriçocas, e foi picado quando era pequena em uma viagem que fizemos em família na cidade de Minas. Os ditos apelidos que estão associados à cor, têm nome. No livro intitulado *Racismo Recreativo*, da Coleção Feminismos Plurais (2019), o intelectual Adilson Moreira afirma: “Os estereótipos derogatórios sobre minorias raciais expressam então entendimentos sobre os lugares que os diversos grupos sociais devem ocupar e as supostas características destas pessoas” (p.85).

ele sempre ganha um trocado, porque a solidariedade reflete no dividir o pouco que se tem entre as pessoas na periferia. É o senso da solidariedade.

Voltando à cena da piscina, imagino que ele deve tê-la ganhado em algum lugar, já que não parece nova. Receber objetos em troca do serviço sempre foi algo comum na vida dele e da família. Às vezes, em nossas brincadeiras no beco, ele e as irmãs apareciam com coisas muito diversas, desde um brinquedo feito de garrafa pet a um carrinho grande, cuja roda era de um automóvel. A gente achava divertido e quando perguntávamos onde tinham achado, diziam: “no lixo”, ou, “uma mulher deu quando fomos pegar latinha, era do filho dela”.

Fico lembrando dos fatos narrados aqui. Comentei com minha irmã que o Tito é um líder comunitário que talvez não se reconheça neste lugar. Mesmo com pouco, ele sempre compartilhou muito e segue compartilhando. Assim como Nelson fez por ele, hoje ele faz por outras crianças.

Quando terminou de encher a piscina, já havia uma fila de crianças esperando para entrar. Ele lava o pé de cada uma delas com a mangueira, antes que elas entrem. As crianças se divertem na água, enquanto algumas mães observam próximo da borda. Conversam entre si, riem e colocam as mãos dentro da água, para também brincar e brindar o afeto da alegria no brincar entre/com as crianças.

Em nosso tempo de criança nunca houve piscina. Tomávamos, às vezes, banhos de chuva na viela, já que a água que escorria das calhas das lajes formava poças. Também tomávamos banho de mangueira nos dias muito quentes. Mas, sempre presenciávamos muita violência cotidiana, tiros. Um detalhe interessante é que, naquele tempo, tínhamos medo da polícia, que invadia e causava terror na viela a qualquer hora. As crianças hoje parecem ter naturalizado a violenta presença policial.

Numa das cenas de abordagem que presenciei na rua, elas seguiam em bonde (todas do gênero masculino, devem ter entre 5 e 8 anos) até próximo do local onde a polícia abordava alguns jovens. Um dos policiais dizia a elas que saíssem dali e voltassem para suas casas. Elas deixavam o local correndo, rindo, sem aparentar pânico ou medo, sensação que eu e a geração do Tito sempre tivemos. Mas a cena que enche meus olhos de água mesmo ao escrever aqui debruçada na laje é de alegria, pois Tito, com seu papel de líder comunitário, está ali propiciando a experiência dessas crianças terem lazer neste domingo de 30 graus. É uma das cenas mais bonitas . Como entender tal afetação? Para Bader Sawaia (2009, p.365):

É uma perspectiva analítica que entende que por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta. Há, portanto, o homem por inteiro, de corpo

e mente, emoção e razão, determinado e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro. Nessa concepção, a subjetividade deixa de ser perturbadora para ser constituinte da objetividade social.

4.3 - MÃES Atravessadas pela política/ética dos afetos: elas se unem do luto à luta

A luta contra a violência do Estado, tem como protagonistas de luta para incriminá-lo as mães, que tiveram seus filhos arrancados com tanta violência, que nem a dor de parir é tão dolorida quanto a da perda de um filho. "As mulheres são o pulso da comunidade, são corajosas e valentes. É de seu ventre que nascem nações e revoluções" (Waltrina Middleto, 2016, p.164). A ciência biológica por mais tentativas que se faça, não pode mensurar a verdadeira significação do que é gerar em seu ventre um filho. As significações do senso comum sobre o que é ser mãe, são diversas, com a tentativa de chegar a um lugar sobre o que seria então gerar em ventre/terra fértil um filho. Para além das significações da ciência, sobre como os bebês crescem dentro do ventre de uma mãe, eu quero falar da afetação o corpo emite a chegada de um ser que se nomeia como filho/o. E a partir da teoria de Espinosa, quais são os afetos que se fazem presentes no dia-a-dia destas mulheres que se mantêm no afeto da tristeza, pela perda de seus filhos, mas um movimento de luta, que não faz com que elas deixem de lutar. No livro intitulado "*Mães em Luta- dez anos dos crimes de Maio*" nas primeiras páginas tem uma bandeira do Brasil onde está escrito em um X cruzado "*Memória e Verdade, Justiça e Liberdade*". Essa tem sido a trajetória de luta das mães no enfrentamento ao Estado. O que esses quatro elementos que elas enfrentam o Estado para a ver com a política dos afetos. O lema revolucionário das mães: do luto à luta diz sobre o encontro com as afetações em comum que existem entre elas que também poderiam ser: luto pelo afeto da dor, luto pelo e com o afeto da tristeza. luto pelo afeto da memória. luto pelo afeto de estar viva. Acredito que para Espinosa, elas lutam pela afetação do corpo:

Por afeto (affectio) compreendo as afecções (affectus) do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, e, simultaneamente, as ideias dessas afecções (ESPINOSA, E.III, def 3).

As afetações das mães que se encontram nos movimentos de mães, espalhados pelo Brasil inteira e América Latina, nos mostra o porque elas lutam. São os "bons encontros" com a dor em comum, que as fazem erguer as vozes do luto à luta. As subjetividades revolucionária como

afirma Bader Sawaia 2018: “ que denuncia a falsa dicotomia entre liberdade e determinação social”. Essas mulheres são atravessadas por outras mulheres, pela dor em comum da perda de seus filhos, denunciando a opressão e relação de dominação que o Estado Brasileiro exerce sobre os corpos de seus filhos, considerados público, por isso podem ser violentados dentro da determinação social do Estado, assim como a não comoção da sociedade, a depender de onde vivem e quem são esses corpos.

Porém seja na viela das flores, onde cresci vendo as mães que já haviam enterrado seus filhos, acolher a dor de outra mãe que ainda não tinha vivenciado este momento, ou nos grupos de mães a potência de agir delas está na concepção da ética dos afetos, ao compadecer-se pela dor da outra, sendo também sua dor.

Segundo (Bader Sawaia ao 2018, p. 30 apud ESPINOSA, Ética III, Prop. VII.)

afeto é a forma pela qual experimentamos em nosso corpo e mente o efeito das relações que partilhamos com outros corpos, o que para Espinosa significa a transição de um estado maior ou menor potência de vida para outro, encontros que aumentam ou diminuem nossa conatus. Palavra latina que designa esforço para preservar na existência e aumentar a potência de vida, o que é um direito natural de todos

É a afetação da dor em comum, destas mães/mulheres que as colocam em luta, estabelecendo no corpo a necessidade e urgência de não esmorecer. Seja em grupos de luta organizados, ou seja, as mães como da viela das flores que até hoje ainda não reconhecem que o Estado não deveria ter assassinado seus filhos. O conatus destas mães está a todo tempo pela perseverança e esperança de que o Estado seja incriminado a cada crime que cometi. assim como afirma dona (Zilda Laurentino & Rejane Laurentino, 2016, p.86)

Existe três tipos de justiças: a divina (...) a do homem que estamos lutando bastante para virar realidade ; e a nossa. Eu vivo sonhando encontrá-los. Sabe quando dá a impressão que a pessoa vai chegar.

É muito comum ouvir de mães pretas e/ou periféricas a importância de acreditar na justiça. Primeiramente de Deus, que a elas nunca poderá falhar. Demore o tempo que elas sempre acreditam que Deus fará justiça. E a do homem, é acreditar que o judiciário irá julgá-lo quando após muitas lutas elas conseguem desarquivar processos de investigação, ou já tem processos arquivados. Muitas mães não desistem pela luta coletiva, pois os processos demoram anos para serem julgados, e a todo tempo existe uma pressão social dos movimentos para que isso não aconteça. Mas a luta coletiva possibilita que elas tenham cada vez mais entendimento sobre o direito que o Estado não deveria ter que é de matar seus filhos, deste modo. Para Sawaia a partir da teoria de Espinosa 2018:

Conatus é o esforço de perseverar na existência, impulso, esforço, apetite e vontade que alteram de acordo com a disposição dessa condição humana. Contudo, a potência de conservar é também o poder de ser afetado e está diretamente relacionado, às dinâmicas interpessoais que circundam a experiência humana: os encontros. (Sawaia, 2018, p.51)

Tanto as mães que estão em movimentos de luta, como as mães da viela das flores resistem nos encontros a partir da perda dos filhos. Encontros estes que acontecem em diferentes espaços, quando pensamos em mães que estão em condições de entendimento diferente sobre a violência do Estado. "A militância me ensinou muitas coisas. Hoje, eu entendo por que meu filho foi assassinado e por que nós somos alvo constante da polícia. Há um preconceito racial muito grande no Brasil". (Ana Paula, 2016, p. 130). A militância é o espaço de encontro entre mães que só elas entendem. Eu ouvi muitas vezes das mães de meus amigos que já tinham enterrado seus filhos dizer, para as que estavam enterrando "*Eu sei o que você está sentindo*". Assim, como o enterro de filhos de outras mães, foi o espaço de encontro e acolhimento às mães da viela das flores, que não estão em movimentos organizados de mães. Porém a consciência e afirmação das mães que estão em movimentos organizados entendendo a estrutura do racismo, permite a elas que o sentimento de culpa muitas vezes fragmentado na frase "*onde foi que eu errei*" em cima dos caixões de seus filhos assassinados na viela das flores, não permitiu que elas não se culpabiliza se.

Um dos afetos presentes na relação de encontro de luta e abraços, choro e indignação entre mães vítimas do Estado é a memória da saudade. "Nunca na minha vida, eu poderia imaginar que aquele seria o último beijo dado por meu filho, depois fiquei tentando sentir de novo aquele beijo" (Ana Paula, 2016, p. 132). A tentativa de sentir novamente o beijo do filho, diz sobre a ausência e a saudade insuportável que as mães sentem de seus filhos:

Fatima Bertini, 2019, p.6 *apud* Tomaz Tadeu, 2010:

"A saudade é o desejo, ou seja, o apetite por desfrutar de uma coisa, intensificado pela recordação desta coisa e, ao mesmo tempo, refreado pela recordação de outras coisas, as quais excluem a existência da coisa apetecida". (Ibidem, def. 32)

As mães precisam ter essas lembranças de memórias dos filhos. Isto também as mantém vivas. "Essa tristeza, à medida que diz respeito à ausência daquilo que amamos, chama-se saudade". (Et. III, prop. 36, scl.). A ausência da mãe Ana Paula, é a ausência da saudade. tentar manter a memória do último beijo dado pelo filho, muitas vezes é a esperança de se manter em luta com outras mães. Essas memórias alimentam a luta delas. Nos encontros de mães que já

estive presente é muito comum as lembranças seguidas da palavra “*que saudade de você meu filho*”. Na viela das flores, a mãe do jovem que talvez seria a minha primeira paixão de adolescente, se não tivesse sido assassinado sempre que me encontra diz sorrindo: “*Meu filho iria adorar ver como você está linda, como você é inteligente, estudada eu sinto uma saudade dele*” Ela dá um sorriso sempre depois desta fala:

Por bem compreendo todo gênero de alegria e tudo o que a ela conduz e, especialmente, aquilo que aplaca uma saudade, qualquer que ela seja. Por mal, em troca, compreendo todo gênero de tristeza e, especialmente, aquilo que agrava uma saudade» (Ibidem, prop. 39, scl.)

O nosso encontro transcende a alegria de me encontrar mas ativa a memória de saudade que ela sente do filho. Hoje com 66 anos, na última vez que a encontrei, não tem muito tempo. Disse que estava cansada, e que sabia que quando Deus a levasse, ela encontraria o filho e falaria de mim “*Vou falar a Fulano, como seu abraço é gostoso, ele gostava tanto de você*”. Assim: “A saudade é o desejo, ou seja, o apetite por desfrutar de uma coisa, intensificado pela recordação desta coisa e, ao mesmo tempo, refreado pela recordação de outras coisas, as quais excluem a existência da coisa apetecida”. (Ibidem, def. 32).

Tenho muitas recordações do tempo que com os meninos estive em minha infância, tenho saudades de tudo que acredito que a gente poderia ter vivido. Por isso também está dissertação está nascendo e como se eu entregasse as mãos de meus amigos uma flor viva, para que elas coloquem na frente de suas portas na viela. O afeto da saudade é o que mais me afeta quando vou visitar minha mãe. Eu entro na viela e sempre vem memórias. E uma saudade infinita. Infelizmente as mães da VIELA das Flores não puderam falar neste trabalho. Eu sou a narradora, mas elas são as protagonistas. Talvez um dia eu roteirize um documentário sobre eles/elas, talvez um dia eu faça um livro com histórias só delas. Mas hoje é o que eu dei conta. Este trabalho me atravessou muito em diversos sentidos. Eu escrevi ele na pulsão de muitos buracos abertos.

Francilene Gomes Fernandes, estudante de serviço social na PUC -SP, após perder dois irmãos para violência policial na zona leste de São Paulo escreveu: “os quatro desaparecimentos não estão em nenhuma estatística, apenas na dos meus pais, na minha tese de mestrado e em nossos peitos” (Francilene Gomes Fernandes, 2016 p.190). A referência que Francilene faz sobre “os nosso peitos” me fez lembrar de quando ouvi de Débora Maria das Mães de Maio uma vez “As mães estão morrendo de câncer, quando o Estado mata nossos filhos eles tiram de nós um seio, o mesmo que amamentamos”. Sim. Tiram muitos pedaços dela e isso me faz pensar que na construção deste trabalho o meu peito também dói.

O meu peito também apertou por muitas vezes na leitura dos textos e livros das mães. Talvez não consegui colocar tudo aqui, porque o peito ainda dói. Mas mesmo com o peito apertado é no afeto da saudade, da luta e da importância social, política e periférica que escrevi. O peito apertou, tudo doeu, mas eu consegui colocar as escrevivências em movimento. Do luto à luta seguimos.

4.4 As trajetórias das afetações: o fazer da(s) psicologias em territórios de violência do Estado as periferias

Ouvir um compartilhar de dor, luto, experiências de violências, será sempre barulhento - ouvir. Como é a onda do mar quando a maré está alta -por isso - preciso estar atenta para que ela mãe, ele jovem, não se afogue. Então eu seguro suas mãos, fechamos os olhos, e abaixamos juntas/os, pra onda passar, quantas vezes se fizer necessário, até ela/e estiver segura/o para os próximos mergulhos. **Eu narro aqui minhas escrevivências atravessadas sempre pelo desejo de afetar os corpos nos territórios.**

Vivo em minha memória está o grito de luta de Débora Maria da Silva, fundadora do Movimento Independente das Mães de Maio: “*Do luto à luta*”. Onde em uma conferência em que o Instituto Geledés, organizou para receber a embaixadora de Direitos Humanos dos Estados Unidos, para denunciar o Brasil, como um país genocida, que assassina jovens e os policiais não ficam muito tempo preso, Débora era uma das convidadas para falar sobre a luta das mães para incriminar o Estado, pelos crimes cometidos, e ao pegar o microfone diz:

“Quando o Estado mata nossos filhos, eles arrancam nossos seios. As mães estão morrendo de câncer de mama. E depois querem colocar psicólogas e assistentes sociais para dialogar com as mães, mas as psicólogas não estão preparadas para dialogar comigo, elas não entendem a dor das mães, não existe elaboração de luto para mães que enterram seus filhos. O papel das psicólogas tem que ser nos ouvir, apenas. É a gente que tem muito a falar, ou ficar em silêncio, chorando é a gente”. (Silva. D. Conferência sobre Direitos Humanos do Instituto Geledés com os Estados Unidos. 2016)

Eu no momento que ouço Débora, olho para minha supervisora de estágio, Denna Silva, a quem eu aprendi muito sobre escuta empática ativa, como às vezes ser essa a necessidade de quem a gente atendia no Centro de Referência e Promoção de Igualdade Racial, onde estive como estagiária de psicologia em 2016. A fala de Debora Maria, me tocou em um lugar que eu sentia vergonha de ser estudante de psicologia, e disse a Denna: “Eu não quero ser essa psicóloga, que não consegue ouvir sem teorizar a experiência da dor, essa não é a psicologia que eu acredito”. Assim como afirma Lissandra Soares (2017) “acredito no trabalho, que acontece próximo das pessoas” (p. 18). E há muitos atravessamentos para que haja proximidade na relação com as pessoas, principalmente nos territórios periféricos.

Desde então, tudo que proponho no “fazer da(s)psicologia(s)”, em territórios marcados pela “vulnerabilidade de escuta” é estando na relação com a/o outra/o, entregando a minha maior preciosidade da profissão: a escuta empática, ativa, atenta. Foi do desabafo de dor dela, que comecei a questionar, como se faz psicologia em territórios de injustiças sociais?

A minha atuação no terceiro setor, começou na ONG Aldeia do Futuro aos 14/15 anos. Volto com uns 22 anos, para atuar no CDCM (Centro de Defesa e Convivência da Mulher), com mulheres vítimas de violência doméstica, mas o meu desejo como educadora era atuar em Serviços de Medida Socioeducativa (MSE).

Atuando com mulheres, mães, avós, jovens no CDCM e no MSE Serviço de Medida, fui percebendo que a vítima que frequentava o serviço para mulheres era a mãe do menino atendido no serviço da medida socioeducativa. Com isso, a rede de serviços precisava, efetivamente, funcionar, pois os diferentes níveis de violência atingiam simultaneamente a todas/os da mesma família. No serviço de do MSE, estive como educadora, facilitando oficinas sobre identidades e seus atravessamentos na história pessoal a partir da seguinte frase: “*Eu infracionei agora sou excluído da sociedade*”. “*É possível ser incluído novamente? É possível sonhar?*” Ao trabalhar com eles/as a possibilidade de construir a partir de poesias periféricas, dialogando com suas realidades, perspectivas e projetos de vida. Utilizando literatura periférica marginal, autores como Sacolinha, o poeta e ativista Sérgio Vaz, letras de Funks dos Racionais MCs.

Naquelas rodas, com muitos deles de cabeça baixa, de algum modo eu era, também, a representação do Estado, pois quando um jovem infraciona, ele é obrigado a cumprir a medida socioeducativa em meio aberto o que o vincula com uma ONG do território que tenha um MSE Serviço de medida socioeducativa, que muitas vezes é enxergada como um braço punitivo do Estado. Mas no decorrer dos encontros, corpos, posturas e vozes iam tomando lugar, extravasando experiências dolorosas de uma vida aos 14, 15, 16, 17, 18 até 21 anos, marcada

pelas estruturas de violências, até que infracionar se tornava a maneira com que eles conseguiam buscar o mínimo que não havia sido constituído como direito em suas histórias. Atuar com estes dois públicos me levou ao maior entendimento do que era às violências cotidianas, fazendo sempre o questionamento qual era a psicologia que eu poderia ofertar, qual era o espaço pra se fazer um atendimento de psicoterapia que tivesse sentido a realidades tão fragmentadas e com experiências de tantas violências. Fui criando os espaços de escuta/atendimento, com o olhar para a maior necessidade de ser ouvida/o e as acolhidas foram: Na feira, enquanto a avó do Bernardo, me encontrou voltando do almoço, ela pegava os alimentos que eram descartados na feira contando que ele estava sumido há dois dias, e que se eu poderia, orientar ela onde ir, ou encontrá-lo, pois ela tinha medo da polícia ter pegado ele, e nunca mais ela ver o neto.

Foi na calçada do serviço, que o jovem Roger não queria entrar. E a mãe, gritava angustiada que não iria suportar ver ele de novo preso, que ele tinha que cumprir a medida certinha. ele dizia a mãe: *“A escola não me aceita, eles me olham como se eu fosse um bicho, pra lá eu não volto mãe”*. Como construir relações com eles/as para realizarem o cumprimento da medida socioeducativa se muitos nos viam como a equipe que trabalhava para o Estado.

Eles moravam todos/as no mesmo bairro, o João XXIII. Um dia me convidaram para ir no famoso baile Funk e disseram que se eu fosse ninguém mais iria faltar na minha oficina. E que fariam uma ação social de entregar preservativos no baile comigo. Mas que eu teria que dormir lá, pois o baile era até de manhã. Eu fui e houve conflitos entre eles/as: de onde eu iria dormir, que avó eu iria conhecer, onde eu tomaria o café da manhã, quem iria me trazer até o Butantã depois do almoço que seria na casa da Dona Meire, avó do Alan, que o acompanhava toda semana no serviço de medida e gostava muito de mim. Eles, uns 7 meninos e 2 meninas, me receberam no bairro no sábado às 17h. Me apresentaram para todo mundo do bairro, como a educadora da medida. Fui embora apenas no domingo umas 14h, foram me levar no ponto de ônibus e Ryan que só tinha ido em um encontro de oficina disse *“Agora a gente tem que ir toda semana na oficina dela”*. Cumpriram. Foram 4 meses semanais. A ONG nunca soube que eu fui no baile. Jamais seria permitido. O vínculo com os meninos tinha que ser dentro da ONG, mas o que me ligou a eles foi ir no território, foi ir no baile.

Em nosso primeiro encontro na semana após o baile, eu contei a eles/as que frequentar na minha oficina sobre *“identidades e construção/ projeto de vida a partir da exclusão”*, era não permitir que eu perdesse meu trabalho, que iria permitir que eu pagasse parte da minha faculdade que iria começar no meio do ano e contribuísse com as contas de casa. Contar a minha história as/os meninas/os que fizeram parte da minha vida como educadora em todos os serviços

que passei, sempre me aproximou delas/es. Porque eles/as se viam em mim, e eu me via e via as Marias e Joãos que comigo cresceram. A relação construída com eles/as sempre foi no respeito, por suas narrativas, tentativas de acertos para não decepcionar suas mães/avós, eu também me sentia respeitada e acolhida, pois a minha realidade social não era tão distante deles/as.

Foi na relação cotidiana de escuta com eles/ as que eu fui entendendo as múltiplas violências e suas reproduções entre gêneros e gerações diferentes, mas no mesmo contexto: as periferias. Ter consciência destes atravessamentos deu lugar a muita angústia na minha atuação como educadora, que apenas um intenso processo terapêutico possibilitou que eu pudesse tomar propriedade da importância de estar com eles/as a partir dos lugares que eu ocupava, facilitava pela identificação os processos de entendimento com os/as jovens dos serviços que atuei. Entendi que o “fazer social” em qualquer periferia sempre irá dizer sobre eu estar escrevendo uma outra história para minha vida e que mesmo com as identificações ao ouvir aquelas mães-mulheres-jovens a minha história era/poderia ser outra.

Depois de um tempo, me desliguei da relação com as ONGS, comecei a escrever meus projetos, diante do que eu acreditava que poderia fazer sentido, sem a intervenção do Estado. De muitos modos quase todas ONGS, pertencem ao Estado.

Ingressei na psicologia. Era julho de 2014. Tive bolsa de 60% pela Educafro³⁶ e tive que seguir trabalhando para pagar os outros 40%. Minha atuação em diferentes frentes como educadora social me fez entender que eu era da “psicologia social” que não conseguiria ser só educadora social. Que eu teria uma ampliação na atuação que eu já tinha como educadora, utilizando novas ferramentas metodológicas, junto a escuta e na permissão de continuar sentindo as afetações na relação com as escrevivências de outras mulheres, mães, jovens que eu encontraria no “fazer psicologia” e que não necessariamente precisava ser nas ONGS, mas que para mim precisava ser na fertilidade dos territórios periféricos, mas para isso eu precisava estudar 5 anos.

Entre na universidade reconhecendo que era preta e periférica, e que ali era um espaço que meu corpo, trajetória e subjetividade, não era lugar visto para ser humanizado e de pertencimento, isso me levaria a vivenciar um sentimento de disputa para ser ouvida, para não ser silenciada, mal interpretada, ou ser vista como a negra raivosa, estigma de preconceito que

³⁶ EDUCAFRO é reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para população pobre e afro-brasileira..

mulheres negras carregam quando não permitimos que nos silenciem. Me lembrei de uma passagem ainda da minha infância. Minha mãe trabalhou na casa de uma diretora de escola pública que tinha uns sete anos de idade. Um dia ela me levou junto com ela, lembro que o chão da casa dela era de madeira e minha mãe ficava horas lustrando pois ela tinha que conseguir ver a sombra dela. E um dia ela chegou eu estava com um pano, tirando pó, da estante dela, era uma estante grande de mármore e ela disse: *“Isso Kátia, já ensina desde cedo, pois você trabalha pra mim, quando ela crescer ela irá trabalhar pra Priscila”*. (Casa da Patroa da Mamãe, 1998). Priscila, era a filha dela! Eu só tinha 7 anos e ela 9 anos. Mas no imaginário social da patroa de minha mãe, esse seria meu destino, seguir limpando a sujeira da próxima geração, daquela família. Mas isso não aconteceu. Como afirma Conceição Evaristo (2017) “a voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas” Nós mulheres negras usamos a austeridade de nossas vozes para fazer-se visíveis no espaço da universidade.

Entrei na universidade sabendo que o meu lugar era um não lugar, mas que dentro de uma narrativa ancestral afro-diaspórica fazia-se necessário construir pertencimento para estar e produzir conhecimento de uma psicologia decolonial que pudesse ser para todas/os e todes diante do lugar que me localizo e que constitui relações de sobrevivências sociais, afetividades e comunitárias no enfrentamento às desigualdades sociais e raciais: as periferias. Desde muito tempo atrás, pessoas negras/não brancas acadêmicas e escritoras têm falado e produzido conhecimento independente, mas, assim como são grupos cujo poder é desigual, eles também têm acesso desigual aos recursos necessários para projetar suas próprias vozes (COLLINS, 2000). Talvez se não tivesse acessado o espaço da universidade marcada pela estrutura racista e hegemônica pela minha etnia, pelos estigmas pejorativos a pessoas pretas e que fui bolsista, o espaço acadêmico teria fornecido outras experiências que poderiam ter contribuído para disseminação e ampliação de/por uma psicologia transversal na pluralidade e versatilidade que é preciso para formar profissionais para cuidar da/o outro na dimensão do sofrimento humano. O que me fez ao longo da graduação questionar-se muito sobre a capacidade de estar ali, direito de estar ali e principalmente medo que eu pudesse violentar meus pacientes/clientes como um sintoma da violência a meu corpo e auto estima intelectual que a todo tempo era questionada e violentada por meus professores homens, brancos, classe média e heterossexuais, pois está é a estrutura da academia, se perpetuando a violência contra corpos oprimidos historicamente. O meu corpo como uma mulher negra e periférica estava neste lugar. Acessar a universidade reconhecendo a sua negritude e a importância de um curso de psicologia, para rompimento das violências que o racismo causa em pessoas negras, é um processo de deslegitimação a todo

tempo de seus questionamentos de levantar o dedo e perguntar como devemos atender pessoas negras marcadas por um país que é racista e ter como resposta do professor: “*O problema é o capitalismo que se resolvemos ele, conseguimos acabar com a discriminação contra negros e pobres*”, eu pergunto: “*Será? O que Marx responderia?*” Ele continuou dizendo: “*Falar sobre psicologia comunitária não se fazia como urgência na matéria de psicologia social*”, que estava sendo ofertada para repertório de conhecimento para o Estágio básico I em comunidades. Eu o questionei dizendo: “*Como não é primordial debruçar-se como consolida a psicologia comunitária no Brasil já que nossa atuação de estágio iria acontecer no próximo semestre em um território periférico, demarcado pelas violências estruturais e sociais*”. Ele: “*Temos outras urgências e que esta não se fazia presente naquele momento*”. Eu penso comigo não mesmo, quando se é um professor branco, hétero e que vestia apenas camisetas brancas se colocando como alguém que fazia uso do discurso anti-capitalista, mas que segundo os colegas de classe tinha uma moto que valia mais de 70 mil reais. Essa foi uma das violências de muitas que me atravessaram durante o processo da graduação.

Mas coleei grau na Graduação em Psicologia em 03 de agosto de 2018. Realizei o meu sonho, que fui construindo ao longo de minha formação com minha mãe de realizar: ter uma filha formada. Precisei construir para mim, e para ela essa possibilidade de realização: entregar o diploma.

No dia desta entrega, eu fui a juramentista³⁷, depois de ter sido desqualificada pelos colegas, pois eles diziam que eu iria fazer barraco, e que não queriam que suas famílias passassem vergonha. Me lembro que quando cheguei no dia da colação eu estava muito mal, não queria olhar para os colegas, cheguei logo no horário de começar, pois não queria tirar fotos com as pessoas que questionavam tanto quem eu fui nos cinco anos da universidade. Todos os estereótipos que uma mulher negra carrega, em um espaço de poder e disputa de narrativas eu tive (barraqueira, causadora, sempre tem uma pergunta), com isso diversas desqualificações de meu conhecimento e trajetória. A ideia do juramento era construir um discurso junto com os colegas, que fizesse sentido a nossa turma, e não o papel com o mesmo texto que a universidade usa há anos, que começa com: “*Nós psicólogos*”. Sem trazer a nomeação do feminino, mesmo a psicologia sendo majoritariamente ocupada por mulheres. É onde percebemos a importância de se trabalhar o conceito de gênero na formação da/o psicóloga/o. Assim como na docência, ainda o que prevalece na docência são homens brancos, cis, heteros. Em meu juramento eu tive

³⁷ A estudante escolhida pela turma para fazer o juramento do código de ética da profissão de psicólogas/os.

a possibilidade de dizer efetivamente a psicologia que precisava fazer sentido dentro da universidade, na formação das/os alunas/os em psicologia e fora visando suas atuações.

No dia da colação tinha vários cursos da área de saúde, a todos juramentistas/os na sua grande maioria homens, era entregue uma folha para reproduzir o que estava escrito ali. Tinham mais ou menos umas 800 pessoas naquele auditório e por 5 anos eu ergui a minha voz contra as narrativas postas na formação, eu iria mesmo falar apenas o que estava escrito?

Estava bem triste esse dia, não sentia alegria alguma, parecia que a ficha não caía sobre estar me formando. Sentei ao lado do meu amigo Victor Gomes, que mora na vila missionária. Victor me deu carona para voltar para casa, discutimos muitas vezes, por seu pensamento machista e conservador, mas ele nunca me abandonou, nunca me deixou só, afinal a gente era do mesmo território, nos víamos naquele espaço e nas discussões que na formação em psicologia não chegavam em nós. Mas ele destruiu muitas ideias na formação e isso me fez desejar cada vez mais ter ele por perto. Victor Gomes, Bruno Rosa, Amanda Ramos, Manoela Oliveira, Ana Caroline e Rafael João, todos colegas de classe, foram muito importantes para que houvesse acolhimento e legitimação de fazer sentido muitos questionamentos que eu fiz no espaço da universidade. Então, a cerimônia, iniciou-se. Uma moça da organização veio até mim e disse: *“Aqui está o discurso é só ler, quando você for chamada”*.

Quando eu comecei a ler, ainda sentada no meu lugar, faltava tantas coisas que precisavam ser ditas, e que a minha turma ao me deslegitimar não permitiu que a gente construísse um discurso que fosse de fato representativo aos 5 anos de formação

Comentei com Victor que vergonha ter que ler esse discurso. Ele me respondeu: *“Cadê o seu discurso Thais, o microfone é seu, vai lá e diz o que tem que ser dito, você não diz que a voz das mulheres negras ecoa”*. Eu disse: *“Sim, parça³⁸ mas se eu falar o que eu acho que precisa ser dito e desligarem meu microfone”*. Ele: *“Sua voz vai ecoar e as pessoas irão te ouvir, eu vou seguir repetindo o juramento junto com você, todas as vezes que você falou inclusive neste auditório te ouvirem e você nem precisava de microfone”*. A fala do Victor, foi extremamente importante para que eu fizesse o seguinte juramento, com todas/os da minha turma tendo que repetir como juramento ético de nossa profissão:

³⁸ Parça faz parte de nossa linguagem periférica, nas periferias quando a pessoa é parceiro/a de trajetória/caminhada.

“Boa noite a todas e a todos”

Neste momento a plateia já fez um uhuuu!!!³⁹ E a minha turma não repete. Eu olho e digo vamos de novo turma. e sigo: “Como psicólogas e psicólogos nos comprometemos a colocar nossa profissão a serviço da sociedade brasileira e de todos aqueles que necessitarem da psicologia, pautando os nossos trabalhos e princípios na qualidade técnica e do rigor ético por meio do nosso exercício profissional, contribuindo para o desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão e por uma sociedade mais justa na direção das demandas da sociedade e de todos aqueles que necessitarem de cuidado, promovendo saúde, e qualidade de vida, de cada sujeito e de todos os cidadãos e instituições.

Por uma psicologia que seja para todas e todos

Por uma psicologia que seja inclusiva e não exclusiva (gritos da plateia)

Por uma psicologia que seja anti-racista (mais gritos da plateia)

Por uma psicologia que seja anti homofóbica (mais gritos)

*Por uma psicologia que cuide do sofrimento daqueles considerados como outros
E que não esqueça dos nossos sofrimentos enquanto estudantes*

Assim nós formandas e formandos em psicologia, nos comprometemos a exercer nossa profissão contribuindo para não haver desigualdades e que realmente a psicologia seja para todas e todos.

Nada aqui é mérito, tudo aqui é luta!

(muitos aplausos, muitos gritos da plateia que ficou de

Hoje passaram uns 5 anos desde a fala do professor sobre “ a não necessidade urgente de atuação em psicologia comunitária” e os números de violências só aumentam nas “comunidades periféricas”. Entendendo a urgência de uma “psicologia que seja para todas/os/es” apresento iniciativas de coletivas/os atuantes e comprometidas no exercício de ofertar grupos, rodas, formações, terapia coletiva, individual promovendo a saúde mental das/os protagonistas de suas histórias nas periferias, atuando a partir dos direitos humanos, visando o rompimento de processos de violência contra corpos/as estruturalmente violentados. Coletiva Carolinas Soltem Suas Vozes, idealizada por mim há quase 6 anos no Distrito do Grajaú zona sul de SP:

³⁹ O alvoroço da plateia, dizia sobre o fato de eu ser uma das poucas mulheres que fez o juramento, mas o fato de eu trazer diferente do papel do discurso que se começava com “boa noite a todos” não fazendo a nomeação das mulheres com um “boa noite a todas”.

A Coletiva Carolinas Soltem Suas Vozes, nasceu a partir da carreata poética que homenageou Carolina Maria de Jesus, realizada pelo CAPS (Centro de Arte e Promoção Social), na periferia do Grajaú, extremo da zona sul, em outubro de 2015.

Carolina Maria de Jesus, foi homenageada por toda sua história de luta e sobrevivência sendo mulher negra e da periferia, transformando a dor da fome em escritas de como era viver na favela e os enfrentamentos de sobrevivência sendo mulher negra, periférica, mãe solteira e catadora de papéis. Desde então a coletiva foi contemplada pelo programa VAI I nos anos de 2016 com o projeto Carolinas Soltem Suas Vozes em que a proposta era realizar rodas de conversas com mulheres negras e a partir delas, construir intervenções artísticas com literatura, música e teatro para contar as histórias dessas mulheres. Mas o projeto aconteceu de forma tão expressiva que acabou virando um espetáculo e não apenas intervenções artísticas, o que resultou no espetáculo “NEGRASSÃO - Mulheres potencias de ação e reação”, em que fomos contempladas em 2017 pelo VAI E para fazer circulação por espaços da cidade que tinham trabalhos com mulheres. Foi uma experiência única para nós e, desde então ficamos mais focadas em nossas vidas profissionais realizando encontros apenas a cada 2 meses com temas sobre violência doméstica, mercado de trabalho, saúde da mulher, empreendedorismo periférico entre outros que iam surgindo como demandas durante 2018.

Nestes 5 anos de atuação nós Carolinas temos ouvido meninas e mulheres fomentando a possibilidade de não sermos silenciadas. Somos uma coletiva de mulheres que atende as demandas que vão surgindo no território para/com as meninas e mulheres negras e/ou periféricas, sempre atravessando a mediação de processos artísticos como possibilidade de cura, fortalecimento de identidade e construção de sonhos possíveis de se realizar. Meninas e mulheres periféricas precisam ter o direito de sonhar!

A coletiva atualmente é formada por 5 psicólogas, 2 estudantes de psicologia e 1 pedagoga. Todas mulheres periféricas que acreditam muito e defendem que acesso à saúde mental, precisa ser um direito de pessoas periféricas e a arte tem sido uma possibilidade de preservação e alívio de sofrimentos psíquicos, já que foi através dela que nos encontramos e seguimos a potencializar nossa atuação.

Nosso maior objetivo é "proporcionar um espaço de escuta e desenvolvimento de potencialidades femininas no território em que estamos inseridas, entendemos a arte como possibilidade de cura nos adoecimentos psíquicos". Já que uma mente adoecida é todo um corpo adoecido e muitas vezes subjugado e deslegitimado o que o leva a não desenvolver auto-estima, sonhos, perspectivas de realizações e reconhecimento de suas potências para um possível rompimento e enfrentamento às violências. **É na roda entre meninas/mulheres que a “cura”**

acontece.

Atualmente estamos com o projeto “Psi Cultural Vozes de Carolinas Vivas”, contemplado pelo programa de Fomento à Cultura das Periferias⁴⁰ Fomentadas pela Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo.

O projeto Psi Cultural Vozes de Carolinas Vivas, é a criação de um espaço socio cultural com atendimentos psicossociais/culturais para meninas a partir dos 13 anos, mulheres até 50 anos e suas famílias. O projeto “Psi Cultural Vozes de Carolinas Vivas”, tem por objetivo ampliar o acesso e o olhar à saúde mental de meninas e mulheres, mediados pelas linguagens artísticas, mostrando que elas conversam, entendem-se e podem atuar juntas para o bem-estar e viver das meninas e mulheres periféricas. Através de processos formativos culturais a partir das artes integradas (dança, teatro, literatura, artes visuais e audiovisual) e processos formativos políticos (curso de promotoras legais populares com temas como direitos humanos, violência doméstica e afins). Tendo como propósito nos fortalecer em grupos, identificando que muitas demandas são as mesmas, ou muito próximas como adolescentes, mulheres (gênero), negras ou não negras (raça) e pobres-periféricas (classe), dentro dos processos culturais formativos em que haverá a criação de uma apresentação ao final dos processos. Com os encontros entre muitas gerações queremos proporcionar escuta, acolhimento, autocuidado afetivos e políticos e de “cura” para construção de cuidado entre nós/elas e a extensão de suas relações próximas (filhas/os, companheiras/os e suas extensões familiares). Queremos que nosso público de meninas e mulheres sejam protagonistas da casa/espço/lar que meninas adolescentes grávidas e mulheres que são atendidas pelas UBS, e CAPS da região do Grajaú assim como, mulheres parceiras que já fazem parte de espaços, coletivas/os culturais e políticos do Grajaú e Adjacências, pensando sempre em ações emancipatórias para e pelo direito à igualdade de gênero e direito à saúde mental de meninas e mulheres

Coletiva Consolidando Saberes⁴¹: Somos uma coletiva, que floresceu em 2016 com a união de 7 mulheres periféricas, na época estudantes de psicologia, a partir da amizade, do afeto, de atravessamentos semelhantes em nossas vivências e do próprio processo da graduação. Nosso encontro enquanto coletiva se deu naturalmente e foi sendo construído dia a dia, através do apoio entre nós, de discussões, oficinas e ações que promovemos, bem como a Sexta da Diferença. Juntas nos fortalecemos e percebemos que podíamos ir além do espaço universitário e acadêmico. Tomamos contato e redescobrimos nossas potências individuais e coletivas, assim

⁴⁰ O Programa de Fomento à Cultura da Periferia, instituído pela Lei 16.496/16, tem o objetivo de apoiar financeiramente coletivos artísticos culturais que atuam há 3 anos ou mais nas periferias de São Paulo.

⁴¹ Resumo da coletiva fornecido pela integrante Ana Caroline da Silva/consolidandosaberespsi@gmail.com

descobrimos que poderíamos desbravar o mundo, priorizando nosso território. Desde então, buscamos efetivar ações com e para mulheres pretas e periféricas, a partir de rodas integrativas e terapêuticas. Atendendo demandas específicas que também perpassam nossas realidades com o plantão psicológico on-line para pessoas a partir de 18 anos. Atuamos em diversas propostas solicitadas dentro e fora do nosso território, como por exemplo, rodas de conversas em escolas. Promovemos assim, encontros em que ofertamos nossas práticas pautadas no acolhimento, escuta ativa e posicionamento ético-político, na tentativa de potencializar trocas afetivas e alento. **Atuação nas periferias da zona sul de SP.**

Coletivo A PerifAnálise:⁴² surgiu num momento de crise política, justamente porque um grupo de mulheres, por trabalhar na periferia e no serviço da assistência, se sentiu muito provocado e atravessado pelo contexto de retrocessos que estava se apresentando ali, às vésperas das eleições de 2018", conta Paula, que começou a iniciativa com Rosimeire e mais uma colega, que haviam trabalhado juntas com medidas socioeducativas em meio aberto. "Fomos pensando em fazer algo com isso, que estava nos provocando, nos inquietando e angustiando, porque sabíamos que isso poderia produzir muito mais precarização do que aquilo que já víamos acontecendo na periferia. As tantas dificuldades que nós, como estudantes, como trabalhadores, enfrentamos nas regiões periféricas", completa. O grupo começou estudando O Mal-estar na Civilização, livro de 1930 do pai da psicanálise, Sigmund Freud. Enquanto isso, no centro de São Paulo, avançava o movimento das Clínicas Públicas de Psicanálise, que visavam democratizar a prática, oferecendo atendimento gratuito em espaços públicos, como o centro cultural Vila Itororó, a Casa do Povo e a Praça Roosevelt, respectivamente nos bairros centrais do Bixiga, Bom Retiro e República. "A gente começou a pensar: e a periferia?", conta Meire, como Rosimeire é mais conhecida. Com Jefferson já agregado ao grupo, agora com quatro pessoas, eles passaram a pensar em como adaptar a experiência das Clínicas Públicas de Psicanálise à realidade periférica. A primeira coisa que nos demos conta é que, se no centro as ruas e praças estão sendo ocupadas via psicanálise, na periferia, é sobre outra coisa", diz Meire. A periferia já ocupa bastante a rua. As casas são pequenas, em geral não têm quintal, então as pessoas já ocupam bastante o espaço público.

Em busca de um lugar em que os moradores pudessem ter uma experiência clínica um pouco mais reservada, o coletivo encontrou o espaço cultural Favela Galeria, na Vila Flavia, comunidade de São Mateus que é parte da história do movimento rap e do grafitti na Zona Leste.

⁴² <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55502884>.amp acessado em 20/09/2021

Começou com as pessoas dizendo, dentro mesmo da galeria, que estava rolando PerifAnálise. O famoso 'boca a boca', fazendo a palavra circular. Depois, apostamos na rede social, no Instagram", conta Meire. Quando passamos a dizer: estamos aqui, venham, eles começaram a vir. E com isso, vieram as mais diversas histórias, as mais diversas vivências e estamos aí, desde então, podendo escutá-los."

Coletivo Manos Masculinidades⁴³:Coletivo Manos Masculinidades⁴⁴é formado por homens pretos/psicólogos e poeta. Sendo:Henrique Vargas Bruno, João Paulo Ramos Vieira, Vinicius Lima de Oliveira e Duarte (sobre nome) e o poeta Matheus dos Santos Silva.

O Coletivo originou-se do encontro e desejo desses homens pretos/ psicólogos e poeta que na relação de amizade discutiam frequentemente questões que fazem parte do nosso cotidiano como: família, amor, desejos, consumo, figuras de cuidados, emprego, violência e tantas outras questões que afetam nossas condições de exercer uma masculinidade pré moldada, percebemos a importância da escuta qualificada de um sujeito para e com o outro e os efeitos de conforto e ressignificação que possibilitaram espaço de encontro entre nós homens pretos e/ou periféricos. Durante a produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação em psicologia intitulado: "Construções Sociais das Masculinidades Negras: uma análise dos racionais MCs". Escolhemos analisar as biografias e bibliografias? Produzidas nas letras das músicas? Ressignificando e leituras sociais a partir destas referências musicais do que nos toca profundamente e faz referência às nossas vivências. O álbum escolhido dos Racionais MCS foi onde nos inspiramos t para pensar masculinidades pretas e/ou periféricas.Após a graduação surgiu a necessidade de de proporcionarmos espaço de escuta e cuidado,potencializando na relação e nos encontros outros homens pretos e/ou periféricos, reparação histórica/ afetiva com encontros formativos para discutir masculinidades negras a fim identificando as estruturas racistas e machistas que produzem sofrimento e longevidade afetiva entre homens e para/com homens. O coletivo produz hoje um espaço para homens pretos, o trabalho de escuta e acolhimento acontece via online através de uma plataforma de vídeo digital online, a fim de discutirem suas feridas e se acolherem em dinâmicas de grupos operativos, além de participações institucionais e ações nas periferias da cidade de São Paulo oferecendo escutas e efetuou parcerias para acolhimento de homens que não tem possibilidade de custear o cuidado.

Identificamos a urgência social, política e cultural de não sermos convenientes e desconstruirmos as estruturas que produzem dinâmicas de sofrimento na relação entre homens

⁴³ Resumo fornecido pelo integrante do coletivo Henrique Vargas - email:

e mulheres. Pois acreditamos ser possível criar espaços saudáveis para estes diálogos, levando a nós homens a identificar coletivamente o quanto está historicamente enraizado a contaminação desta masculinidade hegemônica e policialesca. Os encontros com o coletivo têm acontecido em plataforma digital em formato online, durante a pandemia da covid-19, mas entendendo principalmente neste momento de isolamento a importância de olhar para nossas feridas e nos acolhermos em dinâmicas de grupos operativos. Além das ações/espaços institucionais e públicos que temos atuado com as rodas/grupos/terapias proporcionando escuta, trocas e acolhimentos e em alguns espaços e homens das periferias de São Paulo que não tem possibilidade de custear neste momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ouvir um compartilhar de dor, luto, experiências de violências, será sempre barulhento ouvir, como a onda do mar quando a maré está alta, por isso, eu preciso estar atenta para que ela/e não se afogue, então, eu seguro, suas mãos, fechamos os olhos, e abaixamos juntas/os, pra onda passar, quantas vezes se fizer necessário, até ela/e estiver segura/o para os próximos mergulhos”.

Todos estes grupos e coletivos citados acima, são e exercem uma psicologia social que tem pensando a importância de uma psicologia que atue a partir das necessidades destes territórios e seus públicos a partir disso deixo aqui algumas considerações sobre o que é importante em nossa prática profissional como psicólogas e psicólogos ao ouvir mães, jovens, famílias e as periferias que são vítimas das violências do Estado desde sempre.

Escrevo às vezes para solucionar problemas, outras para compartilhar, outras para ser lida, mas principalmente construímos juntas/os possibilidades palpáveis de que em uma construção coletiva de projetos, ações e afins possamos exercitar a escuta-ação. Como profissionais que estamos atravessadas pela prática do cuidado ao outro, dentro de uma estrutura de perversidade que é a perda de entes queridos, é de territórios desassistidos de políticas públicas de mães e familiares que tiveram seus filhos/parentes tirados de maneira forçada por um Estado que vive sobre a necropolítica no estado de exceção de corpos que estão demarcadas a morte fatal, depois de muitas mortes simbólicas, a escuta-ação das escrivências destes corpos, se faz presente em nossa atuação. Mas é uma escuta que precisa fazer-se presente na relação, uma relação que eu só posso estabelecer quando estou presente na vida cotidiana do grupo que proponho a estar, ouvir e acolher demandas, que surgem e que no meu lugar como pesquisadora, posso ou não dar conta, mas que muitas vezes essas demandas surgem por esses grupos que são considerados mais vulneráveis por nos enxergar como possíveis “detentores do conhecimento” que muitas vezes se dá pelo nosso comportamento enxergado e visto dentro dos espaços. Digo tudo isso para elucidar reflexões acerca de experiências e expectativas que grupos socialmente vulneráveis e no contexto de serem violentados vão criando sobre papéis que nós pesquisadoras/es exercemos.

Um dos primeiros é que somos detectores de um saber, conhecimento e práticas que são inovadoras, para transformação da realidade social destas pessoas, é como se fossemos os super-heróis e heroínas que nunca chegaram em seus territórios majoritariamente periféricos.

Desconstruir esse papel de super-heroínas e heróis muitas vezes é aproximar-se de uma posição junto ao outro como facilitador, mediador e construir uma troca que alcance o outro, de modo onde ela/e perceba que para uma transformação social precisamos ser parte do processo juntas/os. Mas que alguém que se propõe a estar junto para facilitar este processo pode ofertar trocas tanto, quando ela/é ou um grupo oferta na relação de luta que estabelecemos em papéis diferentes, mas de corpo presente na relação de transformar.

É importante termos em vista que um processo como esse de criar metodologias com pessoas que foram marcadas pela violência do Estado e seguem com demarcações em suas lutas políticas para que o Estado seja culpabilizado por sua atuação genocida pode ser muito benéfico para qualquer teoria da psicologia, mas desde que o processo seja construído de forma conjunta. Nós estamos juntas a mulheres pobres que o Estado levou o bem mais precioso delas, seus filhos. Mesmo com a maior dificuldade que vivem pessoas pobres e/ou periféricas, elas lutam e persistem lutando todos os dias para que não falte o mínimo a seus filhos/as. É preciso validar que a luta das periferias, destas mães e famílias, não começa agora, que lidar com o luto não é de agora, são de um tempo antigo e presente que o Estado assassinou suas possibilidades de uma vida melhor a seus filhos. Talvez o luto na periferia começa desde quando nascem. Afinal, se são os jovens negros que morrem, são as mulheres negras/mães que os carregam durante nove meses que em seus partos, são mais desassistidas pois dizem que elas suportam mais tempo a dor.

Trabalhei durante certo tempo com meninos em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Ministrei oficinas sobre identidades e seus atravessamentos na história pessoal a partir da seguinte frase: “Eu infracionei agora sou excluído da sociedade”. “É possível ser incluído novamente? É possível sonhar?” Ao trabalhar com eles a possibilidade metodológica de construir poesias periféricas a partir da realidade deles, utilizando autores como Sacolinha, o poeta e ativista Sérgio Vaz, Funks e músicas dos Racionais MCs. Naquelas rodas, com muitos deles de cabeça baixa, de algum modo eu era, também, a representação do Estado, pois quando um jovem infraciona, ele é obrigado a cumprir a medida socioeducativa em meio aberto o que o vincula com uma Ong do território que tenha um MSE Serviço de medida socioeducativa, que muitas vezes é enxergada como um braço punitivo do Estado. No decorrer dos encontros, corpos, posturas e vozes iam tomando lugar, extravasando experiências dolorosas de uma vida aos 14, 15, 16, 17, 18 até 21 anos, marcada pelas estruturas de violências, até que infracionar se tornava a maneira com que eles conseguiam buscar o mínimo que não havia sido constituído como direito em suas histórias.

Contudo, a minha atuação no terceiro setor, que começou na ONG Aldeia do Futuro,

teve continuidade quando trabalhei se aos 22 anos, em um Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM), com mulheres vítimas de violência doméstica, e logo depois passei a atuar em serviços de Medida Socioeducativa (MSE). A atuação em ambos me levou a perceber que a vítima que frequentava o serviço para mulheres era a mãe do menino atendido no serviço de MSE. Com isso, a rede de serviços precisava, efetivamente, funcionar, pois os diferentes níveis de violência atingiam simultaneamente a todas/os da mesma família.

A atuação nessas duas alçadas levou ao maior entendimento do que era aquela violência, que me fez perceber que era também a história reproduzida por muitas mulheres da minha família e dos jovens da viela das flores. As múltiplas violências e suas reproduções entre gerações diferentes, mas no mesmo contexto: as periferias. Ter consciência destes atravessamentos deu lugar a muita angústia na minha atuação profissional, que apenas um intenso processo terapêutico possibilitou que eu pudesse tomar propriedade que eu já estava escrevendo uma outra história para minha vida e que mesmo com as identificações ao ouvir aquelas mulheres a minha história era/poderia ser outra.

Depois de um tempo, me desliguei do serviço com as mulheres e com os jovens, mas as experiências que vivenciei ali fizeram com que eu começasse a ter uma atenção maior para com as mulheres de minha família e todas as demais que circundam a minha história. Isso fez com que eu percebesse que em algum momento precisaria voltar ao meu território, com o propósito de atuar e transformar, assim como eu já vinha fazendo em outras periferias.

No mesmo ano em que me desliguei do serviço, ingressei no curso de Psicologia com 23 anos em julho de 2014. Tive bolsa de 60% pela Eduafro⁴⁵ e tive que seguir trabalhando para pagar os outros 40%. Com a entrada na psicologia fui entendendo que era possível desempenhar a profissão em comunidades periféricas, com uma ampliação do lugar que eu já tinha como educadora social, descobri a psicologia social, utilizando metodologias investidas de sentido a partir das narrativas daquelas mulheres e jovens que me cercavam. Eu já tinha um olhar aguçado para processos históricos de violências simbólicas e estruturais, então, coloquei como desejo no meu coração que ao terminar a graduação devolveria àquele meu território o tempo em que ele foi, para mim, apenas dormitório, visto que eu não conseguia atuar ou interferir nele.

Vivo em minha memória está o grito de luta de Débora Maria da Silva, fundadora do Movimento Independente das Mães de Maio: "Do luto à luta". Onde em uma conferência em que o Instituto Geledés, organizou para receber a embaixadora de Direitos Humanos dos Estados Unidos, para denunciar o Brasil, como um país genocida, que assassina jovens e os

⁴⁵ Inserir a nota explicando o que é a Eduafro.

policiais não ficam muito tempo preso, Débora era uma das convidadas para falar sobre a luta das mães para incriminar o Estado, pelos crimes cometidos, e ao pegar o microfone diz:

“Quando o Estado mata nossos filhos, eles arrancam nossos seios. As mães estão morrendo de câncer de mama. E depois querem colocar psicólogas e assistentes sociais para dialogar com as mães, mas as psicólogas não estão preparadas para dialogar comigo, elas não entendem a dor das mães, não existe elaboração de luto para mães que enterram seus filhos. O papel das psicólogas tem que ser nos ouvir, apenas. É a gente que tem muito a falar, ou ficar em silêncio, chorando é a gente”. (Silva. D. Conferência sobre Direitos Humanos do Instituto Geledés com os Estados Unidos. 2016)

Eu no momento que ouço Débora, olho para minha supervisora de estágio, Denna Silva, a quem eu aprendi muito sobre escuta empática ativa, como às vezes ser essa a necessidade de quem a gente atendia no Centro de Referência e Promoção de Igualdade Racial, onde estive como estagiária de psicologia em 2016. A fala de Debora Maria, me tocou em um lugar que eu sentia vergonha de ser estudante de psicologia, e disse a Denna: “Eu não quero ser essa psicóloga, que não consegue ouvir sem teorizar a experiência da dor, essa não é a psicologia que eu acredito”. Assim como afirma Lissandra Soares (2017) “Acredito no trabalho, que acontece próximo das pessoas (p. 18). E há muitos atravessamentos para que haja proximidade entre uma terapeuta e um paciente/cliente.

Desde então, tudo que proponho no “fazer da(s)psicologia(s)”, em territórios marcados pela “vulnerabilidade de escuta” é estando na relação com a/o outra/o, entregando a minha maior preciosidade da profissão: a escuta empática, ativa, atenta. Foi do desabafo de dor dela, que comecei a questionar, como se faz psicologia em territórios de dor? Logo que fui atender meninas/os, mães, avós, nos SME (Serviços de Medida Socioeducativa), fazia sempre o questionamento qual era a psicologia que eu poderia ofertar, qual era o espaço pra se fazer um atendimento de psicoterapia que tivesse sentido a realidades tão fragmentadas e com experiências de tantas violências.

Fui criando os espaços de atendimento, a partir da necessidade que se apresentava de ser ouvida/o ter acolhimento: Na feira, enquanto a avó do Bernardo, me encontrou voltando do almoço, ela pegava os alimentos descartáveis na feira contando que ele estava sumido há dois dias, e que se eu poderia, orientar ela onde ir, ou encontrá-lo, pois ela tinha medo da polícia ter pegado ele de novo.

Foi na calçada do serviço da medida, que o Roger não queria entrar, pois a mãe, gritava angustiada que não iria suportar ver ele de novo preso, e que ele tinha que cumprir a medida certinha e ele dizia a mãe: “A escola não me aceita, eles me olham com nojo, pra lá eu não volto mãe”.

Foi no baile Funk do João XXIII onde eles disseram que se eu fosse ninguém mais iria faltar na minha oficina e eles ainda iriam entregar preservativos comigo no baile, mas que eu teria que dormir lá, pois o baile era até de manhã. E houve briga, de onde eu iria dormir, que avó eu iria conhecer, onde eu tomaria o café da manhã, e quem iria me trazer até o Butantã depois do almoço que seria na casa da Dona Meire, avó do Alan, que acompanhava sua medida. Eles, uns 7 jovens meninos e 2 meninas, me receberam no bairro, me apresentando para todo mundo do bairro, e dizendo que eu cumpri, o que disse. “Agora a gente tem que ir toda semana na oficina dela”.

Na semana seguinte eu conto a eles, que ir na minha oficina sobre “Identidades e construção de projeto de vida a partir da exclusão”, era não permitir que eu perdesse meu trabalho, que permitia que eu pagasse parte da minha faculdade e contribuísse com as contas de casa. (Re)contar a minha história as/os meninas/os que fizeram parte da minha vida como educadora, sempre me aproximou delas/es. Porque eles se viam em mim, e eu me via neles, talvez com um pouquinho mais de acessos, contrariando as estatísticas que estavam fragmentadas que seriam as minhas.

A relação construída com eles sempre foi em troca do acolhimento, eu também fui acolhida, por não ser de uma realidade social muito distante delas/es.

Assim como destrincha o autor Abraão Santos (2019) no artigo “O enegrecimento da Psicologia: Indicações para Formação Profissional”. O acolhimento atualiza o cuidar trazido pelos saberes da ancestralidade, tais como são transmitidos pela oralidade no terreiro angola-congo. Acolher é trazer para um espaço de pertencimento do corpo e do espírito. Acolher, nesse sentido, têm efeitos de cura, de equilíbrio do corpóespírito, de retomada da memória, uma vez que é trazer a pessoa necessitada para mais próximo da Terra, ou dos inquices (p.161)

Corpóespírito é a mutuê, cabeça, divindade individual, cuidada com banhos de ervas e alimentada com folhas, grãos, mel, carnes, azeite, para que a pessoa ou mutuê se fortaleça: mutuê, ngi ambate ku kiriri kiuba (cabeça, leve- -me para o bom lugar”. (SANTOS. O.D, 2019, p.162)

Eu coleei grau na Graduação em Psicologia 03 de agosto de 2018. Realizei o meu sonho, que disse a minha mãe, que ela poderia também sonhar, ter uma filha formada. Entregar um diploma

a minha mãe era um sonho, que realizei.

Minha mãe trabalhou na casa de uma diretora de escola pública que tinha uns sete anos de idade. Um dia ela me levou junto com ela, lembro que o chão da casa dela era de madeira e minha mãe ficava horas lustrando pois ela tinha que conseguir ver a sombra dela. E um dia ela chegou eu estava com um pano, tirando pó, da estante dela, era uma estante grande de mármore e ela disse:

“Isso Kátia, já ensina desde cedo, pois você trabalha pra mim, quando ela crescer ela irá trabalhar pra Priscila”.
(Casa da Patroa da Mamãe, 1998)

Priscila, era a filha dela! Eu só tinha 7 anos. Mas no imaginário social da patroa de minha mãe, esse seria meu destino, seguir limpando a sujeira da próxima geração, daquela família. Mas isso não aconteceu!!!

Fui a juramentista, depois de ter sido desqualificada pelos colegas, pois eles diziam que eu iria fazer ⁴⁶barraco, e que não queriam que suas famílias passassem vergonha. Me lembro que quando cheguei no dia da colação eu estava muito mal, não queria olhar para os colegas, cheguei logo no horário de começar, pois não queria tirar fotos com as pessoas que questionavam tanto quem eu fui nos cinco anos da universidade. Todos os estereótipos que uma mulher negra carrega, em um espaço de poder e disputa de narrativas eu tive (barraqueira, causadora, sempre tem uma pergunta), com isso diversas desqualificações de meu conhecimento e trajetória. A ideia do juramento era construir um discurso junto com os colegas, que fizesse sentido a nossa turma, e não o papel com o mesmo texto que a universidade usa há anos, que começa com: “Nós psicólogos”. Sem trazer, nomear, feminilizar as psicólogas, mesmo a psicologia sendo majoritariamente ocupada por mulheres e onde a questão de gênero é ainda pouco tocada no espaço da universidade, pois ainda o que prevalece na docência são homens brancos, cis, heteros. A academia é um espaço de poder mais ainda o que prevalece como nos escurece Cida Bento (2017) é o branco como sujeito universal que segue ocupando todas as narrativas dentro da universidade.

Foi um processo muito dolorido o espaço da universidade para mim. Eu entrei lá sabendo que era preta e periférica e tinha um sentimento que eu fosse encontrar uma psicologia que atuasse na pluralidade dos sujeitos. Porém a psicologia ainda é branca, hegemônica e elitista.

Mas em meu juramento eu tive a possibilidade de dizer efetivamente a psicologia que precisava fazer sentido dentro da universidade. No dia da colação a todos juramentistas era entregue uma folha para reproduzir o que estava escrito ali. Tinha 500 pessoas naquele auditório e por 5 anos eu ergui a minha voz contra as narrativas postas na formação, eu iria mesmo falar apenas o que estava escrito? Estava bem triste esse dia, não sentia alegria alguma, parecia que a ficha não caía sobre estar me formando. Sentei ao lado do meu amigo Victor Gomes, que mora na vila missionária. Victor me deu carona para voltar para casa, discutimos muitas vezes, por seu pensamento machista e conservador, mas ele nunca me abandonou, nunca me deixou só, afinal a gente era do mesmo território, nos víamos naquele espaço e nas discussões que na formação em psicologia não chegavam em nós. Mas ele desconstruiu muitas ideias na formação e isso me fez desejar cada vez mais ter ele por perto. Victor, Bruno Rosa, Amanda Ramos, Manoela Oliveira, Ana Caroline e Rafael João foram muito importantes para que houvesse acolhimento das minhas narrativas no espaço da universidade. Então, a cerimônia, iniciou-se. Uma moça da organização veio até mim e disse: *“Aqui está o discurso é só ler, quando você for chamada”*. Quando eu comecei a ler, faltava tantas coisas que precisam ser ditas, e que a minha turma ao me deslegitimar não permitiu que a gente escrevesse um discurso que fosse de fato representativo. Falei ao Victor que vergonha ter que ler esse discurso. Ele diz: *“Cadê o seu discurso Thais, o microfone é seu, vai lá e diz o que tem que ser dito, você não diz que a voz das mulheres negras ecoa”*. Eu disse: *“Sim, parça mas se eu falar o que eu acho que precisa ser dito e desligarem meu microfone”*. Ele: *“Sua voz vai ecoar e as pessoas irão te ouvir, eu vou seguir repetindo o juramento junto com você, todas as vezes que você falou inclusive neste auditório te ouviram e você nem precisava de microfone”*. A fala do Victor, foi extremamente importante para que eu fizesse o seguinte juramento, com todas/os da minha turma tendo que repetir:

“Boa noite a todas e a todos”⁴⁷

Neste momento a plateia já fez um uhuuu!!! E a minha turma não repete. Eu olho e digo vamos de novo turma. e sigo: “Como psicólogas e psicólogos nos comprometemos a colocar nossa profissão a serviço da sociedade brasileira e de todos aqueles que necessitarem da psicologia, pautando os nossos trabalhos e princípios na qualidade técnica e do rigor ético por meio do nosso exercício profissional, contribuindo para o desenvolvimento da psicologia como ciência

e profissão e por uma sociedade mais justa na direção das demandas da sociedade e de todos aqueles que necessitam de cuidado, promovendo saúde, e qualidade de vida, de cada sujeito e de todos os cidadãos e instituições.

Por uma psicologia que seja para todas e todos

Por uma psicologia que seja inclusiva e não exclusiva (gritos da plateia)

Por uma psicologia que seja anti-racista (mais gritos da plateia)

Por uma psicologia que seja anti homofóbica (mais gritos)

Por uma psicologia que cuide do sofrimento daqueles considerados como outros

E que não esqueça dos nossos sofrimentos enquanto estudantes

Assim nós formandas e formandos em psicologia, nos comprometemos a exercer nossa profissão contribuindo para não haver desigualdades e que realmente a psicologia seja para todas e todos.

Nada aqui é mérito, tudo aqui é luta!

(muitos aplausos, muitos gritos da plateia que ficou de pé)

Quando comecei a sonhar com a possibilidade de escrever um projeto de mestrado, onde eu pudesse trazer a história dos meninos assassinados a partir de suas mães, eu jamais poderia imaginar que viveria uma solidão, na vida acadêmica, e que essa solidão se faria presente, em mim muito mais, quando existe um monte de mães que não entendem nem um pouco sobre o que se produz na academia, afinal, qual era então meu desejo como pesquisadora. Podemos dizer que os caminhos de uma pesquisa são descobertos em meio às andanças das pesquisadoras, andarilhas curiosas que se arriscam na aventura de habitar territórios inusitados por onde redes de cuidados aparecem. (Rosilda MENDES, Adriana AZEVEDO, Maria FRUTUOSO, Erika OLIVEIRA. 2019, p. 13).

Talvez eu possa dizer que o território não é inusitado, mas tudo que eu encontraria na volta a ele seria, pois ele não é mais o mesmo de quando eu me desloquei. Deslocamento que segundo as autoras do livro “Pesquisar com os pés deslocamentos no cuidado e na saúde”. Pesquisar com os pés tem a ver com então, com produzir trajetos, caminhar, deslocar-se. Elas citam o sentido atribuído à palavra - deslocamento - no dicionário Houaiss: “São capazes, em alguma medida, de definir movimentações responsáveis pelas inúmeras viagens geográficas, da universidade para os morros, dos morros para outros lugares, mas não apenas”. (Rosilda MENDES, Adriana AZEVEDO, Maria FRUTUOSO, Erika OLIVEIRA. 2019, p. 13).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio L. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

AZEVEDO, Lena. Chacina do Cabula: um ano, 12 mortos e uma sentença de absolvição. **Portal Geledés**, Salvador, 8 de março de 2016. Endereço eletrônico. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/chacina-do-cabula-um-ano-12-mortos-e-uma-sentenca-de-absolvicao/>. Acessado em 23 de junho de 2021.

BATISTA, Waleska M. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2581-2589, 2018.

BERTINI, Fátima. M. A. A vivência ético-política-afetiva na comunidade. **Cadernos Espinosanos**, n. 31, p. 81-88, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2014.84029>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabella R. (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora. X Seminário Nacional Mulher e Literatura. I Seminário Internacional Mulher e Literatura. Orgs. Nadilza Martins de Barro Moreira e Liane Schneider -. João Pessoa: Ideia; Editora da UFPB, 2005, p. 201-212.

FERREIRA, Carolina C. Vozes de uma dor sem nome: necropolítica e maternidade no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 732-738, 2020.

FRANCISCA, Elânia. Sobre bater laje e a importância da rede de apoio na prática do autocuidado. **Viva Bem UOL**, São Paulo, 7 de agosto de 2020. Coluna em endereço eletrônico. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/elania-francisca/2020/08/07/bater-laje-uma-reflexao-sobre-rede-de-apoio-e-autocuidado.htm>. Acessado em 18 de setembro de 2021.

Chacina em Osasco e Barueri: veja o que se sabe e o que falta esclarecer. **G1**, São Paulo, 20 de agosto de 2015. Endereço Eletrônico. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/chacina-em-osasco-e-barueri-veja-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-esclarecer.html>. Acesso em 14 de junho de 2021.

GORJON, Melina G.; MEZZARI, Danielly C. S.; BASOLI, L. P. Ensaando lugares de escuta: diálogos entre a psicologia e o conceito de lugar de fala. **Quaderns de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 1-11, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1455>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUIZ, Viviane M.; AMÉRICO, Márcia C. **Literatura negra feminista: uma proposta de enfrentamento do sexismo e do racismo epistemológico desde a infância**. São Paulo: CEERT,

2020. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/Artigos/literatura-negra-feminista.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

MELO, Késia M. M.; MALFITANO, Ana P. S; LOPES, Roseli E. Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 3, p. 1061-1071, 2020.

MENDES, Rosilda; AZEVEDO, Adriana B.; FRUTUOSO, Maria F. P. **Pesquisar com os pés: deslocamentos no cuidado e na saúde**. 1. ed. São Paulo: Hocitec; Fapesp, 2019.

OUCHANA, Giselle. Antes de morrer, adolescente baleado na Maré disse para a mãe que tiros partiram de caveirão. **Extra**, Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018. Endereço eletrônico. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/antes-de-morrer-adolescente-baleado-na-mare-disse-para-mae-que-tiros-partiram-de-caveirao-22807752.html>. Acesso em 20 de junho de 2021.

PINTO-BAILEY, Cristina F. Escrivência, testemunho e direitos humanos em Olhos d'água de Conceição Evaristo. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 23, n. 43, p. 8-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2596-304x20212343cfpb>. Acesso em 22 de setembro de 2021.

PIRES, Joyce A. Cruzar o Atlântico e rever o uso da interseccionalidade. **Identidade!**, v. 25, n. 1, p. 135-137, 2020. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/3898>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

ROSA, Evellyn G.; ALVES, Míriam C. Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, n. spe, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229978>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

SANTOS, Abrahão de O. O Enegrecimento da Psicologia: Indicações para a Formação Profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe, p. 159-171, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222113>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

SAWAIA, Bader B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

SAWAIA, Bader B.; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia. **Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial**. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

SILVA, José C. "Foi uma chacina, uma chacina de verdade", diz moradora de Paraisópolis. **CartaCapital**, São Paulo, 5 de dezembro de 2019. Endereço Eletrônico. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/foi-uma-chacina-uma-chacina-de-verdade-diz-moradora-de-paraisopolis/>. Acessado em 20 de julho de 2021.

SOARES, Lissandra V.; MACHADO, Paula S. "Escrivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 23 de julho de 2021.

SOARES, Lissandra V. **Escrevivências sobre mulheres negras acompanhadas pela Proteção Social Básica**: uma perspectiva interseccional. Orientadora Paula Machado. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul, 2017.

LIMA, Thaís F. G.; ROSA, Bruno C. A.; SPAZIANI, Raquel B. Políticas públicas para a juventude periférica: o compromisso social da Psicologia. **Rev. Ibirapuera**, n. 16, p. 63-71, 2018.

SILVA, Aquiles C. **Vila Missionária: constituição e desenvolvimento da periferia na cidade de São Paulo (1960-1990)**. 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Movimento Mães de Maio. Do luto à luta. 2011.

OCARIZ, Maria C. **Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira - (1964-1985): Efeitos Psíquicos e Testemunhos Clínicos**.

SAWAIA, Bader B. **Silvia Lane**. 1. ed. São Paulo: Educ. 2016.

CARAMANTE, André (Org.). **Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006**. São Paulo: Nós Por Nós.

CAMPOS, Regina H. F. (Org.). **Psicologia Social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 9. ed. São Paulo: Vozes. 1996.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Olhares**: a violência policial no cotidiano das/os psicólogas/os nas políticas públicas. 2019.